

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2011-2013



Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2011-2013



ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete, Substituto

Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ministério das Relações Exteriores Ministro de Estado das Relações Exteriores

José Serra

Secretário-Geral das Relações Exteriores Embaixador Sérgio França Danese

Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial

Embaixador Sergio Luiz Canaes

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Embaixador João Almino

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em setembro de 1987, integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.

Para desempenhar sua missão, a ABC se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo.

URL: <http://www.itamaraty.gov.br>

URL: <http://www.abc.gov.br>

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2011-2013



ipea

Brasília, 2016

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editor

João Brígido Bezerra Lima

Equipe de Pesquisa

João Brígido Bezerra Lima (coordenador)

Rodrigo Pires de Campos

José Romero Pereira Júnior

Fernanda Patrícia Fuentes Muñoz

João Antônio dos Santos Lima

Luísa de Azevedo Nazareno

Karen Cursino Barbosa de Figueiredo (Apoio Técnico)

Priscilla Mayna da Silva Lima Santana (Apoio Técnico)

Ana Luiza Jardim de Carvalho Rochael Garcia (Estagiária)

Guilherme Vampré Homsy

Jhonatan do Rosário Ferreira (Estagiário)

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral

Marcio Lopes Correa

Equipe Técnica

Camila Guedes Ariza

Carlos Eduardo Lima

Carmen Roseli Caldas Menezes

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : 2011 - 2013 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília : IPEA : ABC, 2016.
184 p. : gráfs. (alguns color.)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-283-7

1. Cooperação Internacional. 2. Relações Internacionais. 3. Ajuda para o Desenvolvimento. 4. Organizações Internacionais. 5. Brasil. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Agência Brasileira de Cooperação.

CDD 327.81

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Agência Brasileira de Cooperação, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

RESUMO EXECUTIVO

A publicação desta edição da pesquisa sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) apresenta dados da cooperação internacional implementada pelo governo federal entre 2011 e 2013.

Inicialmente pensada como forma de sistematizar gastos da União, a pesquisa amplia seu escopo e dá um passo adiante, propondo uma primeira aproximação das práticas da cooperação realizada pelo país – debruçando-se sobre suas formas e os conteúdos difundidos pela Cobradi.

Ao reafirmar o compromisso de dar transparência às ações do governo federal, a pesquisa traz informações coletadas junto a 95 diferentes instituições do governo brasileiro – ou a ele vinculadas –, evidenciando a pluralidade de atores (nacionais e internacionais) engajados na Cobradi e de conteúdos por ela compartilhados.

A cooperação brasileira esteve presente em todos os continentes, tendo atuado em 159¹ países e totalizado gastos da ordem de R\$ 2,8 bilhões (equivalentes a US\$ 1,5 bilhão) no período 2011-2013, destacando-se a prevalência de dispêndios com organismos internacionais (53%).

Além dos gastos com organismos internacionais, a Cobradi realizou-se mediante a mobilização de servidores públicos na difusão de práticas brasileiras bem-sucedidas; a formação de pessoal estrangeiro por meio da concessão de bolsas de estudo e oferta de vagas em instituições de ensino no Brasil; a participação em cadeias internacionais de ciência e tecnologia; a contribuição para mitigar problemas de natureza humanitária; o acolhimento de refugiados no país, bem como a participação do país em operações de manutenção da paz.

A apresentação das práticas da Cobradi entre 2011 e 2013 possibilita um entendimento mais completo e preciso da cooperação internacional promovida pelo Brasil, deixando claro, também, sua diversidade e seu alcance. Enseja, ademais, uma reflexão sobre as formas de se mensurar a cooperação internacional para o desenvolvimento, sugerindo que se avance muito além da mera quantificação de gastos.

1. O número de países se refere tanto a países com os quais o Brasil cooperou diretamente quanto a países sede de organizações internacionais ou instituições, ou ainda a países de origem de indivíduos atendidos pela cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	23
CAPÍTULO 2 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL	65
CAPÍTULO 3 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	99
CAPÍTULO 4 COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA.....	123
CAPÍTULO 5 PROTEÇÃO E APOIO A REFUGIADOS.....	135
CAPÍTULO 6 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	153
CAPÍTULO 7 GASTOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
APÊNDICE	175

APRESENTAÇÃO

O estudo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Brasil (Cobradi) integra a agenda de pesquisas da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea desde 2010. Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ipea elaborou e implementou método próprio de coleta, organização e registro dos gastos do governo brasileiro com a Cobradi e de sistematização do repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados pela agência. Tal iniciativa pioneira resultou na produção de dois relatórios que apresentam os dados oficiais da Cobradi, o primeiro referente ao período 2005-2009 e o segundo referente ao ano de 2010. Este terceiro relatório sistematiza extensa rede de 93 atores governamentais atuantes na Cobradi e inclui alguns dados e informações referentes à gama de conhecimentos técnicos e científicos dela constitutivos.

Condizente com sua missão de aprimorar as políticas públicas nacionais e atento às transformações em curso no cenário internacional, em especial as referentes ao dimensionamento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), o Ipea, com esta publicação, contribui com uma nova perspectiva sobre o tema no debate internacional, possibilitando leituras alternativas àquela centrada em gastos e oferecendo dados empíricos para pesquisas futuras sobre o tema. A pesquisa desenvolvida nesses sete anos teve como base a realidade da Cobradi, seja em seu formato, seja nas arquiteturas organizacionais. Cumpre reiterar que a publicação do *Relatório Cobradi 2011-2013* reafirma o compromisso do governo federal em assegurar transparência e acesso a dados relativos à execução de políticas públicas.

Ernesto Lozardo
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PREFÁCIO

O Brasil segue mantendo um perfil alto como protagonista da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), em diferentes modalidades. Não obstante a atual multiplicidade de mecanismos em operação – contexto em que merece ser destacada a evidente e positiva mobilização de um número cada vez maior de países em desenvolvimento no âmbito da Cooperação Sul-Sul –, as manifestações de interesse pela cooperação brasileira crescem anualmente, nas mais diversas dimensões.

O *Relatório Cobradi* referente ao triênio 2011-2013 demonstra, de forma inequívoca, que o empenho de instituições públicas brasileiras em dar uma resposta qualificada e tempestiva a propostas de parceria apresentadas por outros países em desenvolvimento não se arrefeceu desde 2005, início do levantamento sistematizado dos fluxos de cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional. Essa constatação é de particular relevância para a política externa brasileira, que tem na solidariedade entre os povos um instrumento fundamental na promoção de um mundo que avance nas três dimensões do desenvolvimento sustentável, o social, o econômico e o ambiental, tal como preconizado pela Conferência Rio+20.

Por reconhecer na cooperação internacional um importante instrumento de promoção do desenvolvimento, o governo brasileiro tem buscado aperfeiçoar sua capacidade de gestão nesse campo, inclusive no que diz respeito à demonstração de seus resultados. A evolução da metodologia que orienta a elaboração do *Relatório Cobradi* é um dos elementos desse processo.

A experiência acumulada pelo Brasil na condução de diferentes modalidades de cooperação internacional com o exterior tem sido objeto de intercâmbio com contrapartes estrangeiras em diversos foros no exterior. Movem-nos dois objetivos, quais sejam, o de colaborar na consolidação das práticas associadas à diversidade do intercâmbio entre países em desenvolvimento e o de contribuir para a evolução da cooperação internacional a partir do enriquecimento de sua base política, conceitual e operacional, proporcionado pelas características singulares das relações horizontais entre países em desenvolvimento.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), que tem o mandato legal de coordenar a cooperação internacional como ação integrada à diplomacia brasileira, tem realizado esforços significativos em prol da consolidação de uma política governamental específica para esse amplo rol de intercâmbios, o que inclui a proposição de uma série de novos instrumentos de trabalho e a consolidação das normas que regem o setor. As medidas ora em gestação para o fortalecimento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que em 2017 comemora seus trinta anos de criação, integram essa agenda.

As informações levantadas e organizadas pelo Ipea para a elaboração desta publicação demonstram o empenho e o firme compromisso das instituições brasileiras que atuam na Cooperação Sul-Sul em construir relações de parceria efetivamente alinhadas às prioridades nacionais de desenvolvimento dos países parceiros do Brasil. A cooperação brasileira busca conceber, de forma conjunta e participativa, iniciativas de natureza estruturante, cuja execução dá-se em total respeito às características nacionais de cada país. A eficácia dessa forma de atuar evidencia-se nos resultados alcançados em diversos campos, dentre os quais a segurança alimentar e o combate à fome, o desenvolvimento agrícola, a educação, a saúde, as políticas de desenvolvimento e inclusão social e o desenvolvimento de capital humano, pautas que dão robustez adicional à política externa brasileira.

João Almino
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

INTRODUÇÃO

O governo federal tem realizado, nesses últimos sete anos, estudos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) com o objetivo de: *i)* levantar os gastos efetivamente realizados; *ii)* sistematizar o repertório de conhecimentos técnicos e científicos veiculados pela Cobradi; e *iii)* analisar a sustentabilidade das práticas postas a serviço do desenvolvimento internacional.

Esse esforço iniciou-se em 2010, mediante demanda da Casa Civil, da Presidência da República (PR), ao Ipea, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em face da magnitude do desafio de levantar dados e informações da execução da Cobradi junto a um grande número de órgãos da administração direta, indireta e fundacional que atuavam na cooperação internacional; e de sistematizar esses registros em bases de dados confiáveis e de fácil acesso, delimitou-se o período 2005-2009 como horizonte temporal do primeiro estudo.

“A classificação dos recursos quantificados seguiu um conjunto de categorias pré-definidas, criadas a partir da revisão de metodologias internacionais, com o intuito de permitir certo grau de comparabilidade dos dados levantados com os disponíveis em âmbito internacional” (Ipea, 2010, p. 13), notadamente a experiência da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nesse sentido, o Ipea desenvolveu formulário eletrônico, disponibilizado em ambiente virtual, possibilitando o lançamento dos gastos efetivamente realizados e o correspondente referendo dos representantes (pontos focais) dos entes públicos que executaram os projetos, programas e atividades da Cobradi.

Inicialmente adotado para a coleta de dados dos órgãos públicos que executavam programas e projetos de cooperação técnica internacional sob a coordenação da ABC, o formulário eletrônico foi igualmente utilizado no trabalho com as instituições que atuavam na cooperação internacional em educação (concessão de bolsas de estudo); em direitos humanos e segurança alimentar; em operações de manutenção da paz; e para a captura das contribuições para organismos internacionais, mediante ajustes e adaptações feitas nos formulários originais.

O uso do formulário possibilitou a elaboração de dois relatórios (*Cobradi 2005-2009* e *Cobradi 2010*), ambos editados pelo Ipea, com versões em inglês e português.

No processo de elaboração do segundo *Relatório Cobradi (2010)*, publicado em 2013, foram adotados aperfeiçoamentos e aprendizados que resultaram no detalhamento das informações solicitadas; sua organização e apresentação por região e a identificação de arranjos institucionais. Esse segundo exercício contribuiu para a compreensão das peculiaridades da Cobradi quando comparada às experiências de países doadores tradicionais.

Sem perder de vista o balizamento existente na arquitetura internacional estabelecida para o tema (Ipea, 2010), a evolução do estudo levou ao abandono de definições pré-concebidas,¹ abrindo margem para o aprofundamento de questões entendidas como fundamentais, como aquelas relativas à execução da cooperação brasileira.

Consolidando e aperfeiçoando o método de coleta e apresentação dos dados sobre os gastos do governo federal com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), os dados do período 2011-2013, foco deste relatório, somam-se a uma série histórica iniciada com dados de 2005, compondo quase dez anos de dados sobre a Cobradi. Os dados oficiais mostram que, em nove anos, o governo federal despendeu cerca de R\$ 7,9 bilhões, equivalentes a US\$ 4,1 bilhões, com a Cobradi (tabelas 1A e 1B).

1. Como a própria definição de cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional adotada no primeiro estudo, fortemente influenciada pela consolidada definição da OCDE (Ipea, 2010, p. 11).

TABELA 1

Gastos do governo brasileiro com a cooperação para o desenvolvimento internacional

1A – 2005-2013

(Em R\$)

Modalidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Cooperação técnica	27.755.711	32.801.149	35.599.272	58.738.113	97.744.760	101.676.174	76.390.347	66.412.814	68.803.402	565.921.743
Cooperação educacional	56.104.205	56.454.858	56.376.649	70.666.567	44.473.907	62.557.615	34.646.482	43.500.716	51.441.211	476.222.210
Cooperação científica e tecnológica ¹	-	-	-	-	-	42.255.987	122.424.762	140.926.898	114.883.132	420.490.779
Cooperação humanitária	1.185.826	5.524.359	31.804.809	29.744.779	87.042.331	284.186.759	121.271.980	214.714.376	46.813.527	822.288.747
Apoio e proteção a refugiados	-	-	-	-	-	1.039.225	7.887.750	8.060.186	3.931.500	20.918.661
Operações de manutenção da paz	147.793.000	80.709.000	131.773.000	127.919.000	125.409.000	585.063.470	67.263.976	40.380.374	22.319.849	1.328.630.669
Gastos com Organismos Internacionais	299.145.649	509.533.964	445.421.638	457.249.201	495.159.128	548.361.950	555.368.404	490.426.159	549.106.534	4.349.772.626
Total	531.984.391	685.023.329	700.975.368	744.317.659	849.829.126	1.625.141.181	985.253.701	1.004.421.523	857.299.155	7.984.245.435

Fontes: Ipea (2010; 2013); ABC/MRE; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); AEB; Alisa/MS; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); CAIXA; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação (MEC); Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome)/MRE; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq/MCTI); Conab; Comitê Nacional dos Refugiados/Ministério da Justiça (Conare/MJ); CPRM; DCE/MME; DNPM/MME; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Enap; Esaf; Fiocruz; Ibama; Ibram; Inmet; Ipea; Iphan; MCTI; MDS; MME; MPA; MPS; MTE; MTur; Sain/MP; Sain/IF; SDH/PR; Sesai/MEC; e Secretaria de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde (SVS/MS).

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ No período 2005-2009, os dados referentes à cooperação científica e tecnológica foram inseridos na modalidade cooperação técnica.

1B – 2005-2013

(Em US\$)¹

Modalidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Cooperação técnica	11.422.103	15.046.399	18.256.037	32.097.330	48.872.380	57.770.553	45.617.071	33.970.749	31.846.055	294.898.677
Cooperação educacional	23.088.150	25.896.724	28.911.102	38.615.610	22.236.954	35.544.099	20.689.408	22.251.006	23.809.864	241.042.917
Cooperação científica e tecnológica ²	-	-	-	-	-	24.009.084	73.106.869	72.085.370	53.174.326	222.375.648
Cooperação humanitária	487.994	2.534.110	16.310.158	16.253.978	43.521.166	161.469.749	72.418.476	109.828.325	21.667.913	444.491.870
Apoio e proteção a refugiados	-	-	-	-	-	590.469	4.710.229	4.122.857	1.819.718	11.243.273
Operações de manutenção da paz	60.820.165	37.022.477	67.575.897	69.901.093	62.704.500	332.422.426	40.167.190	20.654.923	10.330.872	701.599.543
Gastos com Organismos Internacionais	123.105.205	233.731.176	228.421.353	249.862.951	247.579.564	311.569.290	331.642.424	250.857.370	254.157.155	2.230.926.490
Total ³	218.923.618	314.230.885	359.474.548	406.730.962	424.914.563	923.375.670	588.351.667	513.770.600	396.805.904	4.146.578.417

Fontes: Ipea (2010; 2013); ABC/MRE; Acnur; AEB; Alisa/MS; Anvisa; CAIXA; Capes/MEC; Ceplac/Mapa; CGFome/MRE; CNPq/MCTI; Conab; Conare; CPRM; DCE/MRE; DNPM; Embrapa; Enap; Esaf; Fiocruz/MS; Ibama; Ibram; Inmet; Iphan; MCTI; MDS; MME; MPA; MPS; MTE; MTur; Sain/MP; Sain/IF; SDH/PR; Sesai/MEC e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Ao longo do texto, as conversões de real (R\$) para dólar (US\$) foram realizadas mediante a taxa de câmbio PTAX do Banco Central do Brasil. Esta corresponde à média aritmética das taxas obtidas em quatro consultas diárias aos *dealers* de câmbio. No período 2005-2013, US\$ 1 equivaleu a R\$ 2,43 em 2005; R\$ 2,18 em 2006; R\$ 1,95 em 2007; R\$ 1,83 em 2008; R\$ 2 em 2009; e R\$ 1,76 em 2010. A partir de 2011, passou-se a utilizar quatro casas decimais, sendo R\$ 1,6746 em 2011; R\$ 1,9550 em 2012; e R\$ 2,1605 em 2013.

² No período 2005-2009, os dados referentes à cooperação científica e tecnológica foram inseridos na modalidade cooperação técnica.

³ Alguns valores podem apresentar leve variação, para mais ou para menos, em virtude do arredondamento automático realizado pelo *software*.

O volume dos recursos gastos, em especial até 2010, acabou levando a interpretações exageradas sobre o novo perfil do país no campo da CID, recomendando cautela aos pesquisadores da Cobradi.

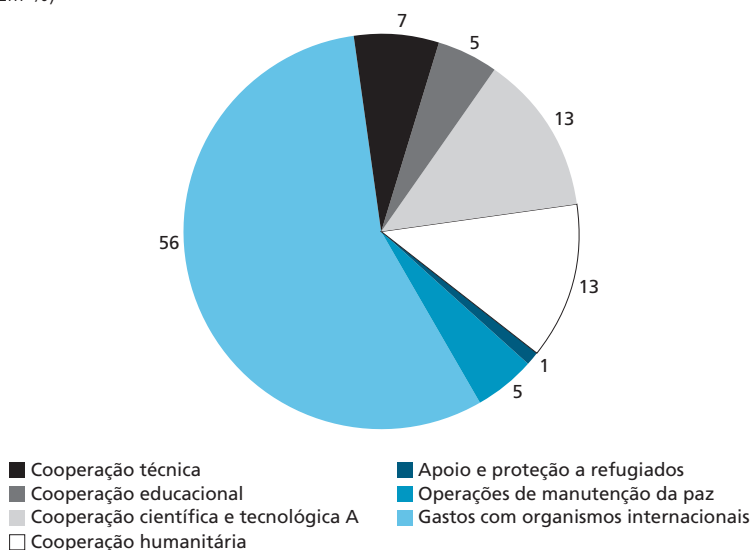
De saída, é necessário desmistificar, portanto, a ideia de “Brasil doador emergente”. Se é fato que o país tem contribuído de forma consistente para o desenvolvimento internacional, como demonstrado nos primeiros relatórios da Cobradi, também o é a manutenção do país como receptor de ajuda internacional.

Isso não significa, naturalmente, que o Brasil não contribua para esquemas tradicionais de cooperação para o desenvolvimento. Ao se observarem os gastos realizados entre 2011 e 2013, constata-se que 56% do total correspondem a contribuições feitas a organismos internacionais, evidenciando a prioridade atribuída pelo governo federal à atuação da Cobradi pela via multilateral (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Dispêndios do governo brasileiro com a cooperação para o desenvolvimento internacional (2011-2013)

(Em %)



Fontes: ABC/MRE, Acnur, AEB, Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Capes/MEC, Ceplac/Mapa, CGFome/MRE, CNPq/MCTI, Conab, Conare, CPRM, DCE/MRE, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MCTI, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, Sain/MF, SDH/PR, Seain/MP, SESu/MEC e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Outra particularidade que afasta o Brasil do conceito de doador tradicional pôde ser verificada nos modos como tem sido executada a cooperação internacional brasileira, priorizando a troca de experiências e o uso da máquina pública, com seus funcionários e instituições, como instrumento primordial da contribuição do país para o desenvolvimento internacional.

É justamente nessa área, na identificação dos conteúdos e técnicas compartilhadas por funcionários e instituições brasileiras, que reside a maior diversidade da Cobradi. Consolida-se nesse terceiro relatório da Cobradi a percepção de que a compreensão da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional somente é possível a partir do entendimento daquilo que o Brasil faz – em complemento a quanto o país gasta.

Assim, resta claro que, além da mensuração dos gastos do governo federal com a CID, tornou-se fundamental debruçar-se sobre os conteúdos, buscando-se compreender as atividades da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Essa nova abordagem, que permitiu capturar as formas e os conteúdos da Cobradi, surge como parte do aprimoramento no processo de evolução natural do método de levantamento e do amadurecimento das percepções sobre a cooperação para o desenvolvimento realizada pelo país.

Mais do que isso, emerge em um momento em que no cenário global estão em discussão as próprias referências existentes sobre a CID. Vale lembrar que em 2015 as Nações Unidas fazem evoluir a discussão da agenda internacional do desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), pensados para os primeiros quinze anos do milênio, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Paralelamente, seja na ONU, seja na OCDE, observa-se uma crescente propensão a se rediscutir as métricas tradicionais de mensuração da cooperação para o desenvolvimento.

Nesse contexto, ao direcionar os estudos para a captura daquilo que efetivamente faz o país, por meio da noção de práticas, este estudo consolida a vocação de dar transparência e acessibilidade a dados sobre a execução de políticas públicas pelo governo federal, ao mesmo tempo que contribui para introduzir no debate internacional sobre o tema uma nova perspectiva, que possibilite leituras alternativas àquela centrada exclusivamente em gastos.

Em linhas gerais, a pesquisa envolveu o estabelecimento de contatos e a sensibilização dos parceiros, a elaboração de material explicativo e com instrução para a compilação dos dados, reuniões de trabalho para o detalhamento e a confecção dos dados finais, o tratamento desses registros pelos pesquisadores e a elaboração do texto do levantamento discutido com as instituições parceiras e por elas ratificado.

Importante observar que a desativação, em 2011, da plataforma inicialmente desenhada para o levantamento e o uso do formulário eletrônico de coleta de dados representou um desafio adicional à pesquisa à medida que impôs redesenhar a apresentação e o envio dessas informações pelas instituições parceiras, ajustando-as aos programas disponíveis de uso amplo, como editores de texto e de planilhas.

Se o recebimento das informações em arquivos de texto e planilhas ampliou significativamente o trabalho de tratamento dos dados pelos pesquisadores do Ipea, possibilitou, ao mesmo tempo, customizar as solicitações de informação e testar uma abordagem alternativa, que permitisse não apenas capturar os gastos com a Cobradi, mas também explicar o significado da cooperação internacional prestada pelo Brasil, mediante detalhamento daquilo que tentativamente foi definido como prática.

No que se refere aos gastos, foram solicitadas informações das despesas realizadas com recursos orçamentários da própria instituição executora e destinados a financiamento e eventuais doações,² horas-técnicas, diárias e passagens, materiais e equipamentos, instalações físicas e outros custos associados à execução da cooperação.

A inclusão desses itens – e sua importância no cômputo geral dos gastos brasileiros com a CID – confirmou a singularidade da experiência brasileira, afastando a referência a fluxos de investimento e confirmando-a como expressão do uso do patrimônio público consolidado na forma de conhecimento e de recursos humanos.

Nos esforços envidados para a compilação dos dados, estabeleceram-se contatos com 93 atores que atuaram junto a 172 países³ na execução da cooperação internacional brasileira. Deve-se considerar, ademais, que os números apresentados no presente estudo constituem os dados oficiais disponíveis do governo federal com a Cobradi.

A partir da definição prévia de um rol de questões e do contato direto com as instituições parceiras, foi possível selecionar políticas públicas e áreas de atuação específicas para um maior detalhamento das práticas da Cobradi.

O caráter exploratório da escolha, direcionado pela facilidade de acesso e interlocução e pela importância da área ou instituição escolhida para a totalidade da modalidade de cooperação, permitiu testar, então, uma nova abordagem, sinalizando potenciais caminhos para estudos futuros, ao mesmo tempo que possibilitou, já neste estudo, uma descrição mais detalhada e qualificada da Cobradi.

Sem prejuízo das contribuições feitas por outros parceiros, mereceram especial atenção, nesse particular, os contatos realizados com a ABC, a Anvisa, a CAIXA, a CGFome, o CNPq, a Embrapa, o MCTI, o MDS, a SVS/MS, o Conare/MJ, além do próprio Ipea. Com essas instituições, multiplicaram-se os contatos (presenciais, telefônicos e eletrônicos), com vistas a conseguir o mais aprofundado levantamento possível, qualificando a Cobradi e dando a conhecer algumas de suas principais características.

2. Particularmente relevante na cooperação humanitária.

3. O número de países se refere tanto a países com os quais o Brasil cooperou diretamente quanto a países sedes de organizações internacionais ou instituições ou ainda a países de origem de indivíduos atendidos pela Cobradi.

Cumprasse assinalar que se optou por manter as modalidades presentes nos estudos anteriores – cooperação técnica, cooperação educacional, cooperação científica e tecnológica, cooperação humanitária, apoio e proteção a refugiados, operações de manutenção da paz e gastos com organismos internacionais – de modo a consolidar a base de dados sistematizados de 2005 a 2013.

A ênfase na descrição das práticas da cooperação internacional brasileira evidenciou a transversalidade de muitas das ações empreendidas pelo Brasil. Tal fato mostrou, por um lado, a dificuldade de seu enquadramento em uma (e apenas uma) modalidade pré-existente e sugeriu, por outro lado, o afastamento das modalidades tradicionais mediante a identificação de categorias derivadas da prática no esforço em possibilitar uma adequada compreensão da cooperação brasileira.

Sobre a apresentação dos dados referentes a gastos e práticas da cooperação internacional prestada pelo Brasil, foram adotados dois procedimentos básicos: *i)* no que se refere aos gastos, buscou-se estabelecer um padrão mínimo quanto à sua apresentação, com totalizações ano a ano e para o período, detalhando, quando possível, as contribuições de cada órgão envolvido em cada modalidade de cooperação. Tais dados foram apresentados, normalmente em cada capítulo, sob a denominação de dispêndios do governo brasileiro; e *ii)* no tocante às práticas, respeitando as peculiaridades de cada modalidade, apresenta-se em cada capítulo do estudo o contexto regimental ou fundamento legal da atuação internacional brasileira na área, descrevendo, no mais das vezes, um conjunto significativo de ações que caracterizam a Cobradi.

A partir da análise da atuação de instituições-chave e de iniciativas por elas implementadas, buscou-se compor um panorama da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional, capturando suas formas e seus conteúdos.

A propósito, haja vista a extensão e a diversidade de iniciativas implementadas pelo governo brasileiro no período coberto pelo estudo, optou-se pelo detalhamento de práticas selecionadas, com a composição, quando possível, de quadros-síntese de outras práticas – como no caso da cooperação técnica, por exemplo. Tais quadros sinalizam a possibilidade de aprofundamento do estudo no futuro, ao mesmo tempo que oferecem uma espécie de portfólio de práticas e temas da cooperação brasileira.

De forma semelhante, buscou-se apresentar o conjunto de países e regiões que se beneficiaram da presença brasileira para a promoção de seu próprio desenvolvimento nacional, sem a preocupação de vincular a uma prática ou gasto específico. O objetivo, nesse caso, foi identificar a extensão geográfica da Cobradi.

O *Relatório Cobradi 2011-2013* apresenta-se em sete capítulos além desta *Apresentação* e uma seção com as considerações finais.

O capítulo 1 aborda a cooperação técnica. Operacionalizada majoritariamente por funcionários públicos federais ou agentes financiados com recursos do Orçamento Geral da União, esta modalidade se funda na transferência e compartilhamento de conhecimentos e experiências, prevalecendo a necessidade de demanda externa para sua execução.

A concessão de bolsas de estudo e a oferta de vagas a estudantes estrangeiros em instituições de ensino brasileiras constituem o cerne da cooperação educacional brasileira, objeto do capítulo 2.

A partir da identificação dos principais programas e iniciativas do governo brasileiro na área, foi possível apresentar um quadro geral da presença de estudantes estrangeiros no país, nos mais variados níveis de formação, além do amplo envolvimento de instituições de ensino dispersas pelas cinco regiões do país. Outras iniciativas na área também são tratadas no capítulo, confirmando a diversidade e o alcance da cooperação educacional brasileira.

A cooperação científica e tecnológica brasileira é abordada em seguida, merecendo particular ênfase o financiamento de pesquisa pelo governo brasileiro e as práticas relacionadas à pesquisa agropecuária e à pesquisa espacial como exemplos da cooperação brasileira no tema.

Modalidade peculiar da Cobradi, a cooperação científica e tecnológica brasileira assegura ao país papel de protagonista na produção de conhecimento científico de ponta, ao mesmo tempo que possibilita o acesso de pesquisadores brasileiros a esse tipo de conhecimento, o que pode ser visto na atuação das unidades de pesquisa, organizações sociais, agências e empresas públicas descrita no capítulo 3.

As práticas da cooperação humanitária empreendidas pelo Brasil estão registradas no capítulo 4, caracterizando-se a atuação do governo brasileiro em situações de emergência mediante o repasse de recursos financeiros para organismos especializados em cooperação humanitária das Nações Unidas, envio de especialistas e doação de gêneros alimentícios, medicamentos e itens de primeira necessidade.

Para as ações no médio e longo prazo, a cooperação humanitária efetivou-se pela mobilização de recursos humanos para o fortalecimento institucional e pelo empoderamento de indivíduos e comunidades, de forma a evitar que as crises humanitárias se repetissem. Nesse contexto, destacaram-se as iniciativas em segurança alimentar e nutricional do governo brasileiro, tais como o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo às compras locais de alimentos e o programa nacional de merenda escolar.

No capítulo 5, o relatório trata do conjunto de ações e procedimentos realizados pelo governo brasileiro com o propósito de resolver questões gerais e específicas de proteção e apoio às pessoas que vivem no país na condição de refugiados.

As ações de proteção e apoio relatadas retratam a atuação política do Estado brasileiro a partir dos registros mantidos no Comitê Nacional para Refugiados, em consonância com as diretrizes definidas no âmbito mundial pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, valendo registrar a participação da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp); Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Carj); do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (Redemir); Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM); e comitês estaduais e municipais no levantamento dos dados.

A atuação do Brasil nas operações de manutenção da paz e segurança internacional, sob os auspícios das Nações Unidas está configurada no capítulo 6, mais especificamente quanto aos esforços multilaterais de encaminhamento e solução pacífica de conflitos armados. Exemplos da contribuição brasileira para o desenvolvimento do Haiti, para além do componente militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), são apresentados como amostra de uma frente a se explorar em pesquisas futuras.

O capítulo 7 trata dos gastos com organismos internacionais resultantes de compromissos financeiros assumidos pela República Federativa do Brasil junto a organismos, entidades e fundos internacionais para a implementação de acordos e compromissos internacionais de natureza permanente ou temporária, custeados com recursos do Orçamento Geral da União. Destacam-se, nesse particular, não apenas os recursos gastos, mas também a diversidade de instituições com as quais o país contribui.

Por fim, cumpre registrar que, tendo em vista que o estudo Cobradi objetiva caracterizar a natureza específica da cooperação brasileira e *pari passu* subsidiar o processo constante de aprimoramento das políticas públicas que a integram, concluiu-se esta edição com uma seção reunindo considerações finais, dedicada à identificação de problemas relevantes encontrados na formulação do trabalho, acrescentando-se proposições e recomendações.

REFERÊNCIAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2005-2009. Brasília: Ipea, 2010.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2010. Brasília: Ipea, 2013.

SPEAK softly and carry a blank cheque. **The Economist**, Jul. 15th 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/gBERpJ>>. Acesso em: 19 maio 2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica (CT) constitui a mais ampla e diversificada modalidade da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi).

Sob essa denominação, atuaram, entre 2011 e 2013, 88 órgãos da administração pública federal, mediante ações de CT implementadas em 128 países¹ e quatro grupos de países (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas – e Mercosul).

Entendendo-se que a CT se funda em transferência e compartilhamento de conhecimentos e experiências, em bases não comerciais, entre países ou entre um país e um organismo internacional, o detalhamento das práticas executadas pelos órgãos da administração pública federal envolvidos na Cobradi deixa evidente a necessidade de considerar os registros sobre acordos de cooperação técnica internacional, memorandos de entendimento, visitas oficiais e missões técnicas, participação em eventos internacionais e concessão de bolsas de pesquisa para estrangeiros como parte integrante dos esforços de cooperação internacional realizados pelo governo federal no período.

Note-se, ademais, que o entendimento prevalente da cooperação técnica brasileira enseja uma abordagem centrada nos atores da CT quando pensada a partir da lógica dos dispêndios do governo federal, tendo como ponto de ligação as atividades financiadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Do ponto de vista da implementação da Cobradi, no entanto, este capítulo propõe enfocar as práticas realizadas pelo Brasil no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), com vistas a dar maior visibilidade aos conteúdos e ao *modus operandi* dos executores da cooperação técnica.

Nesse sentido, vale observar que, do compartilhamento de experiências bem-sucedidas no âmbito nacional à capacitação de indivíduos e ao fortalecimento de instituições estrangeiras em países parceiros, a cooperação técnica brasileira distingue-se por ser efetivada por funcionários públicos federais ou por agentes

1. Vale observar que parte da cooperação técnica brasileira no período se desenvolveu em território nacional, por meio de treinamentos, oferta de cursos, organização de eventos internacionais, entre outros, com a presença de técnicos ou delegações estrangeiras que vieram ao país conhecer as práticas brasileiras ou trocar experiências em variadas áreas do conhecimento.

financiados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), prevalecendo a necessidade de demanda externa para sua execução.

No centro da rede que se estabelece para implementação da CTI brasileira, está a ABC, criada em 25 de setembro de 1987, à qual compete, em conformidade com o art. 41 do Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010,

planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações.

Atente-se, porém, que, se em sua atuação a ABC se constitui em peça-chave para a formalização da cooperação técnica executada pelo governo brasileiro, não se pode resumir tal cooperação às ações financiadas ou coordenadas pela ABC.

De fato, a cooperação técnica levada a cabo pelas instituições da administração pública federal em muito excede os esforços envidados sob a coordenação da ABC, como deixam claro os dados obtidos junto a essas instituições.

Para fins desse levantamento, os dados referentes à cooperação técnica brasileira serão organizados em dois grupos. O primeiro refere-se aos dispêndios do governo federal apresentados por órgãos federais. Vale ressaltar que os dispêndios do governo federal referem-se ao pagamento de passagens e diárias, horas técnicas, aquisição de materiais e equipamentos, adequação de instalações físicas e outros custos, associados ao fluxo de conhecimentos e saberes entre pessoas e instituições. Tais dispêndios não configuram fluxos financeiros do Brasil para o exterior, prevalecendo sua aplicação na mobilização dos profissionais brasileiros para atendimento das demandas de cooperação técnica internacional.

O segundo grupo compreende as práticas que o governo brasileiro compartilhou com os países parceiros. Portanto, sem se limitar a um exercício de quantificação de gastos, este capítulo busca, de forma não exaustiva e inédita, apresentar a atuação do governo federal e a natureza do conhecimento compartilhado.

Em relação ao levantamento dos dispêndios, partiu-se dos dados disponibilizados pela ABC sobre os gastos com a CT para, em seguida, buscar-se nas instituições parceiras da agência e nas demais instituições executoras da cooperação técnica brasileira a complementação das informações.

No tocante à compreensão das práticas, mais do que mera complementação de dados, foi possível constatar o alcance das práticas autonomamente executadas por essas instituições, à margem daquelas financiadas e coordenadas pela ABC, bem como acessar o conteúdo da cooperação do Brasil para o exterior, indo além do registro de gastos.

Nesse sentido, importa observar que, como parte do esforço de melhor dimensionar e qualificar a cooperação para o desenvolvimento implementada pelo governo federal brasileiro, o levantamento selecionou seis políticas públicas,² com vistas a aprofundar aquilo que se sabe sobre a cooperação a partir da descrição das práticas. Procurou-se, com isso, lançar luz sobre a atuação internacional do governo federal brasileiro, mediante a cooperação técnica na promoção do desenvolvimento internacional.

O capítulo encerra-se com uma síntese das principais contribuições de órgãos do governo federal atuantes nessa modalidade durante o período do estudo.

1.1 Dispendícios com a cooperação técnica

Esta seção detalha os dispendícios governamentais, considerando três aspectos centrais: *i*) variação temporal dos desembolsos; *ii*) participação nominal e relativa de cada órgão do governo federal no total gasto ao longo do triênio 2011-2013; e *iii*) diferentes alocações de recursos do governo brasileiro com cooperação técnica internacional no triênio 2011-2013.

O governo federal dispendeu, entre 2011 e 2013, R\$ 211,6 milhões com as ações da cooperação técnica internacional, notando-se aumento de gastos com a modalidade em 2013, após queda dos valores entre 2011 e 2012 (tabela 2).

TABELA 2
Dispendícios do governo federal com a cooperação técnica (2011-2013)
(Em R\$)

	2011	2012	2013	Total
Dispendícios com a cooperação técnica	76.390.347	66.412.814	68.803.402	211.606.564

Fontes: ABC/Ministério das Relações Exteriores (MRE); Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (Aisa)/Ministério da Saúde (MS); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), CAIXA, Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Escola de Administração Fazendária (Esaf), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/MS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Ipea, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério das Cidades (MDCidades), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Turismo (MTur), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/MS.

Elaboração: Ipea.

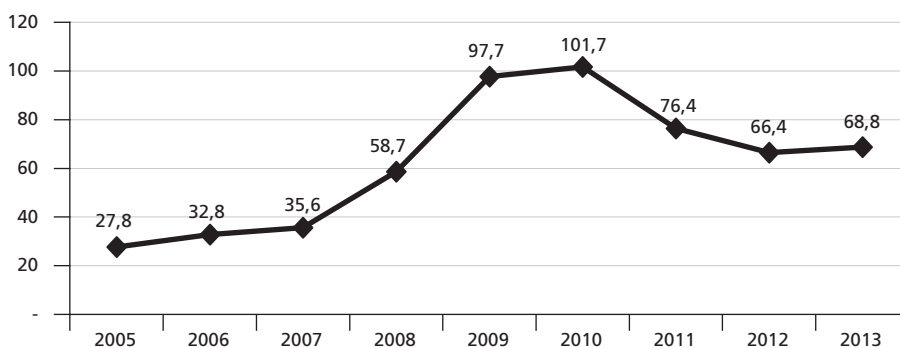
2. As seis políticas públicas escolhidas e seus respectivos executores foram: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Desenvolvimento Urbano e Inclusão Bancária (CEF); Direitos Humanos (SDH); Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Pesquisa Econômica (Ipea); e Saúde Pública (Fiocruz, Anvisa, Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, Aisa, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES, Secretaria de Atenção à Saúde – SAS, Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva – Inca); além da ABC. A escolha dessas políticas se pautou pela disponibilidade do detalhamento das ações, pelo acesso a este e por sua relevância.

No período 2005-2013, os dispêndios do governo federal com a cooperação técnica experimentaram forte redução em 2011 e 2012, com leve recuperação em 2013, mantendo-se em patamar superior ao registrado em 2008 (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica (2005-2013)

(Em R\$ milhões)



Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

No que concerne à participação nominal e relativa dos órgãos do governo federal que exerceram atividades de CT, destacou-se a ABC, responsável por 71,6% desses gastos, realizados com dotações do MRE alocadas à agência, sendo os restantes 28,4% provenientes desses outros órgãos da administração pública federal (tabela 3). Note-se que parte dos dispêndios apresentados pelos órgãos federais, à exceção da ABC, refere-se ao valor de horas técnicas dos profissionais desses órgãos federais disponibilizados para executar ações de cooperação técnica.

TABELA 3

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional por órgãos federais (2011-2013)

(Em R\$)

Órgãos federais	2011	2012	2013	Total	Participação (%)
ABC	59.857.297	45.683.440	45.914.223	151.454.961	71,6
Embrapa	3.474.823	4.761.012	3.408.398	11.644.233	5,5
Aisa/MS	2.544.997	3.862.190	3.132.525	9.539.712	4,5
Anvisa	1.847.279	2.227.076	1.754.220	5.828.575	2,8
MDS	378.651	883.074	3.908.804	5.170.529	2,4
CPRM	1.172.933	1.610.606	1.122.451	3.905.990	1,8
Ipea	924.808	1.166.722	911.448	3.002.978	1,4
SVS/MS	61.755	935.953	1.627.193	2.624.901	1,2

(Continua)

(Continuação)

Órgãos federais	2011	2012	2013	Total	Participação (%)
MTE	1.073.653	811.137	711.931	2.596.721	1,2
MME	863.436	782.992	807.771	2.454.199	1,2
Fiocruz	744.700	746.040	768.260	2.259.000	1,1
Iphan	501.974	396.632	771.266	1.669.872	0,8
Enap	384.184	355.070	683.922	1.423.176	0,7
CAIXA	634.792	258.256	371.065	1.264.113	0,6
MPS	187.561	-	958.052	1.145.613	0,5
MCidades	242.006	388.964	395.186	1.026.156	0,5
Ibiam	393.340	118.574	395.100	907.014	0,4
Mtur	267.153	312.538	301.794	881.485	0,4
Ibama	82.482	426.124	321.530	830.136	0,4
Esaf	325.471	251.649	212.062	789.182	0,4
Ceplac	197.143	224.308	44.482	465.933	0,2
DNPM	75.701	89.644	109.430	274.775	0,1
MPA	2.395	71.710	106.984	181.089	0,1
Inmet	74.087	29.198	27.485	130.770	0,1
Conab	73.981	6.920	32.671	113.572	0,1
SDH	3.745	12.985	5.149	21.879	0,0
Total	76.390.347	66.412.814	68.803.402	211.606.564	100,0

Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Apresentam-se, ademais, os dados sobre os dispêndios do governo federal a partir de sua distribuição geográfica, oferecendo-se, assim, abordagem complementar para compreensão dos gastos da União com cooperação técnica.

Cumprir observar que a cooperação técnica internacional do governo federal (apresentada na tabela 4 a partir dos órgãos que a executaram) resulta da soma dos gastos com cooperação com: *i*) países e grupos de países;³ *ii*) atividades regionais;⁴ *iii*) organismos internacionais e regionais; *iv*) eventos no Brasil e no exterior; e *v*) gestão da CTI.

No período em estudo, destacaram-se a parceria com Moçambique, a predominância de países de língua portuguesa como principais países parceiros e a presença dos países que compõem o Projeto Cotton-4 (Benim, Burkina Faso,

3. Nessa representação, manteve-se a indicação de registros com múltiplos parceiros, oriunda dos dados originalmente fornecidos pelas fontes. Revela-se, assim, a complexidade de se formular uma visão panorâmica e realista da cooperação técnica brasileira quando se busca enquadrá-la, por exemplo, na classificação bilateral *versus* multilateral.

4. Atividades regionais referem-se a ações de caráter regional, tais como seminários realizados em um determinado país, mas em benefício de um grupo de países.

Chade e Mali), caracterizado pela difusão de boas práticas agrícolas para o algodão destes países (tabela 5).

Note-se que os dispêndios do governo federal em países desenvolvidos, tais como França, Estados Unidos, Itália, Espanha, entre outros países, referem-se à participação do Brasil em atividades de intercâmbio de técnicas e conhecimentos para a promoção do desenvolvimento internacional realizadas nesses países (tabela 4).

TABELA 4

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional por países e grupos de países (2011-2013)
(Em R\$)

Países/grupos de países	2011	2012	2013	Total
Moçambique	5.771.000	6.618.212	7.355.734	19.744.946
São Tomé e Príncipe	2.473.347	1.581.042	3.620.022	7.674.411
Timor-Leste	2.196.603	1.739.022	1.072.548	5.008.173
Benim, Burkina Faso, Chade e Mali	322.040	1.246.612	3.039.660	4.608.312
Guiné-Bissau	2.892.354	969.213	680.440	4.542.008
El Salvador	1.358.042	1.376.380	1.056.637	3.791.060
Peru	1.113.694	905.567	1.732.108	3.751.369
Guatemala	2.289.895	440.481	58.848	2.789.224
Angola	1.066.361	936.444	726.824	2.729.630
Haiti ^A	1.388.288	-199.446	1.531.405	2.720.247
Cuba	920.631	1.261.696	490.080	2.672.407
Paraguai	1.367.709	965.840	74.130	2.407.679
Cabo Verde	1.259.199	462.827	625.850	2.347.876
Uruguai	751.717	769.888	789.794	2.311.399
Senegal	1.067.841	793.989	359.527	2.221.356
Jamaica	205.338	511.517	1.440.114	2.156.969
Equador	764.113	1.035.911	257.997	2.058.022
Venezuela	1.093.376	742.062	52.964	1.888.402
Benim	292.200	1.125.808	350.550	1.768.558
República Dominicana	384.105	806.698	552.073	1.742.876
França	444.383	540.205	693.733	1.678.321
Bolívia	509.731	642.537	353.765	1.506.033
Países do Mercosul	407.399	596.615	470.074	1.474.088
Suriname	631.673	594.307	134.493	1.360.473
Argélia	855.985	224.523	204.955	1.285.463
Colômbia	620.501	219.430	250.973	1.090.904

(Continua)

(Continuação)

Países/grupos de países	2011	2012	2013	Total
Guiana	479.833	415.098	169.364	1.064.296
Nicarágua	168.486	271.786	436.309	876.581
República Democrática do Congo	281.759	419.728	133.769	835.256
Argentina	553.488	84.794	148.371	786.654
El Salvador, Equador, Bolívia, Peru e Paraguai	-	-	675.879	675.879
Burkina Faso	-	121.033	503.552	624.585
Togo	97.072	409.585	103.210	609.867
Honduras	4.652	310.291	292.808	607.751
Suriname e Guiana Francesa	288.651	318.897	-	607.548
Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai	-	249.408	313.079	562.487
Itália	446.381	- 5.304	77.870	518.947
Gana	328.816	180.446	600	509.862
Estados Unidos	181.953	233.122	85.380	500.455
Países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas)	79.113	-	408.498	487.610
Costa Rica	345.197	119.693	7.676	472.566
México	217.861	127.510	51.887	397.258
Panamá	108.810	209.138	76.774	394.722
Zâmbia	93.671	123.460	160.001	377.131
Tanzânia	187.869	137.594	43.397	368.861
Chile	80.562	191.022	76.776	348.360
Suíça	157.770	61.581	125.377	344.728
Espanha	15.122	182.130	141.767	339.019
República do Congo	147.020	167.762	-	314.782
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	261.409	26.389	23.960	311.759
Palestina	52.661	253.589	-	306.250
Camarões	44.894	235.304	24.400	304.598
Libéria	51.278	125.476	75.772	252.526
Quênia	119.461	109.266	-	228.727
Malawi	109.036	117.591	-	226.628
Costa do Marfim	57.148	137.609	27.544	222.301
Alemanha	20.419	109.464	80.888	210.771
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop)	6.204	146.909	32.616	185.730
Tunísia	-	184.197	617	184.814
China	129.773	16.859	37.272	183.904

(Continua)

(Continuação)

Países/grupos de países	2011	2012	2013	Total
Nigéria	137.317	34.690	9.702	181.709
Etiópia	61.885	114.060	5.151	181.096
Japão	67.876	49.473	59.822	177.171
Trinidad e Tobago	131.530	40.486	-	172.016
África do Sul	97.974	31.165	40.452	169.591
Namíbia	112.324	42.818	-	155.141
Estônia	-	154.538	-	154.538
Botsuana	23.138	74.212	39.032	136.382
Sri Lanka	-	-	134.508	134.508
Mauritânia	41.852	59.186	24.461	125.500
Fiji	-	97.059	13.827	110.886
Sudão	-	70.918	36.597	107.516
Canadá	62.971	19.359	19.641	101.971
Tailândia	53.264	47.036	-	100.299
Rússia	-	63.730	34.911	98.641
Reino Unido	3.175	67.697	26.597	97.469
Armênia	80.732	-	-	80.732
Granada	46.280	-	31.111	77.391
Índia	400	73.768	600	74.768
Moçambique e Portugal	2.800	-	67.338	70.138
Guiné Equatorial	65.489	-	-	65.489
Zimbábue	64.309	-	-	64.309
Israel	-	-	62.548	62.548
Argentina, Paraguai e Uruguai	58.878	-	-	58.878
Bahamas	-	-	56.033	56.033
Paquistão	400	55.537	-	55.937
Guiné	53.449	1.598	-	55.047
Moçambique e Malaui	-	-	51.852	51.852
Noruega	20.268	14.066	16.836	51.170
Geórgia	-	48.977	-	48.977
Síria	47.304	-	-	47.304
Austrália	-	16.091	29.983	46.074
São Cristóvão e Névis	15.700	-	27.654	43.354
Irã e Canadá	43.210	-	-	43.210
Santa Lúcia	16.070	24.317	1.728	42.115
Portugal	16.252	-	24.711	40.963
Belize	40.519	-	-	40.519
Coreia do Sul	18.623	19.626	-	38.249

(Continua)

(Continuação)

Países/grupos de países	2011	2012	2013	Total
Gabão	37.918	-	-	37.918
Inglaterra	27.977	9.141	-	37.118
Moçambique e África do Sul	-	2.450	33.570	36.020
Afeganistão	24.636	8.930	-	33.566
Bélgica	8.507	-	23.799	32.306
Angola e Moçambique	-	24.840	2.800	27.640
República Dominicana, Equador e Paraguai	-	-	27.136	27.136
Filipinas	19.771	2.114	5.212	27.097
Índia e China	26.699	-	-	26.699
Índia, Congo, Senegal, Tanzânia, Suazilândia e Malawi	-	-	26.574	26.574
Bulgária	21.651	-	-	21.651
Irã	19.654	-	-	19.654
Suécia e Itália	-	-	18.771	18.771
Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas	-	18.768	-	18.768
Áustria	2.350	14.208	2.188	18.746
Espanha e Suíça	-	16.477	-	16.477
Equador e República Dominicana	-	16.105	-	16.105
Alemanha, Portugal, Luxemburgo e Bélgica	-	-	15.980	15.980
Japão e Bolívia	14.721	-	-	14.721
Alemanha e Suíça	-	-	13.847	13.847
Vanuatu	-	-	13.827	13.827
Moçambique e Tanzânia	-	-	13.200	13.200
Noruega e Suécia	-	-	12.857	12.857
Bélgica e Suíça	-	11.452	-	11.452
Antígua e Barbuda	-	-	10.370	10.370
Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Suriname	-	-	8.642	8.642
Holanda	7.909	-	-	7.909
Burundi	7.515	-	-	7.515
Dominica	-	-	7.264	7.264
Suécia	6.270	600	-	6.870
Senegal e Níger	-	-	6.800	6.800
Nepal, Fiji e Nigéria	-	-	6.079	6.079
Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai	6.038	-	-	6.038
Bangladesh	-	-	5.915	5.915
Eslovênia	-	5.170	-	5.170
Tailândia e Malásia	-	-	5.170	5.170

(Continua)

(Continuação)

Países/grupos de países	2011	2012	2013	Total
Turquia	-	5.135	-	5.135
Guiana Francesa	-	-	4.880	4.880
Uganda	-	-	4.202	4.202
Lesoto	3.424	-	-	3.424
Colômbia e Bolívia	3.349	-	-	3.349
Escócia, Polônia e Itália	-	3.200	-	3.200
Irlanda	-	-	2.350	2.350
Arábia Saudita ¹	-4.524	4.815	1.752	2.043
Indonésia	1.379	400	-	1.779
Nova Zelândia	-	-	1.713	1.713
Uruguai e Portugal	-	1.713	-	1.713
Egito	-	400	1.000	1.400
Vietnã	430	400	-	830
Belize e Granada	-	727	-	727
Gana, Quênia, Ruanda e Zimbábue	600	-	-	600
Omã	-	600	-	600
Ilhas Maurício	400	-	-	400
Mali	400	-	-	400
Serra Leoa	-	-	400	400
São Vicente e Granadinas	164	-	-	164
Malásia	163	-	-	163
Ucrânia ¹	-3.387	-	-	-3.387
Marrocos ¹	-8.531	-	-	-8.531
Coreia do Norte ¹	-33.019	-	-	-33.019
Total	39.140.346	34.066.863	33.402.107	106.609.316

Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaí, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Segundo a ABC, os dados apresentados com valores negativos referem-se a reembolsos de despesas de atividades não realizadas conforme originalmente planejadas nos documentos de projetos. Não houve nenhum caso de devolução de recursos financeiros por governo estrangeiro, haja vista o Brasil não realizar transferências monetárias para países parceiros no âmbito de iniciativas de cooperação técnica.

Complementarmente à indicação dos gastos realizados com países e grupos de países, os dados apontam dispêndios com “atividades regionais”, quais sejam, seminários realizados em um determinado país em favor de um grupo de países de uma mesma área geográfica, como no treinamento de militares sul-americanos e em projetos de alimentação escolar no continente africano. No que diz respeito à implantação de bancos de leite humano, a ABC coordena um conjunto de projetos bilaterais de cooperação técnica brasileira, os quais contribuem para o fortalecimento da rede ibero-americana de banco de leite humano. Nesses casos, observou-se a prevalência

dos gastos com a África, com cerca de R\$ 9,2 milhões, seguidos por América do Sul, América Latina e países da Comunidade do Caribe (Caricom) – com, respectivamente, R\$ 1,4 milhão, R\$ 1,2 milhão e R\$ 1,0 milhão. Os gastos com América Central (R\$ 535 mil) e Ásia (R\$ 5 mil) encerram esse tipo de registro (tabela 5).

TABELA 5

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional por atividades regionais (2011-2013)
(Em R\$)

Regional	2011	2012	2013	Total
Regional – África	3.835.537	2.846.310	2.558.022	9.239.870
Regional – América Central	16.795	449.702	68.809	535.306
Regional – América do Sul	392.989	704.029	342.017	1.439.035
Regional – América Latina	497.502	630.031	73.806	1.201.339
Regional – Ásia	-	5.454	-	5.454
Regional – países da Caricom	474.546	239.143	305.759	1.019.448
Total	5.217.369	4.874.669	3.348.413	13.440.452

Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, CPRM e Embrapa.
Elaboração: Ipea.

Conforme registrado anteriormente, a atuação da cooperação brasileira não se restringe a países, grupos de países ou atividades regionais, mas compreende, igualmente, iniciativas executadas por meio de organismos regionais e internacionais, bem como participação de representantes do governo brasileiro em eventos de intercâmbio de conhecimento no exterior e no Brasil.

No caso dos gastos com a cooperação técnica realizada por organismos regionais e internacionais, destacam-se os dispêndios pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), da Organização Mundial da Saúde (OMS), com R\$ 5,1 milhões no acumulado do período disponibilizados pelo governo federal (tabela 6).

Embora os referidos gastos estejam relacionados a iniciativas de cooperação técnica executadas por organismos internacionais com recursos financeiros disponibilizados por órgãos federais, tais atividades não compõem a carteira de projetos de cooperação técnica trilateral, coordenada pela ABC, desenvolvida no âmbito de programas de parcerias estabelecidos com organismos internacionais.

TABELA 6

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional por organismo regional/internacional (2011-2013)
(Em R\$)

Organismos regionais e internacionais	2011	2012	2013	Total
Opas/OMS	2.350.006	1.162.021	1.643.855	5.155.882

Fonte: Aisa/MS.
Elaboração: Ipea.

O compartilhamento de conhecimentos e técnicas em eventos internacionais realizados no Brasil e no exterior⁵ completa o quadro dos gastos do governo federal com essa modalidade de cooperação internacional. Nesse caso, observou-se uma prevalência nos dispêndios em eventos realizados no exterior, sendo os gastos com estes (R\$ 20,6 milhões) superiores aos desembolsos realizados na promoção de eventos no Brasil (R\$ 16,2 milhões), conforme tabela 7.

TABELA 7

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional segundo a localização dos eventos (2011-2013)

(Em R\$)

Localização dos eventos	2011	2012	2013	Total
No Brasil	7.324.949	5.930.100	2.960.988	16.216.038
No Exterior	5.054.828	5.493.453	10.039.631	20.587.912
Total	12.379.777	11.423.553	13.000.619	36.803.950

Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, Anvisa, Ceplac/Mapa, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPS, MTE, MTur e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Por fim, R\$ 40,3 milhões dos dispêndios compõem os gastos da ABC com a gestão da cooperação técnica quando apresentados de forma agregada. Além disso, R\$ 9,2 milhões são discriminados como “outros registros”, por não se enquadrarem nas categorias apresentadas anteriormente (tabela 8).

TABELA 8

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional, por registro (2011-2013)

(Em R\$)

Registro	2011	2012	2013	Total
Países e grupos de países	39.140.346	34.066.863	33.402.107	106.609.316
Eventos	12.379.777	11.423.553	13.000.619	36.803.950
Regionais	5.217.369	4.874.669	3.348.413	13.440.452
Organismos regionais e internacionais	2.350.006	1.162.021	1.643.855	5.155.882
Gestão da CT (ABC)	17.302.848	11.589.270	11.454.291	40.346.409
Outros registros	-	3.296.438	5.954.117	9.250.555
Total	76.390.347	66.412.814	68.803.402	211.606.564

Fontes: ABC/MRE; Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Isolados os gastos por região geográfica, nota-se a prevalência de dispêndios com a África (R\$ 62,8 milhões), a América Latina e o Caribe (R\$ 61,5 milhões),

5. Tais eventos envolvem desde a realização de treinamentos no país até a participação de servidores públicos em reuniões, congressos, *workshops*, visitas técnicas e oficinas de trabalho.

sendo que as demais regiões (Oceania, Europa, Ásia e Oriente Médio e América do Norte) somaram R\$ 10,9 milhões dos gastos por região (tabela 9).

TABELA 9

Dispêndios do governo federal com a cooperação técnica internacional por região (2011-2013)
(Em R\$)

Regiões	2011	2012	2013	Total	Participação (%)
África	22.059.553	19.877.279	20.896.283	62.833.115	46,4
América Latina e Caribe	25.079.064	21.020.528	15.420.578	61.520.170	45,5
Oceania	2.196.603	1.755.113	1.118.071	5.069.787	3,7
Europa	1.195.047	1.184.626	1.277.571	3.657.243	2,7
Ásia e Oriente Médio	506.220	753.503	361.537	1.621.260	1,2
América do Norte ¹	244.924	252.481	105.021	602.426	0,4
Total¹	51.281.412	44.843.530	39.179.060	135.304.002	100

Fontes: ABC/MRE; Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fiocruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Ipea, Iphan, MCidades, MDS, MME, MPA, MPS, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Exceto o México.

² Os valores referentes aos dispêndios com a CPLP, eventos no exterior, Opas/OMS, Zopacas, gestão da cooperação técnica, grupos de países de diferentes continentes e os valores destacados como “outros registros” não foram inseridos, por não ser possível classificá-los a partir das regiões da tabela.

1.2 Algumas práticas da cooperação técnica

Para além dos gastos, a cooperação técnica pode ser compreendida a partir da descrição das suas práticas, agrupadas em conformidade com as políticas públicas a que se referem, destacando-se seu conteúdo – conhecimentos e técnicas a elas atrelados.

Nesta seção, com vistas a apresentar uma primeira abordagem desta dimensão da Cobradi, estão elencadas as práticas vinculadas a estes temas: desenvolvimento social e combate à fome; desenvolvimento urbano e inclusão bancária; direitos humanos; pesquisa agropecuária; pesquisa econômica; e saúde pública.⁶ A seção encerra-se com um levantamento não exaustivo de outras práticas do governo brasileiro, apresentando possibilidades de desdobramentos futuros para a pesquisa.

1.2.1 Desenvolvimento social e combate à fome

Nos últimos anos, as políticas sociais brasileiras foram eficazes no combate à fome e à pobreza. De acordo com estudo do Banco Mundial, entre 2011 e 2013, o percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4% no Brasil. Ao todo, 25 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema ou moderada no país (Ceratti, 2015).

6. Vale observar que a diversidade das fontes de dados e da natureza das práticas compartilhadas, além do nível de detalhamento disponível das informações, impossibilitou o tratamento uniforme dessas práticas, buscando-se, contudo, sua descrição e compreensão.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) foi responsável por executar políticas direcionadas para esta temática, o que o levou a receber diversas demandas de governos estrangeiros interessados em conhecer as experiências brasileiras.

Criado em 2004, o MDS é originário de três estruturas governamentais extintas: *i)* Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa); *ii)* Ministério de Assistência Social (MAS); e *iii)* Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família.⁷

No MDS, o governo federal centralizou as iniciativas com a missão de promover inclusão social, segurança alimentar e nutricional, assistência integral e renda mínima de cidadania para as famílias que vivem em situação de pobreza.

Nesse sentido, criou em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan),⁸ com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio do poder público e da participação da sociedade civil organizada.⁹ Nas disposições gerais da Lei Orgânica nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu art. 6º, enfatiza-se que “O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional”.

Para tanto, a cooperação executada pelo MDS foi baseada no compartilhamento de experiências por autoridades, especialistas e técnicos do ministério em eventos nacionais e no exterior. Os eventos foram de diversas naturezas, tais como audiências, conferências, debates, encontros, exposições, fóruns, mesas-redondas, missões, oficinas, painéis, reuniões, seminários e *workshops*. Além disso, o MDS desenvolveu os Seminários Internacionais “Políticas Sociais para o Desenvolvimento” e a recepção de missões bilaterais, em articulação com o MRE.

De acordo com o MDS, o órgão se fez presente no exterior em 88 missões em 2011, 73 em 2012 e 59 em 2013. As participações ocorreram tanto em eventos organizados por outros países – em desenvolvimento e desenvolvidos – e por atores regionais – como as reuniões do Mercosul, da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) – quanto em foros globais, com a participação de órgãos

7. Para mais informações, ver Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/49yfp1>>.

8. Integram o Sisan: *i)* a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; *ii)* o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); *iii)* a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); *iv)* os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional (SAN) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e *v)* as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

9. Conforme disposto na Lei Orgânica nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

da Organização das Nações Unidas (ONU) – como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (Acnudh), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc).

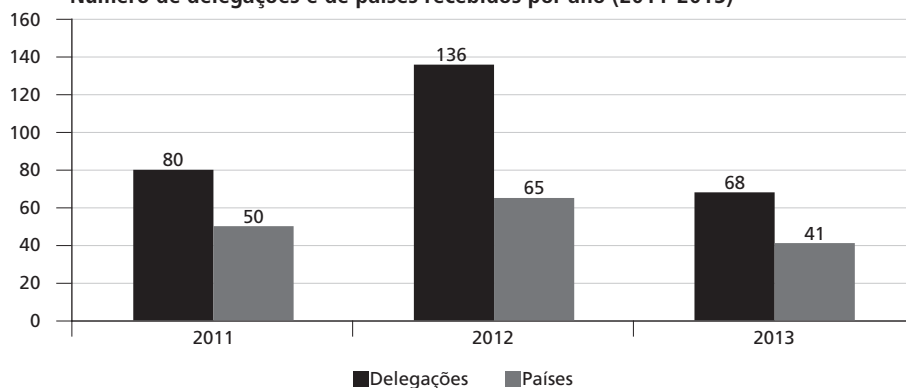
A cooperação técnica também foi executada em solo brasileiro mediante o compartilhamento de experiências com delegações estrangeiras durante as missões recebidas. O MDS contabilizou 147 eventos nacionais com participação de delegações estrangeiras, sendo 57 em 2011; 49 em 2012; e 41 em 2013.

Entre os eventos, destacaram-se o V Fórum Ministerial de Desenvolvimento do Pnud, que contou com a participação de 27 países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe e da África; a Semana Sul-Americana de Desenvolvimento Social; e as reuniões da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMASM), com a participação da Argentina, da Venezuela e do Uruguai.

Em 2011, oitenta delegações, representantes de cinquenta países, vieram ao Brasil para conhecer experiências brasileiras de desenvolvimento social e combate à fome. O aumento no número de delegações interessadas nos programas sociais em 2012 alcançou 136 delegações de 65 países, fruto do lançamento dos seminários internacionais e de outros eventos promovidos pelo ministério naquele ano. Os dados não se repetiram em 2013 (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Número de delegações e de países recebidos por ano (2011-2013)



Fonte: MDS.
Elaboração: Ipea.

Autoridades estrangeiras vieram para o Brasil para estabelecer parcerias e aprofundar o conhecimento em áreas específicas das políticas sociais brasileiras. No país, buscaram conhecer estes aspectos: *i*) as políticas de crédito (Sudão); *ii*) as políticas de proteção social (Botsuana, Bulgária, Costa do Marfim, Cuba, Egito, El Salvador, França, Haiti, México, Moçambique, Omã, Reino Unido, Tunísia e Vietnã); *iii*) os programas de cisternas (Timor-Leste); *iv*) o Cadastro Único (El Salvador, Índia, Peru e Venezuela); *v*) o Programa Bolsa Família (África do Sul, Alemanha, Bangladesh, China, Colômbia, Honduras, Índia e Suriname); *vi*) o Plano Brasil Sem Miséria (África do Sul, China, Colômbia, Peru e Suécia); *vii*) a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Bolívia, Colômbia, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Guiné-Bissau, Haiti, Indonésia, Mali, México, Quênia, Senegal, Serra Leoa, Suriname e Tanzânia); *viii*) o Programa de Alimentação Escolar (El Salvador, Mali e México); *ix*) a produção e comercialização de alimentos (Moçambique e Malauí); *x*) os programas de inclusão da juventude (Quênia); e *xi*) os sistemas de gerenciamento, monitoramento e avaliação de políticas (Peru, Quênia e Uruguai).

1.2.2 Desenvolvimento urbano e inclusão bancária

A cooperação técnica internacional também incluiu, dentre suas práticas, a gestão de pagamento de benefícios sociais; desenvolvimento urbano (habitação, saneamento etc.); inclusão bancária; correspondentes bancários; desenvolvimento regional e fronteira; e estruturação e gestão de fundos (quadro 1).

Essas atividades foram desenvolvidas pela CAIXA em países da América do Sul e da CPLP na África, além da Palestina, configurando uma ampliação do papel social dessa entidade.

QUADRO 1

Síntese das práticas de desenvolvimento urbano e inclusão bancária por país (2011-2013)

País	Práticas
Cabo Verde	Elaboração dos manuais operacionais para o programa habitacional cabo-verdiano Casa para Todos. Modelo financeiro para a sustentação do programa. Apoio na construção de modelo de análise de renda não comprovada. Modelo para estruturação de cadastro único de beneficiários de programas sociais.
Moçambique	Apoio à elaboração de proposta de política habitacional. Transferência de tecnologia para concepção, fabricação e uso de equipamentos para moldagem de produtos. Transferência de metodologias de construção não convencional adequadas à realidade moçambicana. Transferência de tecnologia para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares. Desenho de cinco-projetos-tipo para construção de habitações de baixa renda na forma digital e impressa. Formulação de metodologia para implementação de sistema de acompanhamento de custos e índices da construção civil. Apoio à estruturação e elaboração do projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e na instalação de um laboratório para pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção. Apoio no planejamento e elaboração do termo de referência para implantação de mestrado interinstitucional na área de construção civil, voltado a docentes e técnicos do governo de Moçambique.
Palestina	Oficinas técnicas sobre fundos públicos para habitação e manejo de resíduos sólidos urbanos.

(Continua)

(Continuação)

País	Práticas
Peru	Fortalecimento das capacidades em microfinanças. Gestão operacional de programas sociais. Apoio à modernização da gestão municipal e assistência técnica a municípios.
São Tomé e Príncipe	Capacitação na estruturação e gestão de fundos de desenvolvimento social. Ordenamento territorial. Política habitacional e metodologias não convencionais de construção.
Venezuela	Urbanização de favelas em Caracas. Modelagem do atendimento bancário público a serviço do cidadão. Treinamento sobre comércio exterior.

Fonte: CAIXA.

Elaboração: Ipea.

A cooperação prestada é basicamente conduzida pela ABC mediante parceria com o Pnud, à exceção da parceria mantida com o Banco da Venezuela para intercâmbio de informações sobre segurança bancária e educação corporativa, entre outros temas.

1.2.3 Direitos humanos

A coordenação da Política Nacional de Direitos Humanos observa as diretrizes e os objetivos estabelecidos no III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).¹⁰ O PNDH-3 inclui ainda diretrizes sobre as ações guiadas no plano internacional.

No PNDH-3, cabe à SDH/PR e ao MRE a promoção dos direitos humanos como princípios orientadores das políticas públicas e das relações internacionais. Neste sentido, as ações programáticas desses são voltadas tanto para o aprofundamento da cooperação multilateral quanto para a agenda de cooperação bilateral com países em desenvolvimento, com foco em Haiti, Timor-Leste, países lusófonos do continente africano e América Latina (Brasil, 2010b, p. 32).

A delegação de atribuições para órgãos da administração pública brasileira no PNDH-3 serve como marco legal para legitimar o uso dos projetos e programas desenvolvidos pela SDH/PR na cooperação técnica.

Em 2011, a secretaria atuou no registro de nascimento em Guiné-Bissau, sendo o órgão brasileiro responsável pela transferência de conhecimento para aquele governo. A experiência brasileira (Brasil, 2014) foi reconhecida por organismos internacionais, tendo sido considerada como exitosa pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o que levou o governo de Guiné-Bissau a solicitar a cooperação brasileira (Muzzi, 2010).

No Haiti, o governo brasileiro contribuiu para a formulação e a execução da política nacional para promoção dos direitos da pessoa com deficiência no país.

10. O PNDH-3 foi aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/G4WP8C>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

O projeto visou apoiar a Secretaria de Estado para Integração de Pessoas com Deficiência na adoção de estratégias nacionais para a atenção e a inclusão das pessoas com deficiências físicas, mentais e intelectuais, sobretudo após o terremoto que atingiu o país em janeiro de 2010.

Em El Salvador, a SDH/PR transferiu conhecimentos, no período 2012-2013, para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A cooperação buscou o fortalecimento de políticas e instituições salvadorenhas, especialmente o Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento Integral da Infância e Adolescência (Isna).

A cooperação, realizada no intuito de fortalecer os canais de comunicação entre a população e o poder público, compartilhou as experiências do serviço de disque-denúncia nacional em direitos humanos (Disque Direitos Humanos – Disque 100) e do Plano de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (Pair).

1.2.4 Pesquisa agropecuária

Com a missão de desenvolver um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, a Embrapa é um importante ator na inovação tecnológica e na geração de conhecimento e tecnologia para a agropecuária do país. Ao superar as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no país, a empresa também adquiriu importância na execução de projetos da cooperação técnica brasileira,¹¹ concentrando parte significativa do financiamento de projetos da ABC.

No período estudado, a Embrapa difundiu as práticas da pesquisa agropecuária brasileira em todos os continentes por meio da troca de experiências direta com 49 países e mediante acordos regionais na América Latina, na África e com a Caricom.

Observou-se a diversidade de atividades desenvolvidas em temas¹² ligados a treinamento, capacitação, intercâmbio de experiências e técnicos em questões relativas a: *i*) pecuária, como a caprinovinocultura (caprinos e ovinos), gado de corte e leiteiro, doenças em animais, genética bovina, leite, mel (apicultura), produção aquícola (peixe) e zoneamento agropecuário; *ii*) agricultura, como algodão, arroz, café, caju, cana-de-açúcar (setor sucroalcooleiro), castanha de caju, cebola, coco e palmeiras, feijão, frutas temperadas e tropicais, gergelim, hortaliças, horticultura, mandioca, milho, mosca da fruta, palma africana, pastagens, pimentão, pragas agrícolas e de frutas tropicais, processamento de cítricos, de frutas e de coco verde,

11. Importante observar que a cooperação técnica implementada pela Embrapa constitui apenas uma parcela da atuação internacional da empresa, merecendo destaque também seu papel como ator da cooperação científica e tecnológica.

12. Para a descrição das atividades e das práticas compartilhadas no campo da pesquisa agropecuária, este estudo buscou palavras-chave que sintetizassem o conhecimento ou a técnica vinculada às práticas, possibilitando agrupá-las em grandes temas.

sementes, soja, tomate e verduras em geral; *iii*) geração de energia e técnicas alternativas, como biocombustíveis, biofertilizantes, etanol, látex e recursos genéticos vegetais; e *iv*) gestão do conhecimento, como cadeias e diversificações produtivas, capacitação em sistemas, manejo sustentável, programas de segurança alimentar, sistemas agroflorestais e suporte técnico.

Uma análise dos dados sobre a cooperação em pesquisa agropecuária permite inferir os temas a que as práticas compartilhadas se referem bem como os países e regiões a que se direcionaram as ações da cooperação técnica brasileira entre 2011 e 2013.

Para fins de sistematização, a cooperação brasileira em pesquisa agropecuária foi apresentada em torno dos grandes temas, das regiões, dos países e das práticas a que se referem (quadro 2).

QUADRO 2

A cooperação em pesquisa agropecuária – grandes temas, regiões, países e práticas (2011-2013)

Grandes temas	Região	Países ¹	Práticas
Pecuária	África (3)	Burkina Faso, Moçambique e Zâmbia.	Agropecuária, doenças animais e leite.
	América Latina e Caribe (10)	(Caricom) Colômbia, Cuba, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago.	Agropecuária, caprinos e ovinos, gado (carne), gado, genética bovina, leite, mel e produção aquícola.
	Ásia e Oceania (2)	Timor-Leste e Vanuatu.	Gado e leite.
	Europa (1)	Geórgia.	Agropecuária.
Agricultura	África (16)	(África, Cotton 4) Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Mali, Malawi, Moçambique, Nigéria, República do Congo, Senegal e Tanzânia.	Algodão, arroz, castanha de caju, frutas tropicais, hortaliças, horticultura, irrigação, mandioca, palma africana, sementes de arroz e setor sucroalcooleiro.
	América Latina e Caribe (24)	(América do Sul, Caricom) Bahamas, Belize, Bolívia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Névis, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.	Açúcar, algodão, arroz, arroz de sequeiro, biofertilizantes, café, caju, cana de açúcar, castanha, castanha de caju, cebola, coco e palmeiras, feijão, frutas temperadas, frutas tropicais, gergelim, hortaliças, horticultura, irrigação, látex, mandioca, milho, mosca da fruta, pastagens, pimentão, pragas agrícolas, pragas de frutas tropicais, processamento de cítricos, processamento de frutas e coco verde, recursos genéticos, recursos genéticos vegetais, sementes, soja, tomate e verduras.
	Ásia e Oceania (4)	Fiji, Tailândia, Vanuatu e Sri Lanka.	Arroz, caju, hortaliças e mandioca.
Energia	África (3)	República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda.	Biocombustíveis.
	América Latina e Caribe (6)	Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Paraguai e Peru.	Biocombustíveis e etanol.
	Ásia e Oceania (1)	Tailândia.	Biocombustíveis.

(Continua)

(Continuação)

Grandes temas	Região	Países ¹	Práticas
Gestão do Conhecimento	África (4)	Angola, Etiópia, Moçambique e Togo.	Apoio institucional, investigação agrônômica e veterinária, manejo sustentável, programa de segurança alimentar, Prosavana, recursos hídricos, segurança alimentar, solos e suporte técnico.
	América Latina e Caribe (6)	(América Latina) Cuba, El Salvador, Panamá, Paraguai e Peru.	Cadeias produtivas, capacitação em sistemas, diversificação agroprodutiva, manejo sustentável, sistemas agroflorestais, solos e zoneamento agropecuário.
	Europa (1)	França.	Segurança alimentar.

Fonte: Embrapa.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Inclui regiões, quando assim indicado.

Note-se que, no período, os países da África, América Latina e Caribe concentraram a maior parte da cooperação técnica brasileira em pesquisa agropecuária. A presença de países asiáticos, oceânicos e europeus, a seu turno, confirma o alcance potencial global das práticas brasileiras por intermédio da atuação da Embrapa.

A síntese proposta sugere, ao mesmo tempo, um esforço mais aprofundado de detalhamento, com vistas a se conhecer melhor a contribuição brasileira no setor.

No detalhamento que segue, tais práticas foram reunidas segundo o país onde foram implementadas e vinculadas a sistemas ou a projetos locais de modo a possibilitar seu entendimento. Cumpre registrar que não se trata de listagem exaustiva de países, nem de práticas segundo produto, mas de esforço de descrição e compreensão da cooperação técnica internacional promovida pelo Brasil tal como é executada no campo da pesquisa agropecuária. Foram selecionados para esse fim nove países: Angola, Bolívia, Cabo Verde, Cuba, Moçambique, Peru, Senegal, Timor-Leste e Togo.

Práticas de pesquisa agropecuária com Angola

Após 25 anos de guerra civil, a República de Angola reconstrói estruturas e capacita pessoas, incluindo-se nesse esforço o projeto de fortalecimento da pesquisa e inovação com fundamento na cooperação prestada pela Embrapa. Daí resultou que um grupo de pesquisadores dos Institutos de Investigação Veterinária (IIV) e Agrônômica (IIA) estiveram na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Brasília/DF, e participaram do “*Workshop* de elaboração preliminar da estratégia da inovação em agricultura e dos planos diretores”.

Além desse evento em Brasília, dez técnicos do Ministério da Agricultura de Angola foram aos centros de pesquisa da Embrapa conhecer, principalmente, a organização institucional e a gestão, a infraestrutura laboratorial e de campos experimentais, a equipe e a programação de pesquisa bem como dialogar com os

especialistas em suas respectivas áreas. Um deles foi a Unidade Gado de Corte, em Campo Grande/MS, que recebeu cinco médicos-veterinários do IIV.

Ainda com o IIV, técnicos da Embrapa contribuíram para a articulação e o desenho do plano estratégico a ser implementado pelo instituto.

No caso do IIA, consta, dentre as prioridades do instituto, a incorporação do cultivo de cana-de-açúcar, oleaginosas e arroz nos programas de melhoramento das culturas alimentares. A pesquisa e o melhoramento dos recursos fitogenéticos de espécies de arroz vinculam-se à revitalização e massificação de seu cultivo, visando à redução da importação desse produto.

Nesse contexto, a Embrapa ofereceu assistência técnica e formação de curta duração a 105 pesquisadores angolanos no período.

Práticas de pesquisa agropecuária com a Bolívia

Pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília/DF) visitaram instituições voltadas às pesquisas de recursos genéticos vegetais e animais que vêm sendo desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (Iniaf), da Bolívia, e instituições parceiras nos departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Oruro e La Paz. A iniciativa fez parte do projeto de cooperação bilateral entre Brasil e Bolívia firmado em 2010 com o objetivo de fortalecer o sistema de recursos genéticos da Bolívia.

O enfraquecimento desse sistema decorreu da extinção do Instituto Boliviano de Tecnologia (IBTA), que ocasionou a dispersão do material genético por várias instituições do país, como fundações, universidades, organizações não governamentais (ONGs), entre outras. Em 2010, foi criado o Iniaf com a missão de reunir novamente os recursos genéticos da Bolívia e organizar o seu manejo, com vistas à conservação e ao uso sustentável.

O Brasil dispõe de sistema sólido e organizado para conservação de recursos genéticos vegetais, animais e de micro-organismos gerido pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia a partir da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos. Assim, os pesquisadores brasileiros apresentaram o funcionamento da plataforma para seus colegas bolivianos no que concerne à conservação de recursos genéticos – vegetal, animal e micro-organismos – e curadoria, documentação, marco regulatório de acesso ao patrimônio genético, além de intercâmbio e quarentena de material genético. A adoção dessa plataforma possibilita a gestão em rede, integrando ações de recursos genéticos em âmbito nacional, envolvendo instituições de pesquisa locais, universidades públicas e privadas, associações de criadores e produtores e empresas privadas.

Universidades e centros de pesquisa bolivianos mantêm os principais bancos de recursos genéticos do país, como: milho, mandioca, batata, cana-de-açúcar,

cucurbitáceas e pimentas, além dos bancos voltados aos cultivos andinos, como quinoa, amaranto e espécies florestais, entre outros. Entretanto, essas instituições não conservam coleções de base, que são cópias de segurança de espécies vegetais cultivadas no país e que servem de segurança alimentar para as gerações futuras.

A parceria Brasil-Bolívia recomendou a criação de coleção de base centralizada no Iniaf, com recursos genéticos vegetais e recursos genéticos animais, além da criação de um sistema de curadorias, possibilitando organizar e gerir as informações relacionadas a recursos genéticos de forma integrada, bem assim integrar os pesquisadores das diversas instituições que vêm se dedicando à conservação de recursos genéticos naquele país.

Práticas de pesquisa agropecuária com Cabo Verde

Cabo Verde estende-se por dez ilhas de origem vulcânica de solo pedregoso, dispondo de apenas 10% de área agricultável. O país importa grande parte dos alimentos consumidos por sua população.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades cabo-verdiano firmou, em 2008, acordo de cooperação técnica com a ABC, incluindo-se nesse acordo a execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura e Fruticultura no país africano, sob a responsabilidade técnica da Embrapa.

Apesar das dificuldades, identificaram-se possibilidades de incrementar a produção de hortaliças, algumas desenvolvidas pela Embrapa Hortaliças e que já demonstraram suas qualidades nas unidades de observação (UOs) instaladas em Cabo Verde.

A Embrapa Hortaliças (Brasília/DF) treinou seis técnicos do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (Inida) de Cabo Verde, capacitando-os na produção de hortaliças e proporcionando-lhes visitas técnicas aos campos experimentais e às zonas produtoras no entorno do Distrito Federal. Após essa capacitação, os técnicos do Inida foram treinados por pesquisadores da Embrapa Semiárido (Petrolina/PE) e da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical (Cruz das Almas/BA).

No âmbito desse projeto de cooperação técnica, os pesquisadores da Embrapa visitaram Cabo Verde, visando identificar possíveis ações de transferência de tecnologia em fruticultura, tendo em vista as semelhanças das condições climáticas e do regime de chuvas daquele país com a região Nordeste brasileira.

Avaliações feitas pela Embrapa dão conta de que a maioria das cultivares testadas apresentou um bom resultado, entre elas: a berinjela Ciça; os pepinos Shibata e Curumim; a abóbora Brasileira; as cenouras Alvorada, Planalto e Esplanada; e as cebolas Beta Cristal e Conquista.

Além da avaliação dos materiais enviados anteriormente, os técnicos brasileiros implantaram unidades demonstrativas de milho doce, que passariam por análises, juntamente com cultivares de grão-de-bico, lentilha e ervilha.

Cientes de que Cabo Verde tem um *deficit* hídrico muito acentuado, os técnicos da Embrapa implantaram equipamento de irrigação como forma de facilitar o controle e evitar o desperdício de água no país. Nessa oportunidade, foram ministrados cursos para multiplicadores e produtores nas localidades de São Domingos, São Jorge dos Órgãos e Tarrafal. Também foi ensinado como construir seu próprio equipamento a partir de vela, borracha e seringa, com um custo acessível.

Práticas de pesquisa agropecuária com Cuba

Mediante acordo de cooperação técnica firmado entre os governos de Cuba e do Brasil, a Embrapa realizou ações de assistência técnica ao projeto Cubasoy de cultivo de 40 mil hectares de soja, inicialmente definidas para as províncias de Ciego de Ávila (centro) e Matanzas (oeste).

A assistência técnica realizou-se mediante transferência de metodologias dos procedimentos utilizados para produção de sementes de soja e de milho híbrido e capacitação de recursos humanos na aplicação de tecnologias e conhecimentos sobre manejo das culturas de soja e, parcialmente, de milho.

Além do conhecimento relativo às culturas de soja e milho, as práticas brasileiras compartilhadas com Cuba envolveram as culturas de pimentão e tomate, a produção de açúcar, a caprinovinocultura bem como as áreas de sementes, pragas agrícolas, solo e fertilizantes, compondo o quadro da cooperação brasileira em pesquisa agropecuária no país caribenho no período.

Práticas de pesquisa agropecuária com Moçambique

A cooperação brasileira em pesquisa agropecuária com Moçambique organizou-se sob quatro grandes iniciativas nas áreas de: *i*) pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura; *ii*) nutrição e segurança alimentar; *iii*) suporte técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária; e *iv*) desenvolvimento do setor algodoeiro, incluindo-se, neste caso, Malauí.

Em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (Iiam), a Embrapa conduziu e acompanhou a implantação de experimentos de campo; capacitou os técnicos moçambicanos em coleta e conservação de insetos e pragas; e identificou e ajudou a prever os impactos socioambientais do Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala (ProSavana), voltado a melhorar a competitividade rural da região, localizada do centro ao norte do país. Espelhando a experiência da empresa

no Cerrado brasileiro, a cooperação nessa área tem como objetivo o aumento da produção agrícola e o fortalecimento em resposta aos problemas da população que depende da terra para sua subsistência.

No âmbito da Iniciativa Global de Combate à Fome e de Segurança Alimentar (GHFSI), a Embrapa prestou apoio técnico aos programas de nutrição e segurança alimentar e à plataforma de inovação agropecuária de Moçambique. O trabalho executado foi de acompanhamento e supervisão na implantação de experimentos de campo e operação de uma unidade coletiva de processamento agroalimentar na Estação Agrícola de Umbeluz e de avaliação da formação e da atuação das equipes das unidades coletivas de processamento agroalimentar, além da caracterização socioeconômica dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças.

O desenvolvimento do algodão sela o trabalho brasileiro de ampliação da cooperação técnica em Moçambique na pesquisa agropecuária. Com o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), as ações brasileiras em Moçambique e Malauí concentraram-se na definição de parceiros, prioridades, objetivos e resultados a serem alcançados na regionalização das ações, assim como na coleta de informações de ordem técnica e logística que subsidiem a preparação de uma minuta de projeto a ser apresentada e discutida com os respectivos governos. A ênfase na capacitação técnica de recursos humanos constituiu outra preocupação da cooperação brasileira para o setor algodoeiro em Moçambique.

Práticas de pesquisa agropecuária com o Peru

A zona de fronteira comum é uma área periférica e marginal no tocante às atividades econômicas e produtivas do Brasil e do Peru, com ampla e variada oferta de recursos agroflorestais, bem como capital social e cultural, cuja articulação com a economia das comunidades locais seria de grande ajuda para a solução de problemas atuais de desnutrição, escassez de alimentos, poucas opções de trabalho justo e digno, índices de qualidade de vida abaixo da linha de pobreza, altas taxas de morbidade e mortalidade, alienação e outros.

As bases da cooperação Peru-Brasil no campo da pesquisa agropecuária foram assentadas no fortalecimento das capacidades para melhoramento e recuperação dos solos amazônicos e na capacitação em técnicas orientadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos florestais das bacias do Yavari e do Purus. A parceria contribuiu com os processos de integração fronteiriça entre os dois países e fundamenta-se na capacitação de técnicos peruanos em tecnologias de manejo de solo e manejo florestal. Os diálogos, acordos e implementação das práticas de cooperação técnica contaram com a participação da Embrapa, da ABC, da Agência Peruana de Cooperación Internacional (APCI) e do Ministerio de Agricultura y Riego do Peru.

A cooperação decorreu do projeto trinacional Manejo Sustentável dos Recursos Agroflorestais nas Áreas de Fronteira Amazônica do Brasil, Colômbia e Peru, proporcionado pela Fundação Pérez Guerrero e pela Corporação Andina de Fomento (CAF), tendo como contrapartes o Projeto Especial Binacional de Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Putumayo (PEDICP – Peru), o Instituto de Pesquisa Científica da Amazônia (Sinchi – Colômbia) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam – Brasil) no ano de 2008.

A área de atuação englobou 330.446 ha do território peruano na fronteira com o Brasil. Esta área compreende o eixo fluvial que vai de Chimbota à ilha Santa Rosa, no Amazonas, e de Islândia a Buen Suceso, na sub-bacia do rio Yavarí, no distrito de mesmo nome, província de Mariscal Ramón Castilla, no departamento de Loreto.

A zona de fronteira comum entre o Brasil e o Peru não dispõe de agroindústria para a geração de emprego, valor agregado aos produtos agroflorestais e renda para elevação do nível socioeconômico da população. Ademais, a região se encontra isolada dos grandes centros urbanos de ambos os países, pois carece de vias de acesso por terra e sofre com os altos custos do transporte aéreo.

A cooperação com o Peru objetivou o fortalecimento das capacidades locais, o intercâmbio de experiências que promovessem o desenvolvimento de sistemas de produção agroflorestal e a segurança alimentar da população, a geração de renda pela comercialização de produtos e serviços e a implementação de sistemas que substituíssem as práticas agrícolas não sustentáveis.

Práticas de pesquisa agropecuária com o Senegal

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura preconizava ações de cooperação técnica entre o governo brasileiro e o governo senegalês, mediante parceria entre o Instituto Senegalês de Pesquisa Agrícola (Isra) e a ABC. O acordo incumbia à Embrapa e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/DF) a execução das ações que objetivavam aumentar a oferta de arroz no Senegal.

A mecanização agrícola mais favorável e menos onerosa e o manejo pós-colheita constituíam os principais objetivos com vistas ao aumento da produção de arroz. Além disso, definiu-se que o aumento dessa produção se daria por meio do treinamento de pesquisadores do Isra, técnicos e agricultores da cadeia de arroz em novas tecnologias de produção, transformação do produto, metodologias de extensão rural, intercâmbio de visitas técnicas e utilização de equipamentos agrícolas para pequenos produtores. Previu-se ainda o fornecimento de algumas máquinas agrícolas para as estações experimentais do Isra de Ndiol e Fanaye e a validação no Senegal de sementes de variedades brasileiras de arroz irrigável e de sequeiro.

A Embrapa ministrou o “Cours sur la Practique de La Riziculture” (Curso sobre a Prática da Rizicultura) para técnicos e produtores de arroz senegaleses, na cidade de Saint Louis. Participaram do curso 23 técnicos e agricultores que trabalhavam com o cultivo do arroz em todas as regiões do país. O programa priorizou, em sua abordagem, a orizicultura no mundo, especialmente na África; diferenciação das espécies cultivadas de arroz; noções de morfologia e fisiologia da planta, recomendações técnicas indispensáveis para o sucesso do cultivo, como sistemas de plantio, escolha das variedades, qualidade de grãos, tipos especiais de arroz, nutrição mineral e adubação, controle de plantas daninhas, pragas e doenças, melhoramento genético e produção de sementes genéticas e básicas.

Os participantes do curso tiveram a oportunidade de conhecer o desempenho agrônomo das variedades brasileiras de arroz irrigado e de arroz de terras altas desenvolvidas pela Embrapa e que estavam em avaliação no Senegal, inclusive com grande probabilidade de homologação pelo Isra para cultivo.

A cooperação técnica justificou-se com o fato de a produção agrícola do Senegal estar exposta ao regime pluviométrico do sul do Sahara, com vulnerabilidade climática muito grande, colocando em risco a segurança alimentar e gerando dificuldades à população rural da região. As secas ocasionam também a desarticulação do sistema produtivo, fazendo com que o abastecimento de alimentos básicos, como arroz e outros tipos de cereais, ocorra mediante importação.

A cooperação brasileira objetivou, ainda, revitalizar e equipar as Estações Experimentais Serigne Moustapha Bassirou Mbacké, antiga Ndiol e Fanaye, localizadas no vale do rio Senegal, e Casamance, no sul do país, para funcionar como unidades-piloto de pesquisa adaptativa e de demonstração de tecnologias inovadoras; desenvolver pesquisa adaptativa nas áreas de testes de cultivares; identificar a necessidade de desenvolver pesquisas adaptativas em solos/nutrição e manejo integrado de pragas e doenças; reforçar a capacitação de pesquisadores, técnicos e agricultores líderes do Senegal em novas tecnologias de produção e transformação de arroz; e transferir os conhecimentos validados em produção e transformação de arroz aos técnicos de extensão rural e agricultores no Senegal, possibilitando a distribuição de sementes naquela região.

Práticas de pesquisa agropecuária com o Timor-Leste

O Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) do governo do Timor-Leste estabeleceu as bases de parceria com a ABC e o Mapa para a implementação do Projeto de Reforço à Cadeia Produtiva do Leite, sob a coordenação técnica da Embrapa.

A parceria com o Brasil representou uma das ações do Timor-Leste em busca de sua reconstrução. A maior parte da população timorense vive da agricultura de subsistência, e um dos desafios é tecnificá-la de forma a garantir

sua segurança alimentar. Essa parceria foi desenvolvida ao longo de quatro anos e previa o treinamento de técnicos timorenses em sistema de produção de leite a pasto no Brasil; introdução de forrageiras tropicais e cana-de-açúcar em sistema de produção e introdução de genética de gado de leite adaptada à produção de leite a pasto.

Além da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, participaram ainda como instituições executoras e colaboradoras do projeto: a Embrapa Gado de Leite; a Emater/DF; Cooperativa Agropecuária Unai (Capul); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (Ifet); e a Escola Agrícola Juvêncio Martins Ferreira, de Unai/MG.

Os técnicos timorenses receberam treinamento no Centro de Transferência de Tecnologias de Raças Zebuínas com Aptidão Leiteira (CTZL) e em instituições, empresas e propriedades ligadas à produção leiteira da região do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás.

Três técnicos da Escola Agrotécnica de Fuiloro, Los Palos, foram recebidos por pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e da Embrapa Cerrados. Numa primeira etapa, a parceria deteve-se na implantação de pastagens, com introdução de cultivares de forrageiras de alta produtividade para dar suporte alimentar ao rebanho leiteiro já existente na escola.

A capacitação em pecuária leiteira para os técnicos do Timor-Leste foi dividida em módulos temáticos, quais sejam: estabelecimento de pastagens; produção de volumosos suplementares; manejo produtivo, reprodutivo e sanitário de raças zebuínas leiteiras; e melhoramento genético de rebanhos leiteiros.

Além das aulas teóricas, os técnicos timorenses participaram de visitas aos experimentos de campo e a outras unidades da Embrapa, como Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e Núcleo Centro-Oeste da Embrapa Gado de Leite (Santo Antônio de Goiás/GO).

A parceria possibilitou aos timorenses a visita às propriedades rurais do Distrito Federal com produção de leite baseada em pastos tropicais e uso de volumosos suplementares e às propriedades em área de assentamento no município mineiro de Unai/MG, com produção de leite em diferentes níveis tecnológicos.

Práticas de pesquisa agropecuária com Togo

A execução das ações do projeto de cooperação técnica firmado pelo governo brasileiro (ABC) e o Instituto de Pesquisa em Agricultura do Togo (Itra) ficou a cargo da Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas/BA), unidade da Embrapa, registrando-se a realização de diagnóstico do sistema de produção

de mandioca em uso naquele país e o treinamento de cinco técnicos do Itra em produção e processamento de mandioca.

A partir dos resultados do diagnóstico realizado, definiram-se as práticas necessárias para o incremento da mandiocultura no Togo, a exemplo da adoção de práticas culturais recomendadas, que podem aumentar entre 5% e 10% o rendimento do sistema de produção, a depender das condições de solo e clima. A profundidade, o material, o espaçamento e a época de plantio e colheita manejados de forma adequada podem aumentar de 20% a 40% a produtividade do cultivo, sem custos financeiros para o produtor.

As demais etapas do projeto contemplaram: capacitação na análise da qualidade física, fisiológica e sanitária de manivas; capacitação em processamento agroindustrial; introdução de novas cultivares de mandioca para testes no Togo; e monitoramento e avaliação do projeto, com a ida de especialistas da Embrapa.

A parte teórica abordou aspectos econômicos da produção de mandioca (gestão da matéria-prima e custos de produção), manejo e conservação do solo na cultura da mandioca, manejo fitotécnico, restrições fitossanitárias e alternativas de controle de pragas e doenças, recursos genéticos e melhoramento, processamento, manejo pós-colheita e programa de pesquisa e desenvolvimento em mandioca.

As visitas locais incluíram o mercado municipal de Cruz das Almas/BA; apresentação de uma unidade de processamento de beijos na zona rural do município; e experimentos da Cooperativa dos Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia (Coopamido), em Laje, e na Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan), também na Bahia.

1.2.5 Pesquisa econômica aplicada

A cooperação técnica em pesquisa econômica aplicada realizada pelo Ipea se materializou por meio de acordos de cooperação técnica internacional, memorandos de entendimento, visitas oficiais e missões técnicas (ACTs); participação em eventos internacionais; e concessão de bolsas de pesquisa para estrangeiros.

No que tange aos ACTs, o Ipea firmou 45 compromissos de cooperação internacional, além de acordo tripartite com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil para o tratamento das questões de refúgio no país.

Estabeleceu, assim, uma rede de alcance global com um conjunto de mais de quarenta instituições estrangeiras espalhadas por todas as regiões do globo, destacando-se a predominância da cooperação em pesquisa econômica aplicada

com instituições sediadas em países da América Latina e do Caribe – dezoito (quadro 3).

QUADRO 3

Acordos de cooperação técnica internacional e memorandos de entendimento do Ipea segundo a região (2011-2013)

Região	Instituições
América Latina e Caribe	Universidade Nacional de Moreno (UNM), da Argentina; Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia e Finanças da Argentina; Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos de Trabalho da Argentina; Conselho Nacional de Pesquisa (Conicet) da Argentina; Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) da Argentina; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) da Argentina; Universidade Nacional de Quilmes (UNQ) da Argentina; Fundação América Mundial, da Colômbia; Centro de Investigaciones de Economía Internacional de la Universidad de la Habana, de Cuba; Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social (MCDs) do Equador; Conselho de Pesquisa e Avaliação da Política Social (Cieps) do México; Secretaria Técnica de Planificación (STP) do Paraguai; Consortio de Investigación Económica y Social (Cies), do Peru; Centro Nacional de Planejamento Estratégico (Ceplan), do Peru; Escritório Nacional de Planejamento, do Suriname; Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Industrias Intermedias (MPPCTII), da Venezuela; Ministério do Poder Popular para Relaciones Exteriores, da Venezuela; e Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA).
Europa	Basque Center for Climate Change (BC3); Fundação France Libertés; Conservatoire National des Arts et Métiers (Cnam), da França; Instituto Superior Técnico (IST), de Portugal; e Agência de Seguridade Social Sueca.
África	Human Sciences Research Council (HSRC), da África do Sul; Planning and Coordinating Agency, da África do Sul; Ministério da Coordenação Econômica da Angola; Instituto de Desenvolvimento Econômico (Idec), do Burundi; e Instituto Africano para Estudos Agrários (Aias), do Zimbábue.
Ásia	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Conselho de Estado (DRC) da China; Korea Development Institute (KDI) da Coreia do Sul; Conselho Nacional de Pesquisas Econômica Aplicada (Ncaer) da Índia; Instituto de Economias em Desenvolvimento, Organização de Comércio Externo do Japão (IDE-Jetro); e Vietnam Academy of Social Sciences (Vass).
Organismos multilaterais	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – Grupo Banco Mundial; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal); Corporação Andina de Fomento (CAF); New Partnership for Africa's Development (Nepad); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi); Sistema Econômico Latino-Americano y del Caribe (Sela); Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib); Organização Internacional do Trabalho (OIT); e United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

Fonte: Ipea.

Oferecendo suporte legal para a cooperação entre o Ipea e instituições estrangeiras, os ACTs objetivaram estimular desde a realização de pesquisas e publicações conjuntas até a capacitação de técnicos estrangeiros, como no caso do acordo com o Escritório Nacional de Planejamento do Suriname.

Temas como desenvolvimento econômico e social; cadeias produtivas; segurança social; integração e desenvolvimento regional; desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento sustentável; regulação e políticas de competitividade; educação; e saúde, entre outros, compuseram a ampla gama temática a dar substância à cooperação em pesquisa econômica aplicada.

Sobre a participação de técnicos do Ipea em eventos no exterior, observou-se um aumento gradual no número de afastamentos com esse fim,¹³ somando 78 em 2011, 92 em 2012 e 110 em 2013.¹⁴

Com relação aos países de destino no âmbito da cooperação em pesquisa econômica aplicada, chama a atenção o volume de deslocamentos para os Estados Unidos (31), a Argentina (dezenove), países integrantes do BRICS¹⁵ (dezenove para a África do Sul, dezessete para a Índia e quatorze para a China), o Chile (dezenove), o Uruguai (dezesseis) e a França (dez).¹⁶

No caso específico dos deslocamentos para África do Sul, Índia e China, tiveram o BRICS e a cooperação em pesquisa econômica entre seus integrantes como objeto. Da participação nos foros acadêmicos do grupo à preparação do conselho de *think tanks* do bloco, o engajamento dos técnicos do Ipea contribuiu para a formalização do instituto como *think tank* brasileiro no BRICS.¹⁷

Destaque-se, ainda, que o Ipea concedeu quatorze bolsas de pesquisa para estrangeiros nos anos de 2011 e 2012,¹⁸ prevalecendo a concessão de bolsas a pesquisadores na Venezuela – doze de quatorze bolsas (quadro 4).

13. Dos 280 registros de viagem considerados no período, 30% relatou a realização de apresentações de estudos e trabalhos por parte dos servidores do Ipea deslocados, sendo esta uma importante forma de como se dá a cooperação técnica na área da pesquisa econômica aplicada.

14. Foram considerados os deslocamentos ocorridos com ônus total ou parcial para o Ipea, ressalvando-se que afastamentos vinculados à formação pessoal dos funcionários do Ipea (tal como aqueles feitos em nome da realização de cursos de longa duração, como mestrado, doutorado e pós-doutorado) não foram incluídos nesse levantamento.

15. Grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

16. Além desses, foram realizados afastamentos para: América Latina e Caribe (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Venezuela); Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Escócia, Eslováquia, Espanha, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça e Turquia); Ásia (Indonésia, Japão e Vietnã); América do Norte (Canadá); África (Cabo Verde, Moçambique, Quênia, Tanzânia); Norte da África e Oriente Médio (Catar, Egito, Iêmen, Irã e Marrocos); e Oceania (Austrália).

17. O Conselho de *Think Tanks* do BRICS foi estabelecido em 2013, sendo composto por Ipea (Brasil); National Committee for BRICS Research (Rússia); Observer Research Foundation (Índia); China Center for Contemporary World Studies (China); e Human Sciences Research Council – África do Sul (Brasil, [s.d.]).

18. Não há registro de concessão desse tipo de bolsa em 2013.

QUADRO 4
Bolsas do Ipea para pesquisadores estrangeiros (2011-2012)

Ano	País	Descrição
2011	Burundi; Haiti; Venezuela.	Intercâmbio de pesquisador do Burundi junto ao Ipea/RJ com o objetivo de obter <i>know how</i> a respeito do funcionamento institucional do instituto. Intercâmbio de pesquisador haitiano realizado pelo Observatório Nacional da Pobreza e da Exclusão Social a convite do Ipea. Planejamento e políticas públicas para a integração Brasil-Venezuela (Projeto Amazônia Orinoco). Matriz institucional (Projeto Amazônia Orinoco). Política industrial e integração produtiva Brasil-Venezuela com ênfase no setor petrolífero ou naval (Projeto Amazônia Orinoco). Planejamento territorial com ênfase em política habitacional ou desenvolvimento agrícola (Projeto Amazônia Orinoco). Planejamento e políticas públicas para a integração Brasil-Venezuela (Projeto Amazônia Orinoco). A aliança bolivariana para os povos da nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O sistema econômico latino-americano e do Caribe (Sela) e a política externa brasileira.
2012	Venezuela.	Planejamento e políticas públicas para a integração Brasil-Venezuela (Projeto Amazônia Orinoco). Indústria petroquímica e cooperação industrial Brasil-Venezuela (Projeto Amazônia Orinoco). Política industrial e integração produtiva Brasil-Venezuela com ênfase no setor petrolífero ou naval (Projeto Amazônia Orinoco). Planejamento territorial com ênfase em política habitacional ou desenvolvimento agrícola (Projeto Amazônia Orinoco). Recursos humanos do setor petrolífero e associados e integração Brasil-Venezuela (Projeto Amazônia Orinoco).

Fonte: Ipea.

A predominância da concessão de bolsas a pesquisadores venezuelanos coincide com a manutenção de escritório de representação do Ipea em Caracas.

Na Venezuela, além da elaboração e publicação de estudos sobre temas diversos – como integração produtiva Norte do Brasil-Sul da Venezuela, petroquímica, indústria naval, habitação e desenvolvimento urbano, desenvolvimento da área de fronteira e evolução recente das economias da República Dominicana, Guiana e do Suriname e de sua inserção internacional –, a missão do Ipea realizou cursos sobre políticas públicas e planejamento estratégico participativo (para 360 funcionários públicos e pesquisadores da Venezuela e República Dominicana) e sobre negociações internacionais e Mercosul (para duzentos funcionários públicos venezuelanos e brasileiros).

Destaque-se, finalmente, que a elaboração dos relatórios Cobradi abriram uma nova frente de ação para o Ipea no campo da cooperação técnica internacional, resultando na inclusão da discussão e apresentação da experiência Cobradi de levantamento e mapeamento das práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento nas agendas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e nas mesas de discussão internacionais sobre o tema da quantificação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) conduzidas pela Cepal, das Nações Unidas.

O Ipea manteve diversos contatos com representantes de variadas instituições estrangeiras, além de participação em reuniões e oficinas de trabalho de organismos internacionais, com vistas a discutir o método desenvolvido no Brasil, assegurando ao instituto um lugar nos debates sobre os rumos da cooperação internacional nos próximos anos.

1.2.6 Saúde pública

O direito à saúde é um dos direitos sociais garantidos pela Constituição brasileira em seu art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Criado com a missão de “promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as Unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania” (Brasil, [s.d.]c), o Ministério da Saúde “é o órgão do Poder Executivo federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros” (Brasil, [s.d.]c).

Em sua atuação internacional, o MS conta com a Aisa, responsável formal pela elaboração das diretrizes, coordenação e implementação da política internacional do Ministério da Saúde, assim como pela posição brasileira sobre temas de saúde em âmbito internacional, de acordo com as diretrizes da política externa do Brasil, e em permanente articulação com as áreas técnicas das secretarias e das unidades vinculadas do Ministério da Saúde (Brasil, 2013).

Tendo na Aisa seu ponto de articulação e convergência, destacaram-se quatro¹⁹ das sete secretarias do MS na promoção da cooperação técnica internacional em saúde, disseminando políticas e práticas bem-sucedidas do sistema de saúde pública do Brasil para seus parceiros estrangeiros e compartilhando com eles a experiência nacional acumulada na área.

Além das secretarias, tiveram papel de destaque no período órgãos da administração direta, como o Inca; fundações públicas vinculadas, como a Fiocruz; e autarquias vinculadas ao MS, como a Anvisa e a ANS.

Para uma melhor compreensão da cooperação técnica em saúde pública prestada pelo Brasil no período, esta seção se subdivide em três partes: a cooperação implementada pela Fiocruz, a cooperação em vigilância sanitária e epidemiológica e a cooperação técnica dos demais órgãos da área de saúde pública.

19. Foram elas: a SAS, a SGTES, a SVS e a Sesai.

A cooperação técnica implementada pela Fiocruz

Com mais de cem anos de existência, a Fiocruz²⁰ se articula com o MS e com o MRE, por intermédio de suas secretarias técnicas e da ABC, para a disseminação de políticas públicas e práticas brasileiras na área da saúde.

Atuando com trinta países (dezoito latino-americanos ou caribenhos,²¹ nove africanos,²² dois europeus²³ e um asiático²⁴), a fundação buscou aproveitar-se da capacidade e dos recursos endógenos dos países parceiros para a disseminação das práticas brasileiras em saúde pública.

No período, a Fiocruz concentrou esforços na disseminação dos conhecimentos brasileiros sobre bancos de leite humano, melhoria da saúde materna e redução da mortalidade infantil, manejo da tuberculose, apoio aos recursos humanos em saúde pública e fortalecimento de institutos de saúde e de laboratório nacionais, além da implantação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique (quadro 5).²⁵

QUADRO 5
Práticas selecionadas e países/blocos parceiros na cooperação em saúde pública da Fiocruz (2011-2013)

Práticas selecionadas	Países/blocos
Vigilância nutricional	Moçambique.
Bancos de leite humano	Bolívia, Cabo Verde, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Moçambique, Nicarágua, Paraguai, Peru, Rede Ibero-Americana, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.
Manejo de tuberculose	Palop.
Saúde materna	Moçambique.
Medicamentos antirretrovirais	Moçambique.
Fortalecimento dos institutos de saúde	El Salvador e Venezuela.
Saúde pública (Proforsa)	Angola.
Fortalecimento do laboratório nacional	Cuba.

Fontes: Fiocruz, e ABC.
Elaboração: Ipea.

20. Vale destacar que, no âmbito internacional, a fundação conta com o reconhecimento da Opas/OMS, é membro consultivo da CPLP, é uma das instituições colaboradas do Conselho de Saúde Sul-americano, braço da saúde da Unasul, e é também parceira de algumas das principais instituições científico-tecnológicas e de fomento ao desenvolvimento no mundo.

21. Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, República Dominicana, Suriname e Venezuela.

22. África do Sul, Angola, Cabo Verde, Congo, Guiné-Bissau, Mali, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Tanzânia.

23. Portugal e França (Guiana Francesa).

24. Timor-Leste.

25. Embora não englobem toda a atuação da fundação no período, as práticas selecionadas mereceram destaque nos relatórios elaborados pelo seu Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris).

Pode-se destacar que a Fiocruz, por meio do Instituto Fernandes Figueira, coordena a Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite Humano, colaborando na implantação, adaptação e fortalecimento das redes nacionais de bancos de leite humano e na estruturação e formação de centros nos países parceiros.²⁶

No caso da saúde materna e da redução de mortalidade infantil, a fundação apoiou a implantação do centro de telessaúde da biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique.²⁷

No âmbito do apoio aos recursos humanos em saúde pública, o governo brasileiro, por intermédio da Fiocruz, coordenou o Programa de Fortalecimento da Atenção em Saúde em Angola (Proforsa), com o objetivo de desenvolver os recursos humanos no Hospital Josina Machel e em outros serviços básicos de saúde.

Trabalhando no fortalecimento de institutos nacionais de saúde na Venezuela e em El Salvador no período, a Fiocruz contribuiu para a construção do Sistema Público Nacional de Saúde na Venezuela, ajudando no fortalecimento do Instituto de Altos Estudos de Saúde Pública Dr. Arnoldo Gabaldón,²⁸ e para a criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador, instituição de suporte científico e tecnológico do Ministério da Saúde e Assistência Social e do Sistema de Saúde salvadorenho.

No campo da garantia de acesso a medicamentos, o governo brasileiro, por intermédio da Fiocruz, coordenou junto ao governo moçambicano o Programa de Apoio à Ampliação do Acesso e à Garantia da Qualidade de Antirretrovirais e outros Medicamentos em Moçambique, auxiliando na instalação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos neste país.²⁹

Vigilância sanitária e epidemiológica

Os programas e as ações de vigilância sanitária são fundamentais na prevenção e eliminação de riscos e proteção da saúde da população decorrentes da expansão do consumo e da diversificação dos produtos e serviços ofertados pelo mercado (Brasil, 2011, p. 54).

O governo brasileiro tem cooperado com outros países para a superação de problemas sanitários a partir de experiências exitosas desenvolvidas em território

26. A expansão do conhecimento brasileiro em bancos de leite humano foi marcada pela assinatura por representantes dos Ministérios da Saúde de países da América Latina em 2005. Em 2008, a Secretaria Executiva da Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite Humano foi instalada na Fiocruz, fornecendo a base para o programa de apoio técnico no tema. No mesmo ano, o trabalho de cooperação internacional da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano foi ampliado para os países membros da CPLP.

27. Essas atividades projetaram a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique, em conformidade com o Plano Integrado para o Alcance de alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tais como a redução da mortalidade na infância e a melhoria da saúde materna.

28. Nesse caso, a ênfase recaiu sobre formação, investigação, intercâmbio científico e desenvolvimento do talento humano no campo da saúde pública, conforme dados disponibilizados pela Fiocruz.

29. Vale observar que, apesar da instalação da fábrica em Moçambique, o projeto visa ao abastecimento de outros países africanos, contribuindo para a melhoria do acesso a medicamentos nos países vizinhos a Moçambique.

nacional e mediante o compartilhamento dessas práticas em foros, seminários e *workshops* de blocos regionais e organismos internacionais.

No período estudado, o governo brasileiro compartilhou conhecimentos sobre as normas sanitárias, a adoção de medidas preventivas e de controle de surtos, epidemias e agravos à saúde pública, além de saberes para controlar a importação, exportação e circulação de matérias-primas e mercadorias sujeitas à vigilância sanitária.

Nesta seção do estudo, a cooperação brasileira em vigilância sanitária e epidemiológica foi representada pela cooperação técnica executada pela Anvisa e pela SVS.

A Anvisa integra e coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), definido como o conjunto de ações executadas por instituições da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária (Brasil, 1990, §1º do art. 6º e arts. 15 a 18).

A agência promoveu a cooperação internacional mediante ações de fortalecimento institucional, de programas mais específicos, principalmente com países da América Latina, e na participação de delegação brasileira em missões, seminários e *workshops* internacionais.

No tocante ao fortalecimento institucional, o país contribuiu com a transferência de conhecimentos técnicos e a capacitação de profissionais para reforçar os sistemas nacionais de sangue, de hemoderivados e de vigilância sanitária de medicamentos.

Em decorrência das boas práticas brasileiras, o governo brasileiro estruturou a Farmacopeia Regional, em parceria com a Argentina; fortaleceu a política de controle dos resíduos e contaminantes de alimentos, na Venezuela; e estruturou redes de autoridades reguladoras nacionais, em Moçambique.

Entre os eventos, a Anvisa se fez presente em missões, *workshops* e seminários em 46 países e em todas as regiões do globo, implementando parte significativa da cooperação brasileira em vigilância sanitária e epidemiológica.

A Anvisa tem como base para a sua atuação internacional as diretrizes da Política Externa Brasileira, da Política Nacional de Saúde e das definições estratégicas da sua diretoria-colegiada. As ações direcionadas para o fortalecimento institucional buscaram a transferência e o compartilhamento de saberes por técnicos brasileiros na gestão de diferentes sistemas nacionais. O governo brasileiro cooperou na melhoria institucional de Sistemas Nacionais de Sangue e Hemoderivados em El Salvador, Honduras e Uruguai; no fortalecimento do Centro para Controle Estatal de Medicamentos (Cecmed) – o órgão ligado à vigilância sanitária de medicamentos em Cuba; na consolidação da Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (Arfa), em Cabo Verde; e no fortalecimento da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Paraguai.

Para além do fortalecimento institucional, a agência desenvolveu três parcerias em áreas específicas da vigilância sanitária, conforme resumidamente apresentado a seguir.

- 1) Em Moçambique, o governo brasileiro contribuiu para a promoção e proteção da saúde da população mediante o fortalecimento do órgão regulador de medicamentos do país, com o objetivo de regular o setor farmacêutico. Essa cooperação possibilitou o aprendizado sobre o controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária.
- 2) Na Venezuela, a cooperação foi concretizada com o Instituto Nacional de Higiene Rafael Rangel para o fortalecimento dos sistemas de vigilância e o controle e análise dos resíduos e contaminantes dos alimentos no país. Além disso, a agência capacitou os recursos humanos locais para o fortalecimento da vigilância e o controle dos produtos de uso e consumo humano.
- 3) Na Argentina, o governo brasileiro assinou acordo de cooperação técnica com a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (Anmat) para fortalecer as farmacopeias dos dois países, mediante intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos. Essa cooperação possibilitou o compartilhamento de experiências e saberes no desenvolvimento de substâncias químicas de referência e com baixo custo para os sistemas de saúde dos dois países.

Por fim, o intercâmbio de experiências e a formação de redes com autoridades sanitárias de outros países foram realizados mediante a presença em eventos na África (África do Sul, Cabo Verde, Egito e Senegal), nas Américas e Caribe (Argentina, Barbados, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), na Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Espanha, Estônia, França, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suíça e Ucrânia), na Ásia (China, Coreia do Sul, Israel, Japão, Jordânia, Malásia, Tailândia e Turquia) e na Oceania (Austrália).

Responsável pelas “ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela análise de situação da saúde da população brasileira” (Brasil, [s.d.]), a SVS participou também da cooperação internacional brasileira em vigilância sanitária e epidemiológica.

A partir da articulação de suas diretorias e coordenadorias, a SVS contribuiu para a transferência de experiências e o fortalecimento das estruturas burocráticas

dos países parceiros em questões como epidemiologia, saúde ambiental, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), Aids e hepatites virais, laboratórios de saúde pública e doenças crônicas não transmissíveis.

Em relação à saúde ambiental, o governo brasileiro cooperou em prol de políticas e programas de avaliação de riscos à saúde humana por exposição a produtos químicos e locais contaminados.

No tocante aos conhecimentos acumulados na área laboratorial de saúde pública, o governo brasileiro transferiu conhecimento e estabeleceu parceria com Argentina, Peru, República Dominicana e Uruguai na aplicação de normas de qualidade de gestão laboratorial e na adequação de gestores para acreditação. Com o Chile, o governo compartilhou conhecimentos na gestão de riscos biológicos. Nos Estados Unidos, a cooperação ocorreu mediante a padronização e a criação de protocolos para controlar a qualidade de testes rápidos de HIV. O governo treinou delegações de técnicos do Panamá e do Peru para o transporte de amostras laboratoriais por vias aéreas. No Paraguai e na Venezuela, a SVS trocou experiências com as capacidades laboratoriais instaladas em cada país e fortaleceu o intercâmbio entre as redes de diagnósticos para a vigilância em saúde. Por fim, o Brasil cooperou com a China, o Reino Unido e a Suíça na prevenção da pandemia Influenza.

Em relação às doenças crônicas não transmissíveis, o governo brasileiro criou coalizões locais e regionais para estabelecer políticas intervencionistas para a redução das doenças crônicas não transmissíveis nas Américas, na harmonização da linguagem regional do marco conceitual da saúde e na definição de estratégias de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis.

Por fim, o Brasil compartilhou políticas públicas nacionais de HIV, elaborou capacitação em prevenção para populações vulneráveis, articulou estratégias para mobilização da sociedade civil, difundiu experiências em assistência e tratamento e em transmissão vertical de sífilis e HIV de gestantes para crianças. Esta cooperação foi desenvolvida com países africanos – como Botsuana, Congo, Gana, Quênia, Tanzânia e Zâmbia – e com países sul-americanos, como Bolívia, Uruguai e Suriname.

Outros órgãos da cooperação técnica em saúde pública

Além da atuação da Fiocruz e da cooperação em vigilância sanitária e epidemiológica (com a Anvisa e a SVS), a cooperação técnica brasileira em saúde pública envolveu outras quatro secretarias do MS (SGTES, SAS, Aisa e Sesai), o Inca e a ANS, disseminando práticas brasileiras por todas as regiões do globo, seja na forma de transferência de conhecimentos ou técnicas, seja por meio de intercâmbio e troca de experiências (quadro 6).

QUADRO 6

Outras práticas da cooperação técnica do Brasil em saúde pública (2011-2013)

Região	País	Órgãos	Práticas
América Latina e Caribe	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, Porto Rico e Uruguai.	ANS, ¹ SGTES, ² SAS, Inca, ³ Aisa e Sesai.	Saúde suplementar; Censo Nacional de Enfermagem; formação de recursos humanos na atenção primária à saúde; recursos humanos em saúde; Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme; Política Nacional de Saúde Mental; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem; prevenção e controle do câncer; transplante de medula óssea, especialização em oncologia, registros de câncer; banco nacional de sangue de cordão umbilical e registro de doadores de medula óssea; vigilância epidemiológica em câncer; sistemas de registro de rastreamento; organização do sistema e dos serviços de saúde; imunização e vigilância epidemiológica; agentes comunitários de saúde; e Política Especial de Saúde Indígena.
África	África do Sul, Angola, Benin, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique e Senegal.	ANS, SAS e Inca.	Saúde suplementar; Política Nacional de Sangue e Hemoderivados; Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme; atenção à saúde de adolescentes e jovens; radioterapia; física médica; mamografia; e citologia.
Ásia e Oceania	Austrália, China (Taiwan) e Coreia do Sul.	ANS.	Saúde suplementar.
América do Norte ⁴	Estados Unidos e Canadá.	ANS e Inca.	Saúde suplementar; controle do tabagismo; e rastreamento e detecção precoce do câncer.
Europa	Alemanha, Áustria, Escócia, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Polónia, Portugal e Suíça.	ANS e Inca.	Saúde suplementar; pesquisa na área de custo-efetividade focado em câncer de mama; e oncobiologia, patologia molecular, medicina molecular e da genética populacional.

Fonte: Aisa/MS.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Participação em eventos vinculados à política do subsistema de saúde complementar brasileiro.

² No período, a SGTES trabalhou em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Pernambuco e as Secretarias Municipais de Saúde de Recife e Olinda (no âmbito da Global Health Workforce Alliance/OMS), a Fiocruz, a UFSC, a UFRGS, e com os Ministérios da Saúde Pública do Uruguai e da Saúde e da População (MSPP) do Haiti.

³ O Inca trabalhou em parceria com a Rede de Institutos Nacionais do Câncer da Unasul Saúde (RINC), com os Ministérios da Saúde do Brasil e do Peru, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea/ONU), a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), da União Internacional contra o Câncer (UICC) e da Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (Iarc/OMS).

⁴ Exceto México.

Tal como em outros campos da cooperação técnica internacional promovida pelo Brasil, ficam consignados o alcance e a diversidade da cooperação técnica brasileira em saúde pública.

1.2.7 Outros registros

Além da atuação da ABC e das práticas relacionadas às políticas públicas referidas no texto, a cooperação técnica brasileira envolveu, precipuamente, o compartilhamento de conhecimentos e técnicas desenvolvidos no Brasil, seja por meio de capacitação e treinamento, seja por intermédio da participação em eventos para a difusão desses conhecimentos e trocas de experiência.

De modo a exemplificar³⁰ o alcance da cooperação técnica brasileira e o tipo de conhecimento compartilhado pelos servidores públicos federais nela engajados, os quadros a seguir apresentam os países onde a presença brasileira se fez sentir no período do estudo, os órgãos brasileiros envolvidos em cada região do globo e o conteúdo das práticas levadas pelo país a seus parceiros.

A cooperação técnica brasileira com países do continente africano realizou-se por onze instituições, que atuaram em onze diferentes países, disseminando práticas relativas a temas bastante diversos, como poda de cacaueteiro, alimentação escolar, gestão de risco de calamidades, segurança e saúde no trabalho, elaboração de roteiros de viagem, cartografia censitária, defesa pessoal policial, inventário de patrimônio material, bioenergia, gerenciamento de projetos e contratações públicas (quadro 7).

QUADRO 7
Outras práticas da cooperação técnica do Brasil com países da África (2011-2013)

Países	Órgãos	Práticas
África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Guiné-Bissau, Moçambique, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Senegal.	Ceplac, Conab, Inmet, MTur, MTE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Polícia Federal (DPF), Iphan, MME, Enap e Esaf.	Poda de cacaueteiro e raleamento de sombreamento definitivo; cultivo intensivo do cacaueteiro; alimentação escolar e abastecimento alimentar; monitoramento hidrometeorológico; gestão de risco de calamidades; serviços de hospitalidade em hotelaria; serviços de alimentação em restaurante; formação de guias turísticos; elaboração de roteiros de viagem; estratégias de <i>marketing</i> ; administração de agências; operadoras e <i>sites</i> ; segurança e saúde no trabalho; processo de fiscalização; estatística agrícola; cartografia censitária; sistema estatístico nacional; inquérito às despesas e receitas; base territorial; análise e consistência dos dados segundo os temas investigados; cadastro nacional de endereços; divulgação de resultados georreferenciados por áreas de interesse; aplicação para divulgação dos resultados preliminares; preparo de dados para disseminação de produtos; divulgação de resultados/contatos com a imprensa; recenseamento geral da população e da habitação; censo demográfico; inteligência de Estado; polícia de trânsito; defesa pessoal policial; metodologia de inventário de patrimônio material; inventário nacional de diversidade linguística; bioenergia; desenho instrucional; didática para facilitadores de aprendizagem; gerenciamento de projetos; administração pública para a boa governança e desenvolvimento; e orçamento, finanças e de contratações públicas.

Fontes: Ceplac, Conab, Inmet, MTur, MTE, IBGE, DPF, Iphan, MME, Enap e Esaf.

Elaboração: Ipea. Para a América Latina e o Caribe, os registros mostram o engajamento de dezesseis órgãos do governo federal, em contato com 22 países, tratando de temas relativos a plantio de seringueira; sementes transgênicas e crioulas; prognóstico de clima; ecoturismo e turismo de aventura; reassentamento de população; geodiversidade; trabalho decente; censo demográfico; lavagem de dinheiro e capitais; repressão ao crime organizado; gestão do patrimônio natural; proteção e gestão do patrimônio museológico; marco regulatório de energia; importação de tetracloreto de carbono; combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias; e administração tributária (quadro 8).

30. Não se pretende, no momento, esgotar o tema, mas sinalizar a possibilidade de resgatar nas instituições públicas federais as informações necessárias para caracterizar a cooperação técnica prestada pelo Brasil, identificando seus temas e conteúdos.

QUADRO 8

Outras práticas da cooperação técnica do Brasil com países da América Latina e do Caribe (2011-2013)

Países	Órgãos	Práticas
Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.	Ceplac, Conab, Inmet, MTur, MCidades, CPRM, MTE, IBGE, Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJ) – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), DPF, Iphan, Ibram, MME, Ibama, Seppir e Esaf. ¹	Plantio de seringueira; vassoura de bruxa do cacauieiro, fertilidade de solo e produção de mudas clonais de cacau; manejo integrado do cacauieiro; compra com doação simultânea; sementes transgênicas e crioulas; prognóstico de clima; serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais; estações meteorológicas automáticas; ecoturismo e turismo de aventura; reassentamento de população; mecanismo de integração; operadores de água e saneamento; formação viária; manejo sustentável do sistema de águas pluviais; comunidades sustentáveis; recursos minerais em áreas de fronteira; geodiversidade; mapa geológico e de recursos minerais; sistema público de emprego, trabalho e renda brasileiro; implementação de sistema de formação para o trabalho; compreensão da psicogenética do trabalhador; trabalho decente; trabalho infantil e trabalho forçado; acesso à informação; sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil; garantia de direitos laborais dos trabalhadores domésticos; migração e certificação de competências; sistema de codificação assistida; pesquisa de orçamentos familiares; recenseamento geral da população e da habitação; censo demográfico; avaliação de membros da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; lavagem de dinheiro e capitais; crimes cibernéticos; controle sobre crimes ambientais; representação facial humana e montagem de banco de imagens faciais; inteligência policial; exame de local de crime; defesa pessoal policial; repressão ao crime organizado; inventário nacional de referências culturais; sistema integrado de conhecimento e gestão; gestão do patrimônio arqueológico; gestão do patrimônio natural; conservação e valorização do patrimônio imaterial; sistemas de conservação integrada e patrimônio cultural; preservação do patrimônio cultural missionário; manejo e gestão de centros históricos; arqueologia subaquática; gestão turística; vida cultural, museus e desenvolvimento local, pontos de memória; proteção e gestão do patrimônio museológico; investigação no campo dos museus, integração, consolidação, modernização, qualificação e desenvolvimento dos museus; marco regulatório de energia, planejamento e integração energética, delitos no campo da energia e impactos nacionais e internacionais de políticas; planos e regulação no processo de integração energética, mercúrio, biocombustíveis e hidrocarbonetos não convencionais; comércio ilícito de SDO, HCFC, HCFC em políio; HCFC-22, refrigeração, mercúrio metálico, emissões de metal, importação de tetracloreto de carbono; combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias; transparência fiscal; educação financeira; e administração tributária.

Fontes: Ceplac, Conab, Inmet, MTur, MCidades, CPRM, MTE, IBGE, SNJ (DRCI), DPF, Iphan, Ibram, MME, Ibama, Seppir e Esaf.
Elaboração: Ipea.

Nota: ¹Para funcionários públicos selecionados de países da América Latina e da CPLP, a Esaf ofereceu também cursos sobre: mercados financeiros e novos instrumentos financeiros; e estatísticas de finanças públicas.

Manejo de resíduos sólidos urbanos; gestão integrada de riscos de desastres naturais; fortalecimento da administração pública; inovação no sistema de inspeção do trabalho; legislação estatística; conservação dos sítios; e suprimento de energia limpa estiveram entre os temas levados pelas sete instituições brasileiras em suas atuações com dez parceiros asiáticos e oceânicos (quadro 9).

QUADRO 9

Outras práticas da cooperação técnica do Brasil com países da Ásia e da Oceania (2011-2013)

Países	Órgãos	Práticas
Austrália, Camboja, China, Emirados Árabes Unidos, Índia, Malásia, Palestina, Tailândia, Timor-Leste e Turquia.	MCidades, CPRM, Esaf, MTE, IBGE, Iphan e Ibama.	Manejo de resíduos sólidos urbanos; gestão pública; fortalecimento da administração pública; inovação no sistema de inspeção do trabalho, unidades móveis de fiscalização e a inspeção do trabalho no setor da pesca; legislação estatística; conservação dos sítios e assistência internacional a sítios; suprimento de energia limpa, integração e capacitação de recursos humanos, bioenergia, gás, mineração e petróleo; camada de ozônio, aquecimento global, HCFC e mudanças climáticas; e energia nuclear, meteorologia, oceanografia física, produtos químicos, mercúrio, resíduos eletroeletrônicos, resíduos contaminados com poluentes orgânicos persistentes e mitigação/compensação dos impactos ambientais.

Fontes: MCidades, CPRM, Esaf, MTE, IBGE, Iphan e Ibama.
Elaboração: Ipea.

Finalmente, merece destaque a presença brasileira na Europa e na América do Norte, difundindo práticas em campos bem variados, como mirmecologia; exploração mineral; direitos dos turistas e consumidores em relação aos agentes de viagens; soluções construtivas; mapa geológico e de recursos minerais; trabalhadores nas cadeias globais de produção; censo demográfico; assistência internacional a sítios arqueológicos demandantes; políticas públicas na área de museus e da museologia; e compensação dos impactos ambientais e cobrança administrativa como mecanismo efetivo de aumento de arrecadação. Estiveram envolvidos, nesse sentido, onze órgãos da administração federal, em cooperação com instituições de dezenove países (quadro 10).

QUADRO 10

Outras práticas da cooperação técnica do Brasil com países da Europa e da América do Norte¹ (2011-2013)

Países	Órgãos	Práticas
Andorra, Áustria, Bélgica, Canadá, Croácia, Espanha, Estados, Finlândia, França (e Guiana Francesa), Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, ² Rússia, Suécia e Suíça.	Ceplac, DNPM, MTur, MCidades, CPRM, MTE, IBGE, Iphan, Ibram, Ibama e Esaf.	Mirmecologia; formicida em regiões cacaueiras; exploração mineral; direitos dos turistas e consumidores em relação aos agentes de viagens; soluções construtivas; políticas urbanas e habitacionais brasileiras; mapa geológico e de recursos minerais; trabalhadores nas cadeias globais de produção; adoção de políticas estruturais de emprego, fortalecimento dos sistemas de proteção social, promoção do respeito aos direitos trabalhistas e sociais, e aumento da coerência entre as organizações internacionais e as políticas sociais, econômicas, financeiras, comerciais e de desenvolvimento; distribuição de jornada e tempo de trabalho; conhecimento global da segurança e saúde no trabalho; trabalho forçado e tráfico de pessoas; direitos e deveres dos trabalhadores; censo demográfico; conservação dos sítios, assistência internacional a sítios demandantes, políticas públicas na área de museus e da museologia, valorização de monumentos históricos, propriedade intelectual, recursos genéticos, conhecimentos tradicionais, folclore, patrimônio cultural imaterial, preservação de paisagens culturais, políticas culturais e valorização do patrimônio, tráfico ilícito de bens culturais; gestão de museus, proteção do patrimônio museológico, coleções de obras de arte, qualidade na educação em museu, patrimônio cultural, padronização dos processos de catalogação, adoção de sistema comum de acervos; proteção e gestão do patrimônio museológico, investigação no campo dos museus, integração, consolidação, modernização, qualificação e desenvolvimento dos museus; desenvolvimento energético, segurança energética, desenvolvimento econômico, consciência ambiental, bioenergia, metais não ferrosos, meio ambiente marinho, mercúrio, pedras preciosas; serviços modernos de energia, eficiência energética, energia renovável, matriz energética global, biocombustíveis, petróleo, gás natural, energia nuclear, segurança nuclear, indústria mineral; energia nuclear, meteorologia, oceanografia física, produtos químicos, mercúrio, resíduos eletroeletrônicos, resíduos contaminados com poluentes orgânicos persistentes, mitigação/compensação dos impactos ambientais; gás, petróleo, óleo, desastres naturais; cobrança administrativa como mecanismo efetivo de aumento de arrecadação; desafios da política econômica; e gestão de projeto e cooperação internacional.

Fontes: Ceplac, DNPM, MTur, MCidades, CPRM, MTE, IBGE, Iphan, Ibram, Ibama e Esaf.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Exceto México.

² Optou-se por manter tanto o Reino Unido quanto a Inglaterra como países distintos no quadro, haja vista suas respectivas citações nas fontes consultadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Constituinte, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/9n09A4>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/7sdY0L>>.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/0uKvzU>>.

_____. Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010a. Disponível em: <<http://goo.gl/XQQbr8>>.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH, 2010b. Disponível em: <<http://goo.gl/wlNRwH>>.

_____. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2012-2015**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/sNO6ha>>.

_____. Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde. Apresentação. **Portal da Saúde**, 9 set. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/lVGg6v>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

_____. Brasil avança na erradicação do subregistro civil de nascimento, segundo IBGE. **SDH**, dez. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/la9Gq3>>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Principais áreas e temas de diálogo entre os BRICS. **MRE**, [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/Zw4Ns7>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Institucional. **Portal da Saúde**, [s.d.] b. Disponível em: <<http://goo.gl/qbT3rB>>.

_____. Missão. **Ministério da Saúde**, [s.d.]c. Disponível em: <<http://goo.gl/YqYS4h>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

MUZZI, M. **Good practices in integrating birth registration into health systems (2000-2009)**: Case studies - Bangladesh, Brazil, The Gambia and Delhi, India. New York: Unicef, Jan. 2010. (Working Paper). Disponível em: <<http://goo.gl/ys1Vif>>.

CERATTI, M. K. Em meio à estagnação econômica, Brasil enfrenta o desafio de continuar combatendo a pobreza. **Banco Mundial**, 20 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/he4BKA>>.

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional brasileira consagrou a formação de pessoal estrangeiro por meio da concessão de bolsas de estudo e oferta de vagas em instituições de ensino no país nos mais variados níveis de formação.

Isso envolveu a formação de professores de ensino médio, a oferta de bolsas e vagas nos diferentes níveis do ensino superior (graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado), o intercâmbio de professores, entre outras ações que, financiadas, articuladas e coordenadas pelo governo federal, acabaram por envolver diferentes instituições, públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, refletindo características do sistema de ensino superior nacional.

Em sua execução, a cooperação educacional foi liderada pelo Ministério da Educação (MEC) – em especial por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) –, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – mediante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio de sua Divisão de Temas Educacionais – DCE¹ (box 1).

1. Vale registrar que a cooperação educacional não se restringe a essas instituições. Por exemplo, o Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha do Brasil e do Estado Maior da Armada (EMA), oferece o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), destinado à “formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais” (Brasil, [s.d.]d) e o Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD), voltado à “preparação de aquaviários, provenientes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais, para atividades que exijam qualificações especiais” (Brasil, [s.d.]e). Dados relativos aos programas no período coberto pelo estudo, contudo, não estão disponíveis.

BOX 1

Órgãos da administração pública federal engajados na cooperação educacional (2011-2013)

1) Ministério das Relações Exteriores

- a) Divisão de Temas Educacionais (DCE): responsável pelos temas ligados à educação no MRE, a DCE tem entre suas principais atribuições tratar de assuntos relativos à cooperação educacional oferecida e recebida pelo Brasil; coordenar o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G (com o MEC) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG (com o MEC e o MCTI); e participar da negociação de atos internacionais referentes à cooperação educacional, acompanhando sua execução.

2) Ministério da Educação

- a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): fundação vinculada ao MEC com fundamental papel na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país, a Capes tem entre suas atividades a promoção da cooperação científica internacional, inclusive destacando-se seu papel na administração do PEC-PG (bolsas de doutorado).
- b) Secretaria de Educação Superior: responsável pela manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e pela supervisão das instituições privadas de educação superior, a SESu tem, entre seus programas e convênios internacionais, a responsabilidade de coordenar (juntamente com a DCE) o PEC-G, além do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca) do Mercosul.

3) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- a) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: agência vinculada ao MCTI criada em 1951, “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros” (CNPq, [s.d.]). Destaca-se, na concessão de bolsas de estudo para estrangeiros, por meio de sua participação na condução do PEC-PG (bolsas de mestrado) e de pelo menos outros três programas: Programa CNPq/Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento (Twass); Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique (CNPq/MCT-Mz); e Convênio CNPq/Centro Latino-Americano de Física (Claf).

Fontes: Brasil ([s.d.]; [s.d.]), Fundação Capes (2015) e CNPq ([s.d.]).
Elaboração: Ipea.

Ao MEC (Capes e SESu), ao MCTI (CNPq) e ao MRE (DCE) somou-se pelo menos uma centena de instituições de ensino superior (IES) e centros nacionais de pesquisa, formando uma rede altamente capilarizada, que materializou a cooperação educacional brasileira por todas as regiões do país.²

Este capítulo da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) busca detalhar práticas brasileiras de cooperação educacional, apresentando, primeiramente, os dispêndios do governo federal, para, em seguida, debruçar-se sobre programas e outras ações que a constituíram entre 2011 e 2013.

2. Das 27 Unidades da Federação (UFs), somente Acre (AC), Amapá (AP) e Rondônia (RO) não apresentaram registro de ações de cooperação educacional internacional realizada em seus territórios no período.

2.1 Dispendios com a cooperação educacional

O governo federal despendeu R\$ 129,6 milhões com essa modalidade de cooperação, sem considerar gastos em ações desenvolvidas pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE³ (tabela 10).

TABELA 10
Dispendios do governo federal com a cooperação educacional (2011-2013)

Órgão	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	Total (R\$)	Participação (%)
CNPq	5.388.558	6.845.755	7.874.136	20.108.449	15,5
Capes ¹	23.805.779	29.918.712	36.898.350	90.622.841	69,9
DCE	1.468.040	1.736.249	1.361.821	4.566.110	3,5
SESu	3.984.105	5.000.000	5.306.904	14.291.009	11,0
Total	34.646.482	43.500.716	51.441.211	129.588.409	100

Fontes: DCE/MRE, SESu/MEC, Capes/MEC e CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Para o cálculo dos dispendios ano a ano, foi feita uma divisão dos dispendios totais por programa no período 2011-2013 pelo número de bolsas concedidas a cada ano, sendo o valor ano a ano uma aproximação. Conforme a Capes, contudo, “os projetos possuem itens relativos ao custeio de suas atividades, o que pode ou não incluir bolsistas (...). Por essa razão, em alguns casos, os relatórios dispõem o valor repassado ao projeto, ainda que não haja bolsistas a ele vinculados” (Ofício nº 33/2015/DRI/Capes, de 11 de dezembro de 2015).

Merecem destaque a participação da Capes, com aproximadamente 70% dos gastos totais, e o aumento progressivo dos dispendios com essa modalidade de cooperação ao longo do período (tabela 10). O aumento no número de bolsistas atendidos e a desvalorização do real em relação ao dólar estão entre os fatores que contribuíram para esse incremento nos dispendios entre 2011 e 2013.

As bolsas concedidas pelo governo brasileiro constituem o principal item de gasto e viabilizam a formação de estudantes estrangeiros nos mais variados níveis, da graduação ao pós-doutoramento. Estão, ademais, vinculadas a diferentes programas, como o PEC-G e o PEC-PG.

Sobre o PEC-G, merece atenção o fato de que os estudantes-convênio de graduação podem ser contemplados com bolsas do governo brasileiro.⁴

Nesse sentido, destaque-se que a DCE/MRE disponibiliza três tipos de bolsas semestrais, não cumulativas, passíveis de renovação: Bolsa Mérito, Bolsa MRE e Bolsa Emergencial.⁵ A essas bolsas juntam-se as bolsas concedidas pelo MEC a

3. As ações do IRBr e do FNDE tiveram copatrocínio da ABC, sendo que os recursos usados para sua implementação já foram computados na seção sobre cooperação técnica.

4. Em conformidade com o normativo vigente (Portaria nº 200, de 20 de março de 2012, do MRE; e Portaria nº 745, de 5 de junho de 2012, do MEC), o valor mensal das bolsas é de R\$ 622 desde 2012.

5. Embora a DCE preveja o pagamento de uma bolsa emergencial em casos específicos, a referida bolsa não foi paga no período 2011-2013. Informações sobre a bolsa emergencial podem ser encontradas em: <<http://goo.gl/F2tEtK>>.

estudantes de universidades federais, no âmbito do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae).⁶

Concedida a estudante “que apresentar desempenho acadêmico excepcional” (Brasil, 2012a, art. 7º), a Bolsa Mérito prevê o pagamento de benefício mensal por período de seis meses, cabendo à IES a indicação do estudante à DCE, que decidirá sobre a concessão da bolsa. Após a conclusão do curso, o estudante contemplado com a Bolsa Mérito faz jus à passagem aérea de retorno ao país de origem.⁷

A Bolsa MRE, por sua vez, destina-se a estudantes-convênio de graduação matriculados em IES não federais, concedendo benefício mensal por um período de seis meses a estudante que “apresentar dificuldade financeira que comprometa suas condições de moradia e alimentação” (Brasil, 2012a, art. 8º). Tal como no caso da Bolsa Mérito, cabe à IES a indicação do estudante à DCE, que decidirá sobre a concessão da bolsa.⁸

O MRE realizou dispêndios de cerca de R\$ 4 milhões com as bolsas Mérito e MRE, sendo perceptível a queda de pouco mais de 25% dos valores gastos em 2013 se comparados ao ano anterior (tabela 11).

TABELA 11

Número de bolsas e dispêndios do MRE com a Bolsa Mérito e com a Bolsa MRE (2011-2013)
(Em R\$)

Ano	2011	2012	2013	Total
Número de bolsas ¹	2.477	2.614	1.882	6.973
Dispêndios	1.291.600	1.577.571	1.170.604	4.039.775

Fonte: DCE/MRE.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Nos registros disponíveis, cada parcela mensal foi registrada como uma bolsa.

Além das bolsas Mérito e MRE, o governo brasileiro disponibilizou a estudantes-convênio de graduação bolsas vinculadas ao Promisae entre 2011 e 2013.

Instituído pelo Decreto nº 4.895, de 11 de novembro de 2003, e regulado desde 2012 pela Portaria MEC nº 745, de 5 de junho,⁹ o Promisae “consiste na oferta de auxílio financeiro em moeda corrente brasileira para alunos estrangeiros, regularmente matriculados em cursos e graduação das Ifes, participantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação – PEC-G” (Brasil, 2012b, art. 2º).

6. Disponível em: <<http://goo.gl/S46FPI>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

7. Disponível em: <<http://goo.gl/nQlsUu>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

8. Disponível em: <<http://goo.gl/llItk5>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

9. Anteriormente regulado pelas Portarias nºs 3.167, de 13 de setembro de 2005, e 833, de 3 de abril de 2006.

Para implementar o Promisae, o MEC, por intermédio da SESu, gastou cerca de R\$ 14,3 milhões, sendo crescentes os dispêndios com o programa no período (tabela 12).

TABELA 12

PEC-G: dispêndios com bolsas Promisae (2011-2013)

(Em R\$)

Ano	2011	2012	2013	Total
Dispêndios	3.984.105	5.000.000	5.306.904	14.291.009

Fonte: SESu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Ainda sobre o PEC-G e sobre o papel da DCE, ressalte-se que, além das bolsas, a DCE prevê também, em alguns casos, a concessão de passagem aérea de retorno ao país de origem a estudante do PEC-G “que tenha sido selecionado para Bolsa Mérito, em qualquer momento do curso, ou que comprove incapacidade financeira de arcar com os custos do retorno” (Brasil, [s.d.]c). A essas passagens somam-se, ainda sob a responsabilidade da DCE, as passagens de retorno do programa PEC-PG.

Observa-se um acumulado de pouco mais de R\$ 526,3 mil gastos com passagens aéreas, sendo 2013 o ano com o maior volume de recursos despendidos (tabela 13).

TABELA 13

Dispêndios do MRE com passagens aéreas para estudantes beneficiários de Bolsa Mérito e do PEC-PG

(Em R\$)

Ano	2011	2012	2013	Total
Dispêndios	176.440	158.678	191.217	526.335

Fonte: DCE/MRE.

Elaboração: Ipea.

No caso do PEC-PG, destaque-se que o programa “oferece bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras” (Brasil, [s.d.]f).

Uma vez aceitos por uma IES brasileira para realizar seus estudos de pós-graduação no Brasil e selecionados pelo CNPq ou pela Capes para o recebimento da bolsa, os beneficiários do programa têm acesso ao curso de pós-graduação recomendado pela Capes sem custo de matrícula na IES brasileira e direito a passagem

aérea de volta para o país de origem,¹⁰ além do auxílio mensal. O valor e a duração da bolsa diferem conforme o nível de formação buscado no Brasil.¹¹

Protocolo assinado em 5 de maio de 2006 pelo Departamento Cultural (DC) do MRE (ao qual se submete a DCE), pela Capes e pelo CNPq estabelece as atribuições específicas de cada parte na administração do programa, reservando à Capes e ao CNPq a função de agências financiadoras do programa. Ao DC cabe, conforme a cláusula 9 do protocolo, “providenciar o retorno ao país de origem do estudante-convênio que tenha concluído, com êxito, seus estudos no Brasil, no âmbito do PEC-PG” (Brasil, Capes e CNPq, 2006).

Os dispêndios do governo brasileiro com a concessão de bolsas a estudantes-convênio de pós-graduação foram crescentes e somaram pouco mais de R\$ 52 milhões no acumulado do período. Desse total, 17% foi financiado pelo CNPq¹² e 83%, pela Capes¹³ (tabela 14).

TABELA 14
Dispêndios com bolsas PEC-PG (2011-2013)

	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	Total (R\$)	Participação (%)
CNPq ¹	2.062.800	3.054.496	3.799.740	8.917.036	17,1
Capes	12.696.960	13.361.536	17.087.250	43.145.746	82,9
Total	14.759.760	16.416.032	20.886.990	52.062.782	100,0

Fontes: Capes/MEC e CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ A contabilização dos dispêndios e as demais informações sobre a participação do CNPq no PEC-PG desconsiderou o pagamento de bolsas a três estudantes brasileiros no período. Somados, esses estudantes receberam um total de R\$ 58.950 entre 2011 e 2013 (R\$ 26.400 em 2011; R\$ 17.700 em 2012; e R\$ 14.850 em 2013).

Para além de PEC-G e PEC-PG, os dispêndios do governo federal implicaram gastos da Capes e do CNPq com outros programas, que visaram desde a formação de pessoal estrangeiro via concessão de bolsas até a manutenção de cátedras brasileiras em universidades estrangeiras.

No período coberto pelo estudo, a execução dos demais programas mantidos pela Capes¹⁴ totalizou R\$ 47,5 milhões, cobrindo desde dispêndios com bolsas e financiamento até gastos com o custeio destes (tabela 15).

10. Existe também a previsão de pagamento do auxílio-deslocamento exterior-Brasil, mediante disponibilidade orçamentária. Disponível em: <<http://goo.gl/TmEGMe>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

11. São R\$ 1,5 mil mensais para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$ 2,2 mil mensais para doutorado, com duração máxima de 48 meses (Brasil, [s.d.]).

12. Responsável pela concessão de bolsas de mestrado vinculadas ao programa, o CNPq ofereceu cinco bolsas de doutorado no período, todas a estudantes moçambicanos.

13. Responsável pela concessão de bolsas de doutorado vinculadas ao programa.

14. Uma explicação mais detida desses programas será apresentada na próxima seção deste capítulo.

Nesse sentido, merecem destaque os dispêndios com os programas: Brasil-França Tecnologia (Brafitec) e Brasil-França Agronomia (Brafagri), com gastos somados de R\$ 10,4 milhões; Linguagem das Letras e dos Números (PLLN) e da Qualificação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), com R\$ 13,3 milhões; além do Ministério da Educação Superior (MES) de Cuba, com R\$ 9 milhões despendidos nos três anos cobertos pelo estudo (tabela 15).

TABELA 15

Dispêndios da Capes com pagamentos de bolsas, auxílios e custeio de programas¹ (2011-2013)

(Em R\$)²

Programa	2011	2012	2013	Total
Brafagri	354.960	591.600	495.465	1.441.965
Brafitec	1.781.032	2.934.655	4.229.951	8.945.562
Cátedras	259.458	345.944	691.888	1.297.285
Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique (EaD Moçambique)	620.690	715.217	615.807	1.951.714
Mercosul – Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação (PFPG)	-	-	585.006	585.006
Mercosul – Programa Projetos Conjuntos de Pesquisa Mercosul (PPCP)	-	-	1.210.021	1.210.021
MES-Cuba	1.929.120	2.411.400	4.662.040	9.002.623
Programa de Apoio al Sector Educativo del Mercosur (Pasem)	-	322.701	304.398	627.099
Programa de Incentivo à Formação Científica (PIFC)	n.d. ³	n.d.	n.d.	n.d.
PLLN	4.167.900	4.584.690	-	8.752.541
PQLP	-	2.057.722	2.488.408	4.546.126
Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti Graduação (Pró-Haiti)	679.084	679.084	653.296	2.011.470
Programa Pró-Mobilidade Internacional	-	-	1.542.745	1.542.745
Programa Professor Visitante Sênior Capes-Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila (PVS-Unila)	854.920	1.175.515	1.193.326	3.223.761
Universidad de la República do Uruguai (Udelar)	461.655	738.648	1.138.749	2.339.077
Total	11.108.819	16.557.176	19.811.100	47.476.955

Fontes: DTI/Capes/MEC e Siafi/Sisrel/Capes/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Notas: ¹ Exceto PEC-PG e Marca.

² Para o cálculo dos dispêndios ano a ano, foi feita uma divisão dos gastos totais por programa no período 2011-2013 pelo número de bolsas concedidas a cada ano, sendo o valor ano a ano uma aproximação. Conforme a Capes, contudo, "os projetos possuem itens relativos ao custeio de suas atividades, o que pode ou não incluir bolsistas [...]".

Por essa razão, em alguns casos, os relatórios dispõem o valor repassado ao projeto, ainda que não haja bolsistas a ele vinculados" (Ofício nº 33/2015/DRI/Capes, de 11 de dezembro de 2015).

³ n.d.: dado não disponível.

No caso do CNPq, entre 2011 e 2013, a agência concedeu bolsas a estrangeiros por intermédio de três outras iniciativas: Programa CNPq/Twas; Programa CNPq/MCT-Mz; e Convênio CNPq/Claf, totalizando gastos de R\$ 11,2 milhões (tabela 16).

TABELA 16

Dispêndios do CNPq com a concessão de bolsas no âmbito dos Programas Twas e MCT-Mz e do Convênio Claf (2011-2013)

(Em R\$)

Programa	2011	2012	2013	Total
Twas	1.949.238	2.649.351	2.930.890	7.529.479
MCT-Mz	1.376.520	1.038.356	1.060.606	3.475.482
Claf	-	103.552	82.900	186.452
Total	3.325.758	3.791.259	4.074.396	11.191.413

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Fruto de acordo entre o CNPq e a Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento, o Programa CNPq/Twas objetiva “estimular a formação de jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento no campo das ciências naturais”.¹⁵ Destinado a jovens pesquisadores estrangeiros que buscam formação em instituições brasileiras, o Programa CNPq/Twas concede bolsas de duração variável, a depender do nível de qualificação buscado.¹⁶ Dados do CNPq referentes ao acordo mostram que foram gastos R\$ 7,5 milhões, havendo crescimento nos montantes dispendidos ano a ano (tabela 16).

O Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz objetiva “contribuir no desenvolvimento do Programa de Recursos Humanos de Moçambique” (CNPq, [s.d.].b). Ele possibilita, “por meio da concessão de bolsas para desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas relevantes e de interesse do governo de Moçambique” (CNPq, [s.d.].b), que servidores públicos deste país façam pós-graduação no Brasil, “na expectativa de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como para a maior interação com o Brasil” (CNPq, [s.d.].b). Dados do CNPq mostram gastos de R\$ 3,5 milhões, destacando-se uma queda nos dispêndios com o programa entre 2011 e 2012 (tabela 16).

15. Disponível em: <<http://cnpq.br/web/guest/twas>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

16. Segundo informação disponível na página do programa, “O programa concede bolsas de doutorado (GD), pós-doutorado (PDJ) e doutorado-sanduíche (SWP) a jovens pesquisadores estrangeiros em instituições brasileiras (programas de pós-graduação avaliados pela Capes com notas 5, 6 e 7). Disponível em: <<http://cnpq.br/web/guest/twas>>. As bolsas de doutorado têm duração máxima de 48 meses, enquanto as bolsas de pós-doutorado e doutorado-sanduíche têm duração mínima de seis e máxima de doze meses. A Twas é responsável pelo financiamento das passagens, além de outros benefícios como auxílio-instalação, reembolso de parte dos custos com vistos, entre outros”.

Implementado sob o amparo do Acordo de Cooperação Técnica do Programa de Bolsas do CNPq com o Centro Latino-Americano de Física, o convênio CNPq/Claf contabilizou gastos totais de R\$ 186.452, sendo R\$ 103.552 em 2012 e R\$ 82.900 em 2013.¹⁷

2.2 Algumas práticas da cooperação educacional

O carro-chefe da cooperação educacional brasileira é a formação de estrangeiros mediante a concessão de bolsas de estudo juntamente com a oferta de vagas em instituições de ensino no Brasil.

Nesse sentido, é importante notar, de saída, que, enquanto a concessão de bolsas de estudo implica repasse direto de recursos para os estudantes estrangeiros no Brasil, a oferta de vagas em instituições de ensino no país reflete, em grande medida, características do sistema de ensino superior do país, concentrando boa parte das ações empreendidas nas IES públicas (e não pagas),¹⁸ federais, estaduais ou municipais, além de IES privadas (confessionais e comunitárias) conveniadas.

Outro aspecto relevante a se destacar é o fato de que essa modalidade conta com dois grandes programas – PEC-G e PEC-PG –, além de outros programas de concessão de bolsas vinculados ao MEC, ao MRE e ao CNPq, vinculado ao MCTI.¹⁹

2.2.1 PEC-G

Criado em 1965,²⁰ o PEC-G é implementado conjuntamente, nos termos do Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013,²¹ pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, cabendo ao primeiro “coordenar os procedimentos relativos à implementação do PEC-G junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras” (Brasil, 2013, art. 2º, § 1º) e ao segundo “coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa” (Brasil, 2013, art. 2º, § 2º).

Destinado “à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino

17. Não há registro de concessão de bolsas no âmbito do convênio em 2011.

18. O art. 206 da Constituição Federal estabelece como princípio, em seu inciso IV, “a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (Brasil, 1988).

19. Ressalte-se, por oportuno, que características do sistema educacional brasileiro, como a universalidade do acesso e a existência de programas de bolsas voltados a estudantes matriculados nos mais variados níveis de formação, permitem que estudantes estrangeiros tenham acesso tanto ao sistema educacional quanto às bolsas a ele vinculadas. Destinados originalmente aos estudantes brasileiros, tais programas acabam por resultar em processo semelhante ao da cooperação educacional feita por intermédio da concessão de bolsas e da oferta de vagas. Não foi possível, porém, resgatar os dados e dimensionar a extensão da participação de estrangeiros nesses programas nacionais.

20. Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965.

21. O Decreto nº 7.948/2013 revogou o Decreto nº 55.613/1965, passando a regular o programa.

Superior – IES brasileiras” (Brasil, 2013, art. 1^a), o PEC-G tem no MEC o órgão articulador responsável por coordenar a adesão das IES interessadas no programa, estabelecer o total de vagas a serem ofertadas e solicitar vagas adicionais às IES, buscando atender aos estudantes interessados (Brasil, 2013, capítulo II).

Estabelece-se a partir daí uma rede que, entre 2011 e 2013, contemplou 992 estudantes e envolveu 81 IES de todas as regiões do país, considerando-se apenas os ingressantes no período e as instituições onde se inscreveram os referidos estudantes (tabela 17).

TABELA 17

PEC-G: número de estudantes ingressantes por região e por instituição de ensino (2011-2013)

Região ¹	UF	Instituição	Número de estudantes por IES
Centro-Oeste (7/69)	DF	Universidade de Brasília (UnB)	22
	GO	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	1
	GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás)	4
	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	25
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	5
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	11
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1
Nordeste (16/204)	AL	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	14
	BA	Universidade Federal da Bahia (Ufba)	14
	BA	Universidade do Estado da Bahia (Uneb)	1
	CE	Universidade Estadual do Ceará (UEC)	1
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	55
	CE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	10
	CE	Universidade Federal do Cariri (Ufca)	1
	MA	Universidade Federal do Maranhão (Ufma)	15
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	19
	PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	10
	PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	28
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	6
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	22
	RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	1
	SE	Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2
	PI	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	5
Norte (6/63)	AM	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	13
	PA	Universidade Federal do Pará (Ufpa)	29
	PA	Universidade da Amazônia (Unama)	7
	PA	Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)	2
	RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	5
	TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	7

(Continua)

(Continuação)

Região ¹	UF	Instituição	Número de estudantes por IES
Sudeste (33/443)	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	19
	MG	Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	5
	MG	Universidade Federal de Lavras (Ufla)	8
	MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	4
	MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	3
	MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas)	23
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	8
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	38
	MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	15
	MG	Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel)	2
	MG	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	3
	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	33
	MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG)	4
	MG	Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (Ihendrix)	7
	RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ)	10
	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio)	4
	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	27
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	25
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	20
	RJ	Universidade do Rio de Janeiro (Unirio)	20
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	17
	SP	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	8
	SP	Faculdade de Engenharia de São Paulo (Fesp)	3
	SP	Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)	2
	SP	Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas)	7
	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	10
	SP	Centro Universitário São Camilo (São Camilo)	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	31
	SP	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	26
	SP	Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	1
	SP	Universidade de São Paulo (USP)	55
	SP	Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)	1
	SP	Universidade do Sagrado Coração (USC)	3
Sul (19/213)	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	11
	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	14
	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	46
	PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	3
	PR	Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	1
	RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa)	6
	RS	Universidade Federal do Rio Grande (Furg)	7

(Continua)

(Continuação)

Região ¹	UF	Instituição	Número de estudantes por IES
Sul (19/213)	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	9
	RS	Universidade Caxias do Sul (UCS)	8
	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	5
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	27
	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	5
	RS	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui)	1
	SC	Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	12
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	42
	SC	Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	2
	SC	Universidade Regional de Blumenau (Furb)	8
	SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	4
Total			992

Fonte: SESu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Abaixo do nome da região, encontram-se entre parênteses, respectivamente, o número de IES e o número de estudantes por região.

Digna de nota a predominância das regiões Sudeste e Sul tanto em número de IES buscadas quanto em número de estudantes ingressantes matriculados, ficando as regiões Centro-Oeste e Norte com os menores números de IES e matrículas procuradas (tabela 17).

Destinado a estudantes estrangeiros originários preferencialmente de países em desenvolvimento (Brasil, 2013, parágrafo único, art. 1º), o PEC-G atendeu estudantes de pelo menos 37 nacionalidades diferentes,²² notando-se o incremento do número de estudantes ativos no programa ao longo do período (tabela 18).

TABELA 18

PEC-G: número de estudantes ativos – matriculados mais ingressantes (2011-2013)

Ano	2011	2012	2013
Estudantes ativos	1.215	1.564	1.826

Fonte: SESu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Quando observada a origem dos estudantes ingressantes no triênio 2011-2013, nota-se a prevalência dos estudantes africanos (74% do total), embora haja maior diversidade de origem entre os latino-americanos e caribenhos – com estudantes vindos de vinte países (tabela 10).

22. Os dados disponibilizados pela SESu somente permitiram capturar os países de origem dos estudantes que se matricularam entre 2011 e 2013, impossibilitando o registro da nacionalidade dos estudantes matriculados antes desse período.

TABELA 19

PEC-G: número de estudantes ingressantes por região e por país (2011-2013)

Região ¹	País	2011	2012	2013	Total de estudantes por país (2011-2013)
África (16/736)	África do Sul	-	-	1	1
	Angola	61	55	42	158
	Benim	5	14	32	51
	Cabo Verde	27	87	55	169
	Camarões	2	5	7	14
	Congo	16	31	14	61
	Congo-Kinshasa	1	-	-	1
	Gana	1	-	-	1
	Guiné-Bissau	55	108	10	173
	Moçambique	6	7	10	23
	Nigéria	8	1	2	11
	Quênia	-	1	-	1
	República Democrática do Congo	12	19	9	40
	São Tomé e Príncipe	11	5	3	19
	Senegal	-	1	-	1
América Latina e Caribe (20/233)	Togo	-	5	7	12
	Barbados	1	3	1	5
	Bolívia	2	1	6	9
	Chile	1	2	3	6
	Colômbia	4	5	3	12
	Costa Rica	1	1	-	2
	Cuba	2	5	6	13
	El Salvador	-	1	3	4
	Equador	8	14	9	31
	Guatemala	1	1	2	4
	Haiti	11	2	3	16
	Honduras	-	-	1	1
	Jamaica	6	2	11	19
	México	-	1	1	2
	Nicarágua	-	1	-	1
	Panamá	1	3	2	6
	Paraguai	22	21	20	63
	Peru	4	5	13	22
	República Dominicana	2	8	5	15
	Trinidad e Tobago	-	-	1	1
Ásia e Oceania (1/23)	Venezuela	1	-	-	1
	Timor-Leste	1	-	22	23
Total	(37)	273	415	304	992

Fonte: SESu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Abaixo do nome da região, encontram-se, respectivamente, o número de países de origem e o total de estudantes por região.

Considerando-se apenas os estudantes contemplados com bolsas do MRE (Mérito e MRE) no âmbito do programa, observa-se um aumento no número de contemplados, com subsequente queda em 2013 (tabela 20), semelhante ao sucedido com o número de ingressantes (tabela 19).

TABELA 20

Número de estudantes contemplados com a Bolsa Mérito e com a Bolsa MRE (2011-2013)
(Em R\$)

Ano	2011	2012	2013
Número de estudantes contemplados	422	442	319

Fonte: DCE/MRE.

Elaboração: Ipea.

Quando analisada a origem dos contemplados com as bolsas concedidas pelo MRE, observa-se grande diversidade de países, tanto do continente africano quanto da América Latina e do Caribe (quadro 11).

QUADRO 11

Origem dos contemplados com bolsas do MRE por ano e região (2011-2013)¹

Ano	Região
2011 (20)	África (10): Angola, Benim, Cabo Verde, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe.
	América Latina e Caribe (10): Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Haiti, Jamaica, Panamá, Paraguai e Peru.
2012 (27)	África (12): Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Senegal.
	América Latina e Caribe (15): Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela.
2013 (24)	África (11): Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo e Senegal.
	América Latina e Caribe (13): Argentina, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Fonte: DCE/MRE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Os números entre parênteses indicam o número de países de origem dos estudantes contemplados por ano (na primeira coluna) e o número de países de origem dos estudantes contemplados por região (na segunda coluna).

No caso das bolsas Promisaes, ao se analisar o número de estudantes que as receberam no período coberto pelo estudo, observa-se também uma grande diversidade na origem desses estudantes, sendo a maior parte desses estudantes oriunda de países africanos – com destaque para Guiné-Bissau e Cabo Verde (tabela 21).

TABELA 21

PEC-G: número de estudantes que receberam bolsa Promisae por região e país ano a ano (2011-2013)

Região ¹	País	2011	2012	2013
África (15)	Angola	34	34	48
	Benim	6	6	17
	Cabo Verde	182	190	158
	Camarões	2	2	6
	Congo-Brazzaville	-	-	22
	Costa do Marfim	1	1	1
	Gana	3	3	6
	Guiné-Bissau	276	290	280
	Moçambique	8	8	8
	Níger	-	-	2
	Nigéria	6	6	3
	Quênia	5	5	4
	República Democrática do Congo	52	48	59
	São Tomé e Príncipe	25	25	26
	Senegal	2	2	2
	Togo	-	-	1
América Latina e Caribe (16)	Barbados	-	-	1
	Bolívia	5	5	1
	Chile	1	1	1
	Colômbia	3	3	2
	Costa Rica	1	1	2
	Cuba	-	-	1
	El Salvador	1	1	-
	Equador	1	1	4
	Haiti	15	20	22
	Honduras	1	1	2
	Jamaica	1	1	1
	Panamá	-	-	1
	Paraguai	19	19	15
	Peru	11	11	8
	República Dominicana	-	-	2
	Trinidad e Tobago	2	2	1
Total	(31)	663	686	707

Fonte: SESu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Abaixo do nome da região, encontra-se entre parênteses o número de países de origem.

Note-se também a prevalência de bolsas Promisae para estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops). Foram 525, em 2011; 547, em 2012; e 520, em 2013 (tabela 21).

2.2.2 PEC-PG

Criado em 1981, o PEC-PG é administrado em parceria pelo MRE (por meio da DCE), pelo MEC (por meio da Capes) e pelo MCTI (por meio do CNPq), viabilizando, por meio da concessão de bolsas, a formação em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) no país.

Percebe-se um aumento gradual no número de bolsistas tanto no mestrado quanto no doutorado. No total, nota-se um aumento de 31% (ou 185 estudantes) no número de bolsistas atendidos de 2011 a 2013 (tabela 22).

TABELA 22

Número de bolsistas PEC-PG ano a ano (2011-2013)

	2011	2012	2013
CNPq	216	280	301
Capes	380	403	480
Total	596	683	781

Fontes: Capes/MEC e CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Informações sobre o programa permitem identificar a origem dos 1.094 estudantes estrangeiros contemplados com bolsas no âmbito do PEC-PG.²³ No período, receberam bolsas do governo brasileiro (PEC-PG) 812 estudantes de 22 países latino-americanos e caribenhos; 256 estudantes oriundos de treze países africanos; e outros 26 estudantes oriundos de quatro países asiáticos (tabela 23).

TABELA 23

PEC-PG: distribuição de estudantes por região e país de origem (2011-2013)

Região	País	Número de bolsistas
África	Angola	24
	Benim	6
	Cabo Verde	45
	Camarões	2
	Costa do Marfim	4
	Egito	1
	Guiné	1
	Guiné-Bissau	23
	Moçambique	140
	Nigéria	3

(Continua)

23. Como as bolsas têm duração variável, podendo chegar a quatro anos no caso de doutorado pleno no país, um mesmo estudante pode receber a bolsa em anos diferentes, por isso a diferença entre o número de estudantes contemplados e a soma do número de bolsistas ano a ano.

(Continuação)

Região	País	Número de bolsistas
África	República Democrática do Congo	1
	São Tomé e Príncipe	5
	Senegal	1
América Latina e Caribe	Argentina	45
	Bolívia	34
	Chile	25
	Colômbia	352
	Costa Rica	11
	Cuba	36
	El Salvador	1
	Equador	35
	Guatemala	8
	Honduras	1
	Haiti	6
	Jamaica	1
	México	22
	Nicarágua	6
	Panamá	3
	Paraguai	24
	Peru	154
	República Dominicana	7
	Suriname	1
	Trinidad e Tobago	1
	Uruguai	23
	Venezuela	16
Ásia e Oceania	China	6
	Indonésia	1
	Líbano	1
	Timor-Leste	18
Total		1.094

Fontes: Capes/MEC e CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

Esses estudantes se distribuíram por todas as regiões do país, em pelo menos noventa IES diferentes, destacando-se a predominância do Sudeste e do Sul tanto em número de instituições de ensino participantes quanto em número de estudantes matriculados (tabela 24).

TABELA 24

PEC-PG: distribuição espacial e institucional dos estudantes (2011-2013)

Região ¹	UF	Instituição onde se executou a bolsa	Número de estudantes
Centro-Oeste (4/44)	DF	Universidade de Brasília (UnB)	28
	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	12
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2
Nordeste (13/70)	AL	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	3
	BA	Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs)	1
	BA	Universidade Federal da Bahia (Ufba)	21
	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	1
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	11
	PB	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	3
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Areia	1
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/João Pessoa	2
	PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2
	PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	15
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	4
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	4
	SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2
Norte (3/9)	AM	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	5
	AM	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	1
	PA	Universidade Federal do Pará (Ufpa)	3
Sudeste (52/599)	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	4
	MG	Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz	4
	MG	Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte	1
	MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas)	3
	MG	Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	1
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1
	MG	Universidade Federal de Lavras (Ufla)	26
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	34
	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	4
	MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	63
	RJ	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
	RJ	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	26
	RJ	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa)	9
	RJ	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj)	3
	RJ	Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)	1

(Continua)

(Continuação)

Região ¹	UF	Instituição onde se executou a bolsa	Número de estudantes
Sudeste (52/599)	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio)	5
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)	20
	RJ	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)	4
	RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	4
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	53
	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	18
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	3
	SP	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
	SP	Instituto de Botânica	1
	SP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	3
	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	5
	SP	Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban)	1
	SP	Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)	2
	SP	Universidade de São Paulo (USP)	109
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena)	1
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/Escola de Engenharia de Lorena (EEL)	1
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)	24
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)	2
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/Ribeirão Preto	13
	SP	Universidade de São Paulo (USP)/São Carlos	8
	SP	Universidade de Franca (Unifran)	1
	SP	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	55
	SP	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Piracicaba	2
	SP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp)	16
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Araraquara	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Bauru	4
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Botucatu	7
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Franca	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Guaratinguetá	8
	SP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp)/Jaboticabal	31
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Marília	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Presidente Prudente	1
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Rio Claro	3
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/São José dos Campos	1
	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	4
	SP	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	2
	SP	Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	1

(Continua)

(Continuação)

Região ¹	UF	Instituição onde se executou a bolsa	Número de estudantes
Sul (18/242)	PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)	5
	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	5
	PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	13
	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	5
	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	25
	PR	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1
	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	5
	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	8
	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)	8
	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	10
	RS	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	78
	RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	2
	SC	Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	1
	SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	1
	SC	Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	9
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	64
	SC	Universidade Regional de Blumenau (Furb)	1
		- Não informado ²	130

Fontes: Capes/MEC e CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Notas: ¹ Abaixo do nome da região, encontram-se em parênteses, respectivamente, o número de IES e o número de estudantes por região.² Nesse caso, não foi possível levantar a instituição onde se executou a bolsa.

No que se refere às áreas de estudo, nota-se grande dispersão, com pelo menos 118 cursos de interesse. Entre as áreas com maior número de bolsistas matriculados, destacaram-se agronomia, com setenta estudantes; medicina veterinária, com 46; zootecnia, com 39; educação, com 34; e ciência política, com 32 (tabela 25).

TABELA 25
PEC-PG: número de estudantes por área de formação (2011-2013)

Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes
Administração	16	Engenharia civil	11	Medicina	10
Administração de empresas	1	Engenharia de alimentos	7	Medicina preventiva	2
Administração pública	1	Engenharia de materiais e metalúrgica	2	Medicina veterinária	46
Agronomia	70	Engenharia de produção	2	Medicina veterinária preventiva	1
Anatomia patológica animal	2	Engenharia elétrica	15	Meio ambiente e agrárias	4
Anatomia patológica e patologia clínica	2	Engenharia mecânica	12	Melhoramento vegetal	3
Antropologia	31	Engenharia naval e oceânica	1	Microbiologia	11
Arquitetura e urbanismo	10	Engenharia química	8	Microbiologia agrícola	2
Artes	10	Engenharia sanitária	9	Morfologia	1
Biologia geral	10	Engenharia/tecnologia/gestão	6	Nutrição	4
Bioquímica	5	Ensino de ciências e matemática	12	Oceanografia	1
Biotecnologia	2	Epidemiologia	1	Oceanografia biológica	1
Botânica	5	Estatística	3	Odontologia	19
Ciência da computação	12	Extensão rural	1	Outras sociologias específicas	1
Ciência da informação	6	Farmácia	8	Parasitologia	6
Ciência de alimentos	1	Farmacologia	2	Planejamento urbano e regional	4
Ciência do solo	6	Filosofia	2	Probabilidade e estatística	6
Ciência e tecnologia de alimentos	18	Física	7	Processos bioquímicos	2
Ciência política	32	Fisiologia	3	Produção animal	1
Ciências ambientais	11	Fisioterapia e terapia ocupacional	2	Psicologia	21
Ciências contábeis	1	Fitopatologia	2	Química	12
Clínica odontológica	1	Fitossanidade	8	Recursos florestais e engenharia florestal	23
Clínica veterinária	3	Fitotecnica	7	Recursos pesqueiros e engenharia de pesca	11
Comunicação	4	Genética	16	Relações internacionais, bilaterais e multilaterais	1
Defesa	1	Genética e melhoramento dos animais domésticos	3	Saúde coletiva	15
Demografia	4	Geociências	7	Saúde pública	10
Dermatologia	1	Geografia	17	Sensoriamento remoto	2

(Continua)

(Continuação)

Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes
Desenho industrial	1	Geotécnica	2	Serviço social	5
Direito	15	Ginecologia e obstetrícia	1	Sistema de computação	3
Doenças infecciosas e parasitárias	5	História	14	Sociais e humanidades	6
Ecologia	18	História do Brasil	1	Sociologia	27
Economia	22	Interdisciplinar	4	Sociologia do desenvolvimento	1
Economia agrária	1	Irrigação e drenagem	1	Taxonomia de criptógamos	1
Educação	34	Letras	11	Tecnologia de alimentos	1
Educação de adultos	1	Língua portuguesa	1	Tecnologia de arquitetura e urbanismo	1
Educação física	1	Linguística	5	Teoria econômica	1
Endodontia	2	Literatura brasileira	3	Zoologia	20
Enfermagem	8	Literatura comparada	3	Zootecnia	39
Engenharia agrícola	8	Matemática	15	Não informado	146
Engenharia biomédica	5	Materiais	1		

Fontes: Capes/MEC e CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

BOX 2

O Instituto Rio Branco e a formação de diplomatas estrangeiros

Unidade de ensino do MRE, o IRBr “coordena a implantação dos acordos de cooperação internacional que abrangem memorandos de entendimento com outras academias diplomáticas, treinamento de diplomatas estrangeiros no Brasil e apoio para diplomatas brasileiros estudarem em academias diplomáticas estrangeiras” (Brasil, [s.d.]).

Seu “programa de cooperação para a formação de diplomatas estrangeiros é executado com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CGCPLP), órgãos do Ministério das Relações Exteriores que se encarregam do custeio das passagens aéreas e das bolsas de estudo” (Brasil, [s.d.]).

Entre 2011 e 2013, financiado por meio de onze projetos da ABC destinados à capacitação de diplomatas estrangeiros, o IRBr contribuiu para a formação de diplomatas de países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e da Palestina.

Fontes: ABC/MRE e Brasil ([s.d.]).

Elaboração: Ipea.

BOX 3

Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados

Desenvolvido no âmbito do Setor Educacional do Mercosul, o Programa Marca possibilita a mobilidade acadêmica (intercâmbio de um semestre letivo) de estudantes de graduação de países-membros e associados do Mercosul nas áreas de: agronomia, arquitetura, enfermagem, engenharias, odontologia, medicina e medicina veterinária.

Iniciado em 2006, o programa atende a “duas prioridades do planejamento estratégico do setor: a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e acreditação, e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países” (Brasil, [s.d.]).

Administrado por um convênio de vários órgãos dos países-membros, o Marca é gerido, no Brasil, pela SESu¹ e pela Capes, destinando R\$ 830 mensais aos estudantes selecionados, além de um auxílio de instalação pago em uma única parcela de mesmo valor.

Entre 2011 e 2013, o Programa Marca selecionou 99 estudantes (42, em 2011; 28, em 2012; e 29, em 2013), originários de IES do Brasil (18), da Argentina (54), do Paraguai (7), do Uruguai (7), da Bolívia (6) e do Chile (7).

Fonte: SESu/MEC.
Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Informações sobre o programa Marca estão disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/marca?ativo=551>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

² O financiamento do programa é realizado de forma compartilhada entre os países. No Brasil, é efetuado pela SESu. Como a secretaria não possui competência legal para realizar o pagamento de bolsas aos estudantes, o valor para execução do programa tem obedecido à sequência de liberação e repasse por parte da SESu para a Capes.

2.2.3 Outros programas da Capes

Além de ser peça-chave na coordenação e no financiamento do PEC-PG e na execução do programa Marca, a Capes implementou outros quinze programas de alcance internacional, que contribuíram para a formação de professores de educação básica (como o Pasem) e o envio de pesquisadores brasileiros para instituições de ensino de excelência no exterior (programa Cátedras), passando também pelo financiamento de projetos e pela concessão de bolsas de estudo no país (como nos casos dos programas da Capes com o MES-Cuba e com a Universidad de la República do Uruguai), entre outros programas que caracterizaram a cooperação brasileira no período (quadro 12).

QUADRO 12
Quadro-síntese de programas coordenados pela Capes (2011-2013)¹

Nome do programa	Características do programa	Público-alvo
Brafagri	Objetivo: concessão de bolsas a estudantes brasileiros e franceses na modalidade graduação sanduíche (das áreas de medicina veterinária, ciências agrárias e engenharia de alimentos) na França e no Brasil. Universidades brasileiras com projetos ativos podem receber bolsistas franceses das universidades francesas vinculadas aos projetos Brafagri para a realização de graduação sanduíche no Brasil. Cada universidade francesa pode enviar até cinco bolsistas para o Brasil, número igual de universidades brasileiras para a França.	Estudantes franceses de graduação em medicina veterinária, ciências agrárias e engenharia de alimentos.

(Continua)

(Continuação)

Nome do programa	Características do programa	Público-alvo
Brafitec	Objetivo: concessão de bolsas para estudantes brasileiros e franceses na modalidade graduação sanduíche para as áreas de engenharia tanto na França quanto no Brasil. Universidades brasileiras com projetos ativos podem receber bolsistas franceses na modalidade graduação sanduíche provenientes de universidades francesas vinculadas aos projetos Brafitec. Cada universidade francesa pode enviar até dez bolsistas para o Brasil, número igual de universidades brasileiras para a França.	Estudantes franceses de graduação em engenharia.
Cátedras	Objetivo: desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa no exterior por pesquisadores brasileiros de alto nível, especialistas em qualquer área acadêmica, visando difundir contribuições brasileiras em centros universitários de excelência no exterior.	Ao todo, sete Cátedras, distribuídas por Alemanha, Estados Unidos, Portugal e Reino Unido, receberam pesquisadores brasileiros entre 2011 e 2013.
EaD Moçambique	Objetivo: expansão da educação superior a distância para estudantes da República Popular de Moçambique e formação de professores para o magistério público. É coordenado pela Capes e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em estreita cooperação com instituições de ensino superior brasileiras participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).	Professores de Moçambique.
Mercosul – PFPG	Objetivo: financiamento de projetos conjuntos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e fomento ao intercâmbio de mestrands, doutorandos e pós-doutorandos, bem como aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores bolivianos, paraguaios e uruguaios, com o financiamento de bolsas pelo Brasil.	Mestrands, doutorandos, pós-doutorandos, docentes e pesquisadores da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai.
Mercosul – PPCP	Objetivo: financiamento de projetos conjuntos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e fomento ao intercâmbio de mestrands, doutorandos e pós-doutorandos, além de aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. A Capes financia até duas missões de estudo de alunos estrangeiros por projeto no Brasil.	Estudantes argentinos, paraguaios, uruguaios, bolivianos e chilenos.
MES-Cuba	Objetivo: estimular o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e cubanos vinculados a programas de pós-graduação de IES nas diversas áreas do conhecimento. A Capes financia até uma missão de estudo no Brasil por ano a estudantes cubanos e concede bolsa de estudo nas modalidades doutorado-sanduíche ou pós-doutorado.	Professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior de Cuba.
Pasem	Objetivo: contribuir para a integração regional no campo da formação docente. Executado pela Capes em articulação com diversas instituições brasileiras envolvidas com as políticas de formação docente (IES, secretarias de educação estaduais e municipais e fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente).	Países do Mercosul.
PIFC	Objetivo: estimular a aproximação da formação teórica com as realidades de aplicação prática, contribuir para a inclusão tecnológica e científica de Palops e estreitar os laços da cooperação acadêmica já existente entre os países envolvidos. Realizado em parceria pela Capes e o MRE, baseia-se na concessão de bolsas de iniciação científica em projetos de execução bimestral que possibilitem aos estudantes de graduação desses países realizarem no Brasil, durante o período de férias acadêmicas, atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas de pesquisa mutuamente acordadas.	Estudantes de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

(Continua)

(Continuação)

Nome do programa	Características do programa	Público-alvo
PLLN	Objetivo: fortalecer a presença de estudantes africanos em cursos de engenharia no Brasil, por meio da qualificação de professores de ensino médio e fundamental dos Palops. É desenvolvido em parceria com a UFC, a Embaixada do Brasil em Praia (Cabo Verde) e o Ministério da Educação de Cabo Verde.	Professores de matemática e de português do ensino médio e ensino fundamental de países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).
PQLP	Objetivo: apoiar a formação em língua portuguesa de professores de diferentes níveis de ensino em Timor-Leste e auxiliar e ampliar a formação de docentes para o ensino básico bem como a formulação e a implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, com ênfase no ensino básico. É executado pela Capes em conjunto com a UFSC, responsável pela coordenação acadêmica do programa.	Professores de língua portuguesa de Timor-Leste.
Pró-Haiti	Objetivo: contribuir para a reconstrução do Haiti por meio do apoio à formação de recursos humanos em nível de graduação. É coordenado pela Capes em conjunto com a SESu e o MRE. Baseia-se na concessão de bolsas para estudo nas instituições de ensino superior brasileiras.	Estudantes de graduação haitianos.
Programa Pró-Mobilidade Internacional	Objetivo: promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (países da CPLP), por meio da seleção de projetos de pesquisa e do intercâmbio. É desenvolvido em parceria com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp).	Graduandos, mestrands, doutorandos e pós-doutorandos (docentes) dos países da CPLP.
PVS-Unila	Objetivo: consolidar científica e academicamente a Unila.	Professores, doutores há pelo menos dez anos, aposentados ou oficialmente licenciados e pesquisadores nível 1 do CNPq ou equivalente.
Udelar	Objetivo: promover o intercâmbio de professores e pesquisadores vinculados à Udelar, visando à formação de recursos humanos de alto nível nas diversas áreas do conhecimento. A Capes financia bolsas para docentes uruguaios no mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche.	Professores vinculados à Udelar e estudantes de pós-graduação da instituição.

Fonte: Capes/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Exceto PEC-PG e Marca.

Embora prevaleçam programas voltados aos países do Mercosul, da América Latina e do Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os programas Cátedras e Brasil-França Tecnologia e Agronomia estendem para Europa e Estados Unidos o alcance da cooperação educacional internacional implementada pela Capes (quadro 12).

Quando se observa o número de bolsistas e projetos financiados ano a ano, nota-se um incremento no número de atendidos por esses programas da Capes, em particular entre 2011 e 2012 (tabela 26).

TABELA 26

Capes: número de bolsas por programa¹ (2011-2013)

Programa	2011	2012	2013
Brafragri	48	80	67
Brafitec	88	145	209
Cátedras	3	4	8
EaD Moçambique	93	104	79
Mercosul – PFPG	-	-	2
Mercosul – PPCP	-	-	8
MES-Cuba	48	60	116
PIFC	103	140	140
PLLN	100	110	-
PQLP	-	43	52
Pró-Haiti	79	79	76
Pró-Mobilidade Internacional	-	-	15
PVS-Unila	96	132	134
Udelar	15	24	37
Total	673	921	943

Fontes: DTI/Capes/MEC e Siafi/Sisrel/Capes/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Exceto PEC-PG e Marca.

2.2.4 Outros programas do CNPq

Os programas CNPq/Twas e CNPq/MCT-Mz e o Convênio CNPq/Claf compõem, juntamente com o financiamento de parte do PEC-PG, a parcela da cooperação educacional brasileira viabilizada pelo CNPq. No âmbito do Programa CNPq/Twas, foram contemplados 149 estudantes²⁴ de 21 países diferentes (tabela 27).

TABELA 27

CNPq/Twas: distribuição de estudantes por país de origem (2011-2013)

País	Número de estudantes	País	Número de estudantes	País	Número de estudantes
Argentina (ARG)	5	Egito (EGI)	12	Nigéria (NGA)	9
Burkina Faso (BKF)	1	Etiópia (ETP)	4	Nepal (NPL)	3
Brasil (BRA)	3	Gana (GAN)	1	Paquistão (PAQ)	67
Camarões (CAM)	5	Índia (IND)	12	Peru (PER)	2
China (CHN)	2	Irã (IRA)	3	Quênia (QUE)	1
Colômbia (COL)	7	Moçambique (MBQ)	1	Sudão (SUD)	2
Cuba (CUB)	7	México (MEX)	1	Venezuela (VEN)	1

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

24. Por se tratar de oferta de bolsas feita em parceria com uma organização internacional, o Programa CNPq/Twas possibilitou que três estudantes brasileiros fossem contemplados entre 2011 e 2013, somando gastos de R\$ 135.864.

Interessante observar que o elevado número de cidadãos paquistaneses entre os beneficiários das bolsas (67) é uma constante das chamadas CNPq-Twas, em especial, devido à nacionalidade do fundador da Twas, Abdus Salam, pesquisador ganhador do Prêmio Nobel em Física no ano de 1979. Assim, é sempre significativa a presença de candidatos do Paquistão nas chamadas desta agência com o Brasil e, ainda, com os demais países e agências parceiras.

Quando distribuídos por área de estudo, destacam-se, além do número de estudantes cuja área de estudo não foi informada (37,6%), as matrículas em química (14%) e agronomia (6,7%) (tabela 28).

TABELA 28

CNPq/Twas: número de estudantes por área de formação (2011-2013)

Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes
Agronomia	10	Ecologia	2	Farmacologia	3	Medicina veterinária	1	Recursos pesqueiros e engenharia da pesca	1
Astronomia	2	Enfermagem	1	Física	4	Microbiologia	1	Tecnologia e inovação para agropecuária	1
Biologia geral	2	Engenharia biomédica	1	Fisiologia	1	Nanotecnologia e novos materiais	1	Zoologia	1
Bioquímica	4	Engenharia de materiais e metalúrgica	3	Genética	4	Odontologia	1	Zootecnia	4
Ciência da computação	2	Engenharia elétrica	1	Geociências	2	Parasitologia	2	Não informado	56
Ciência e tecnologia de alimentos	1	Engenharia mecânica	2	Imunologia	2	Probabilidade e estatística	1		
Ciências ambientais	3	Engenharia química	1	Matemática	1	Química	21		
Demografia	1	Engenharia sanitária	1	Medicina	2	Recursos florestais e engenharia florestal	2		

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Distribuídos por instituição de ensino a que se vinculam no Brasil, destaca-se a clara prevalência da região Sudeste do país, com cerca de 45% das bolsas registradas. Note-se também a ausência de bolsas executadas na região Norte do país (tabela 29).

TABELA 29

CNPq/Twas: distribuição espacial e institucional dos estudantes (2011-2013)

Região ¹	UF	Instituição	Número de estudantes
Centro-Oeste (3)	DF	Universidade de Brasília (UnB)	1
	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2
Nordeste (3)	BA	Universidade Federal da Bahia (Ufba)	1
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1
Sudeste (67)	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
	MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	7
	RJ	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)	1
	RJ	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1
	RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio)	7
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	6
	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1
	SP	Universidade de São Paulo (USP)	25
	SP	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	6
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	3
	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	6
Sul (27)	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	3
	PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	1
	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3
	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	1
	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	4
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	8
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	7
-	-	Não informado	49

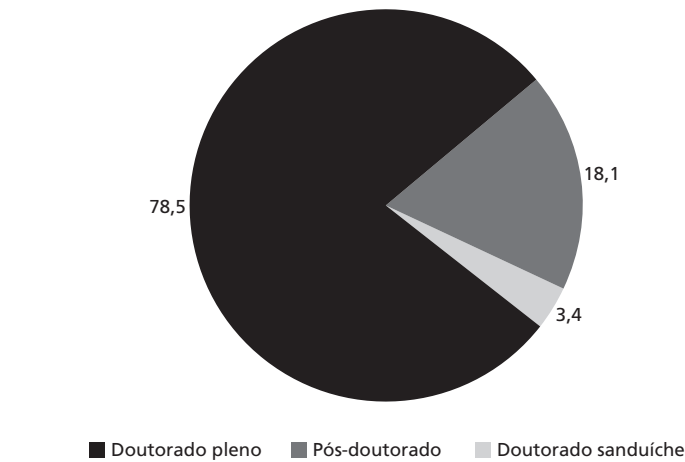
Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Abaixo do nome da região, encontra-se entre parênteses o número total de estudantes por região.

Ainda sobre o Programa CNPq/Twas, merece menção o fato de que a maioria das bolsas concedidas foi destinada a doutorado pleno no país (78,5%), sendo uma minoria destinada a doutorado sanduíche – 3,4% – (gráfico 4).

GRÁFICO 4
CNPq/Twas: distribuição das bolsas por nível de formação (2011-2013)
(Em %)



Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

No âmbito do Programa CNPq/MCT-Mz, foram contemplados 159 estudantes,²⁵ valendo observar a impossibilidade de resgatar, nos registros disponíveis, a área de estudo escolhida no Brasil pela maioria dos bolsistas do programa (71%). Quando possível o resgate, a dispersão é a característica mais marcante da presença moçambicana nas IES brasileiras (tabela 30).

TABELA 30
CNPq/MCT-Mz: número de estudantes por área de formação (2011-2013)

Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes	Área	Número de estudantes
Administração	2	Educação	2	História	1
Agronomia	5	Educação física	1	Medicina veterinária	2
Botânica	1	Engenharia agrícola	1	Psicologia	2
Ciência da informação	3	Engenharia civil	2	Química	1
Ciência e tecnologia de alimentos	1	Engenharia de materiais e metalúrgica	1	Recursos florestais e engenharia florestal	4
Ciências ambientais	2	Engenharia sanitária	1	Recursos pesqueiros e engenharia de pesca	2
Comunicação	1	Filosofia	1	Sociologia	3
Direito	1	Geociências	2	Zootecnia	1
Economia	1	Geografia	2	Não informado	113

Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

25. Dados do CNPq mostram que houve, no período, a concessão de bolsa a dois estudantes não nascidos em Moçambique no âmbito do Programa CNPq/MCT-Mz; um do Peru e outro de Portugal.

No caso das bolsas CNPq/MCT-Mz, observa-se sua implementação em todas as regiões do país, destacando-se a preferência pela Universidade de São Paulo – com 43 bolsas (tabela 31).

TABELA 31

CNPq/MCT-Mz: distribuição dos estudantes por região e instituição (2011-2013)

Região ¹	UF	Instituição	Número de estudantes
Centro-Oeste (2)	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1
Nordeste (5)	BA	Universidade Federal da Bahia (Ufba)	1
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2
	PE	Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe)	1
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Norte (2)	AM	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	1
	PA	Universidade Federal do Pará (Ufpa)	1
Sudeste (56)	MG	Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)	1
	MG	Universidade Federal de Lavras (Ufla)	3
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	5
	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)	1
	SP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	1
	SP	Universidade de São Paulo (USP)	43
	SP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	1
Sul (21)	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1
	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	4
	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	1
	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	8
	SC	Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	1
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5
-	-	Não informado	73

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

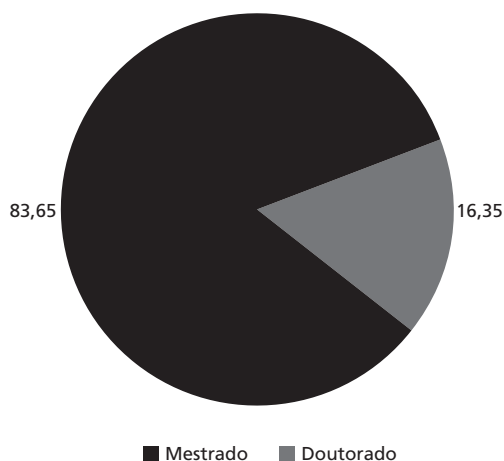
Obs.: Os dados referentes ao período 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Abaixo do nome da região, encontra-se entre parênteses o número total de estudantes por região.

Ainda sobre o Programa CNPq/MCT-Mz, destaque-se que a maioria das bolsas concedidas entre 2011 e 2013 foi destinada a mestrado no país (83,6%), sendo as demais (16,3%) destinadas a doutorado (gráfico 5).

GRÁFICO 5

CNPq/MCT-Mz: distribuição das bolsas por nível de formação (2011-2013)
(Em %)



Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

No caso do convênio CNPq/Claf, observa-se que, no período, foram concedidas bolsas²⁶ de pós-doutorado (duas) e pesquisador visitante (uma) na área de física a pesquisadores originários do Chile, da Colômbia e da Espanha.

Oriundos da Universidad Católica de la Santísima Concepción (Chile) e da Universidad Tecnológica de Pereira (Colômbia), no Brasil, os bolsistas CNPq/Claf se dividiram entre Rio de Janeiro (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) e São Paulo (Unesp).²⁷

BOX 4

A cooperação internacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 (posteriormente alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é a autarquia federal "responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação" (FNDE, [s.d.]).

(Continuação)

26. Além das bolsas, o acordo prevê também o pagamento de taxa de bancada e passagens aéreas (ida e volta) aos bolsistas contemplados.

27. Vale notar que um dos registros apontou o próprio Claf como instituição proponente e executora da bolsa, vinculando-a ao estado do Rio de Janeiro.

(Continuação)

O FNDE desenvolveu ações de cooperação internacional, tendo algumas de suas ações financiadas também pela ABC e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Tais ações englobaram desde missões de prospecção (a Moçambique, Nicarágua, Malawi, Zâmbia e Gana, todas em 2011) e visitas de campo de missões estrangeiras ao Brasil (provenientes de Gana, Ruanda e Quênia para conhecer ações de vinculação entre agricultura familiar com alimentação escolar e assistência alimentar na Bahia e em Sergipe em 2011; e proveniente do Timor-Leste ao Ceará, no âmbito do Projeto de Apoio ao Fortalecimento do Programa de Merenda Escolar de Timor-Leste, também em 2011) até a participação em eventos, reuniões, seminários, conferências e projetos de cooperação técnica internacional (na Itália, Espanha, Moçambique, Suriname e Marrocos em 2011; na Colômbia, Moçambique, Itália, Equador e Paquistão em 2012; e em Moçambique, Itália e Peru em 2013).

De particular importância, destacam-se, nesse campo, os termos de cooperação assinados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud (para o fortalecimento de programas de alimentação escolar sustentável em países em desenvolvimento), com a FAO (para o fortalecimento de programas de alimentação escolar no marco da iniciativa América Latina e Caribe sem fome 2025 e para o fortalecimento de programas de alimentação escolar na África) e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA (para o Fundo Fiduciário Brasileiro para Apoio ao Desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis).

Finalmente, é digno de nota o fato de que, em sua atuação internacional, o FNDE mobilizou um conjunto expressivo de parceiros, destacando-se a ABC, a FAO, o PMA, o Pnud, o Ministério da Educação de Moçambique, a United States Agency for International Development (Usaid), Zâmbia, Gana e Suriname.

Fontes: FNDE/MEC e ABC/MRE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Segundo a página do FNDE, “Além de inovar o modelo de compras governamentais, os diversos projetos e programas em execução – Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira” (FNDE, [s.d.]).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Constituinte, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/afvi1B>>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **A divisão de temas educacionais – DCE**. MRE, [s.d.].a. Disponível em: <<http://goo.gl/L9y6x5>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Cooperação internacional**. Brasília: MRE, [s.d.].b. Disponível em: <<http://goo.gl/XvL00K>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Passagem aérea de retorno**. Brasília: MRE, [s.d.].c. Disponível em: <<http://goo.gl/46fe9G>>.

_____. **Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD)**. Brasília: Itamaraty, [s.d.].d. Disponível em: <<http://goo.gl/ye3CTK>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEP-ME)**. Brasília: Itamaraty, [s.d.].e. Disponível em: <<http://goo.gl/dUFx5X>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Brasília: Itamaraty, [s.d.].f. Disponível em: <<http://goo.gl/JBnX1B>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Marca**. Brasília: MEC, [s.d.].g. Disponível em: <<http://goo.gl/C8TzKs>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. Secretaria de Educação Superior. **Apresentação**. Brasília: MEC, [s.d.].h. Disponível em: <<http://goo.gl/w1dnSi>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. Portaria nº 200, de 20 de março de 2012. Brasília: MRE, 2012a. Disponível em: <<http://goo.gl/WU7zp6>>.

_____. Portaria nº 745, de 5 de junho de 2012. Brasília: MRE, 2012b. Disponível em: <<http://goo.gl/yNxSEH>>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores; CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR; CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Brasília: MRE; Capes; CNPq, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/UZgd5k>>.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Jo2eif>>.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. Brasília: CNPq, [s.d.].a. Disponível em: <<http://goo.gl/tx8rPx>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

_____. **Programa MCT-Mz**. Brasília: CNPq, [s.d.].b. Disponível em: <<http://goo.gl/IhnjCt>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **História**. FNDE, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/WGbVA6>>.

FUNDAÇÃO CAPES. **História e missão**. Brasília: Fundação Capes, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/RsBps9>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A cooperação científica e tecnológica internacional fundamenta-se no interesse em promover o avanço do conhecimento e na busca da promoção de sinergias para a inovação e o enfrentamento dos desafios para o desenvolvimento. Com isso, possibilita o acesso do país ao conhecimento científico e tecnológico de ponta, conferindo-lhe também papel na produção e difusão de tal conhecimento.

Da perspectiva brasileira, a integração nas cadeias internacionais de ciência, tecnologia e inovação – objeto da cooperação científica e tecnológica – é instrumental na promoção da formação de recursos humanos de alto nível e na absorção de conhecimento pela sociedade brasileira, garantindo o acesso ao conhecimento científico e tecnológico mais avançado e o estímulo à inovação e agregação de valor à produção e ao aumento da competitividade dentro e fora do Brasil.

A Constituição Federal, em seu art. 218, § 7º, passa a determinar que “o Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no *caput*”,¹ quais sejam: a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

Como coordenador do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), entre outras funções, a formulação das políticas para o setor.²

Observe-se, porém, que, em conformidade com a Constituição Federal, proporcionar os meios para o acesso à ciência e também à tecnologia, à pesquisa e à inovação,³ “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Brasil, 1988, art. 23, inciso V).

1. Incluído pela Emenda Constitucional nº 85 de 2015.

2. No Brasil, a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação teve seu marco institucional em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Em 1967, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) somou-se às duas agências de fomento. Em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ano em que foi realizada a I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Outras conferências ocorreram em 2001, 2005 e 2010.

3. Incluído pela Emenda Constitucional nº 85 de 2015.

Sob o amparo da legislação federal e em constante coordenação, atuam entes dos mais variados níveis da administração pública brasileira na promoção da cooperação científica e tecnológica internacional.

BOX 5

Alguns números da ciência e tecnologia no Brasil em 2013

Em 2013, o Brasil investiu 1,66% do produto interno bruto (PIB) em ciência e tecnologia (C&T), o equivalente a R\$ 85,6 bilhões. Este montante incluiu recursos públicos federais e estaduais da ordem de R\$ 47,9 bilhões, além dos empresariais, que totalizaram R\$ 37,7 bilhões. Do total de dispêndios públicos, o governo federal respondeu por 69% (R\$ 32,9 bilhões), enquanto as Unidades da Federação (UFs) representaram 31% (R\$ 15,0 bilhões).

No conceito mais restrito de pesquisa e desenvolvimento (P&D), utilizado internacionalmente, o país investiu 1,24% do PIB, que representou R\$ 63,7 bilhões, sendo R\$ 36,8 bilhões públicos. Destes, 70% foram recursos federais e outros 30%, estaduais. Os dispêndios empresariais totalizaram cerca de R\$ 27,0 bilhões.

Na comparação com outros países, em 2013, o percentual gasto pelo Brasil em P&D em relação ao PIB foi próximo da Rússia (1,12%), Espanha (1,24%), Itália (1,26%) e Portugal (1,37%), mas distante de países como China (2,08%), França (2,23%), Estados Unidos (2,73%) e Alemanha (2,85%).

Fontes: Brasil (2015a; 2015b; 2015c).

Assessorando o presidente da República na formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico está o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT),⁴ em cuja composição se incluem o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), o Fórum Nacional de Dirigentes Municipais de Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).^{5, 6}

No que se refere à execução direta de pesquisa, o MCTI conta com um amplo conjunto de unidades de pesquisa (UPs) e organizações sociais – OS (quadro 13). Às UPs e às OS somam-se a Agência Espacial Brasileira (AEB), responsável pela formulação e coordenação da política espacial brasileira;⁷ a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), responsável pela política nuclear;⁸ o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável, entre outras

4. Criado em 1996, o CCT integra a estrutura do MCTI.

5. Entidades representativas, em nível estadual e municipal, têm como objetivo contribuir para a formulação e aperfeiçoamento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Passaram a compor o CCT a partir da promulgação do Decreto nº 6.090, de 9 de janeiro de 2007.

6. Os sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação (Sectis) contribuem com cerca de 30% dos investimentos públicos nacionais em P&D. Uma parcela considerável desses recursos é proveniente das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). No estado de São Paulo, por exemplo, merecem destaque instituições como o Instituto Butantan, que, além de desenvolver pesquisa básica, contribui com grande parcela da produção nacional de vacinas, e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que atua na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) e serviços tecnológicos, provendo soluções aos setores público e privado.

7. Autarquia vinculada ao MCTI, a agência foi criada em 10 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/JuoRHX>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

8. Autarquia federal vinculada ao MCTI, a comissão foi criada em 1956. Disponível em: <<http://goo.gl/8nrkST>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

atribuições, por “fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros” (CNPq, [s.d.]); e a Finep, empresa pública vinculada ao MCTI com atuação em toda a cadeia da inovação.⁹

QUADRO 13

Unidades de pesquisa e organizações sociais vinculadas ao MCTI

Unidades de pesquisa	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) Instituto Nacional da Mata Atlântica (Inma) Instituto Nacional de Águas (INA) Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Instituto Nacional de Tecnologia (INT) Instituto Nacional do Semiárido (Insa) Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg) Observatório Nacional (ON)
Organizações sociais	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEN) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Fonte: MCTI.
Elaboração: Ipea.

Também integrando o SNCTI, destacam-se a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – que, além de desenvolver P&D e conhecimentos para o controle de doenças, produz vacinas e medicamentos –, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – que tem uma atuação marcante em P&D no setor agropecuário, desenvolvendo conhecimentos para a melhoria da produtividade, competitividade e sustentabilidade – e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Podem ser citados ainda o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes/Petrobras), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre outros.

9. Informações sobre a Finep estão disponíveis em: <<http://www.finep.gov.br/>>.

Este capítulo do estudo Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) apresenta um panorama da cooperação brasileira em ciência e tecnologia no período 2011-2013, buscando capturar não apenas os dispêndios do governo federal com essa modalidade da Cobradi (seção 3.1), mas também algumas das principais práticas brasileiras nessa área (seção 3.2).

3.1 Dispêndios com a cooperação científica e tecnológica

Os dispêndios do governo brasileiro com a cooperação científica e tecnológica compreendem, *grosso modo*, os desembolsos feitos pelos diversos órgãos da administração pública federal para custear, financiar, desenvolver e manter projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias, bancando também o engajamento de pesquisadores de alto nível (via bolsas de pesquisa) e outros custos relacionados.

Ao financiar projetos internacionais conjuntos para o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o progresso da ciência, o governo brasileiro acaba, muito frequentemente, assumindo os dispêndios da parte brasileira (em contrapartida aos desembolsos realizados pelos parceiros em seus países com seus pesquisadores), sendo essa uma das características dessa modalidade.

O pagamento pela utilização de equipamento de ponta (como no caso dos telescópios espaciais ou do acelerador de partículas), o financiamento de projetos de pesquisa (com capital, custeio e bolsas para os pesquisadores) e a manutenção de laboratórios no exterior (como os laboratórios virtuais da Embrapa – Labex) são outras maneiras encontradas pelo governo brasileiro para promover a cooperação internacional na área, implicando dispêndios de recursos do Tesouro Nacional.

A União despendeu cerca de R\$ 380 milhões com a cooperação científica e tecnológica, destacando-se a importância relativa dos dispêndios orçamentários realizados pelo MCTI sob a rubrica “cooperação internacional” (tabela 32).

TABELA 32

Dispêndios do governo federal com a cooperação científica e tecnológica (2011-2013)
(Em R\$)

Órgão	2011	2012	2013	Total
Agência Espacial Brasileira (AEB)	25.316.038	31.721.837	27.766.633	84.804.508
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	3.002.969	7.442.553	18.758.822	29.204.344
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/Cooperação Internacional (CI) ¹	55.010.613	93.591.312	58.863.225	207.465.150
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	4.321.525	3.464.055	3.677.620	11.463.200
Unidades de Pesquisa (UPs) e Organizações Sociais (OS)/MCTI ²	2.414.414	3.633.274	4.883.844	10.931.532
Serviço Geológico Brasileiro (CPRM)	32.359.203	1.073.867	932.988	34.366.059
Total	122.424.762	140.926.898	114.883.132	378.234.793

Fontes: AEB; CNPq; Embrapa; MCTI; CPRM.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Notas: ¹ Dispêndios com ações identificadas no orçamento do MCTI como “cooperação internacional”.

² Dispêndios das UPs e OS com a cooperação internacional realizados com recursos de seu orçamento.

Os dispêndios do MCTI sob a rubrica “cooperação internacional” foram realizados de formas tão distintas quanto a participação da União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS),¹⁰ a participação brasileira nos telescópios Gemini,¹¹ Southern Astrophysical Research Telescope (Soar)¹² e Canada-France-Hawaii Telescope (CFHT)¹³ – com o pagamento da cota brasileira referente à operação e utilização destes telescópios – e a internalização e o cumprimento das responsabilidades assumidas na Convenção para Proibição de Armas Químicas.

Os gastos das UPs e OSs vinculadas ao MCTI somam recursos orçamentários dessas instituições àqueles destinados pelo ministério à cooperação internacional mais ampla, atendendo às necessidades pontuais de cada UP e OS envolvida. Nesse sentido, destinaram-se a atividades tão diversas quanto viabilizar a participação de pesquisadores brasileiros em experimentos no exterior, a participação de pesquisadores estrangeiros em atividades no Brasil e a própria execução de projetos de pesquisa.

No caso da AEB, ressalte-se que boa parte de seus gastos se referiu ao desenvolvimento de satélites, em especial os modelos CBERS 3 e 4, excedendo R\$ 25 milhões em 2011, R\$ 26 milhões em 2012 e R\$ 27 milhões em 2013, valores que corresponderam à quase totalidade dos dispêndios da agência com a cooperação científica e tecnológica no período.¹⁴

Sobre os gastos do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), decorrem da viabilização da participação de pesquisadores brasileiros na expedição Iatá-Piuna, de mapeamento e recolhimento de material biológico e geológico do leito marinho do Atlântico Sul, objetivando conhecer a biogeografia e a biodiversidade dos fundos marinhos e identificar recursos naturais e minerais com uso econômico.¹⁵ A pesquisa foi realizada no âmbito da cooperação Brasil-Japão em Oceanografia, Ciências do Mar e Tecnologia de Oceanos e contou com a contribuição do CPRM, juntamente com o Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo (IO-USP) e a Agência Japonesa de Ciências do Mar e da Terra (Jamstec).

10. Em parceria com a Ucrânia.

11. O Gemini é mantido por uma parceria de cinco países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile e Estados Unidos). Qualquer astrônomo desses países pode postular tempo de uso do telescópio, sendo este alocado em conformidade com o tamanho do aporte financeiro feito pelo país do solicitante. Para mais informações, consultar: <<http://www.gemini.edu/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

12. O Soar “foi financiado por um consórcio com os seguintes parceiros: Brasil (representado pelo CNPq), o National Optical Astronomy Observatory (Noao), a Universidade da Carolina do Norte (UNC) e a Universidade Estadual de Michigan (MSU)” (LNA, [s.d.]). Tal como no caso no Gemini, “o número de noites a serem utilizadas nestes telescópios é proporcional à parcela de contribuição de cada participante na construção/operação” (LNA, [s.d.]).

13. O CFHT é um dos observatórios que compuseram a rede de telescópios à disposição do LNA no período coberto pelo estudo. Informações sobre o telescópio estão disponíveis em: <<http://goo.gl/iVfgA5>>.

14. A exceção é o desembolso de R\$ 5,2 milhões em 2012 para pesquisa em ciência e clima espacial. Ainda assim, a participação dos gastos com o desenvolvimento dos satélites mantém-se superior a 80% dos dispêndios da agência no referido ano.

15. Para mais informações, consultar a página eletrônica do CPRM: <<http://goo.gl/e0Jzrg>>. Acesso em: 12 maio 2016.

Quanto aos gastos da Embrapa, a manutenção dos Labex nos Estados Unidos e na Europa constituiu, de longe, o maior dispêndio da empresa com a cooperação científica entre 2011 e 2013, valendo registrar que, ao incremento dos dispêndios com o primeiro, contrapôs-se uma acentuada queda nos dispêndios com o segundo ao longo do período, em especial entre 2011 e 2012 (tabela 33).

TABELA 33

Dispêndios da Embrapa com a cooperação científica e tecnológica (2011-2013)
(Em R\$)

Projeto	2011	2012	2013	Total
Consultive Group on International Agricultural Research (Cgiar)	438.770	279.890	124.821	843.481
Labex China	39.316	110.542	177.230	327.088
Labex Coreia	206.821	195.500	473.932	876.253
Labex Estados Unidos	1.066.039	1.636.327	1.826.651	4.529.017
Labex Europa	2.176.729	782.000	566.859	3.525.588
Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos (Procitrópicos)	139.311	162.636	179.731	481.678
Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (Procisur)	254.539	297.160	328.396	880.095
Total	4.321.525	3.464.055	3.677.620	11.463.200

Fonte: Embrapa.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

A desvalorização cambial contribuiu de modo decisivo para o incremento nos dispêndios da Embrapa com alguns de seus projetos de cooperação científica e tecnológica, haja vista que os desembolsos foram feitos em dólares. Nos casos do Procisur e do Procitrópicos, por exemplo, embora os valores em dólares permaneçam constantes ao longo do período, percebe-se um incremento dos dispêndios em real.

Apesar disso, a redução acentuada nos dispêndios com o Labex Europa e com o Consultive Group on International Agricultural Research (Cgiar), em particular, contribuiu para a redução global dos gastos da empresa com essa modalidade, em especial entre 2011 e 2012, percebendo-se uma pequena recuperação em 2013 (tabela 33).

TABELA 34

Dispêndios do CNPq com a cooperação científica e tecnológica (2011-2013)
(Em R\$)

Rubrica	2011 ¹	2012	2013	Total
Bolsas	-	3.202.110	9.585.858	12.787.968
Capital	-	672.950	2.051.354	2.724.304
Custeio	3.002.969	3.567.493	7.121.610	13.692.072
Total	3.002.969	7.442.553	18.758.822	29.204.344

Fonte: CNPq.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Para 2011, os dispêndios com bolsas, capital e custeio foram informados conjuntamente.

Chama atenção, finalmente, quando se analisam os dispêndios realizados pelo CNPq no período, o aumento nos dispêndios realizados no financiamento de pesquisas em todas as rubricas (capital, custeio e bolsas)¹⁶, destacando-se o incremento de dispêndios entre 2012 e 2013 (tabela 34).

3.2 Algumas práticas da cooperação científica e tecnológica

Para além dos dispêndios, é possível apresentar uma visão geral das práticas brasileiras na cooperação científica e tecnológica a partir da escolha de grandes temas e da atuação das instituições de pesquisa e agências brasileiras responsáveis pelo desenvolvimento do setor.

Nesse particular, merece menção o fato de o MCTI acompanhar, desde 2002, por intermédio de sua Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (Scup),¹⁷ as ações e os acordos de cooperação internacional das UPs.

Para tanto, desenvolveu um indicador de programas, projetos e ações em cooperação internacional (PPACI), que oferece uma primeira aproximação da cooperação internacional realizada pelas unidades de pesquisa vinculadas ao ministério. De caráter quantitativo, o PPACI permite vislumbrar o engajamento dessas instituições em ações de cooperação internacional.

Visto em perspectiva de longo prazo, o PPACI apresenta uma tendência de alta desde sua criação (com exceção das quedas em 2007 e 2009), sendo os anos de 2011, 2012 e 2013 significativos para o aumento do PPACI (gráfico 6).

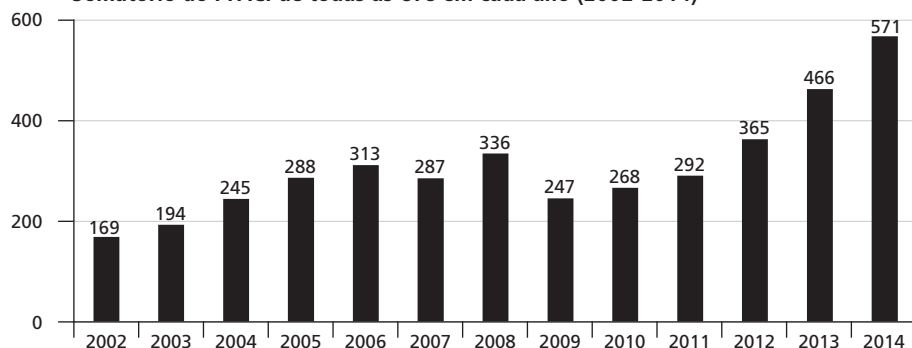
16. Custeio, capital e bolsas são as três categorias de despesas utilizadas pelo CNPq. Conceitualmente, elas podem ser detalhadas da seguinte forma:

- despesas de custeio são aquelas despesas relativas à aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, passagens e de serviços prestados por pessoa física ou jurídica, por exemplo: i) outros serviços de terceiros/pessoa física – prestação de serviços por pessoal técnico ligado diretamente aos resultados pretendidos na pesquisa e que, por sua natureza, só possam ser executados por pessoas físicas; ii) outros serviços de terceiros/pessoa jurídica – instalação, adaptação, reparos e conservação de máquinas e equipamentos vinculados ao projeto, reprografia, impressos e serviços gráficos, passagens, seguro-saúde, aluguéis para eventos, assinatura de revistas e periódicos, exposições, participação em conferências e congressos, *software* e outros; iii) diárias; iv) passagens; e v) material de consumo – material de uso em laboratórios, material de desenho e de expediente, combustível e lubrificante, embalagens, material fotográfico, de filmagens e gravações, produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos em geral, material de impressão, vidrarias de laboratório, peças para *upgrades* de computadores e outros;
- despesas de capital são aquelas despesas relativas à aquisição de bens patrimoniais, equipamentos e material permanente para pesquisa, por exemplo: equipamentos de processamento de dados e de comunicação; máquinas e aparelhos gráficos, elétricos e eletrônicos; instrumentos técnicos e científicos; ferramentas; livros e outros; e
- já *bolsas* não possuem destinação específica de despesas, sendo de livre dispêndio por parte do beneficiário. Cabe observar que a concessão de bolsas pode agregar benefícios adicionais que não as mensalidades de bolsas em si, incluindo auxílio-deslocamento, auxílio-seguro-saúde, taxa de bancada etc. Tais auxílios se caracterizam como despesas de custeio, ainda que associados à bolsa, porém para fins de cálculo orçamentário encontram-se associados às despesas de bolsas.

17. Em 2003, com o Decreto nº 4.724, de 9 de junho, a Scup substitui a antiga Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (Secup) na estrutura do MCTI, assumindo a responsabilidade por “propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das unidades de pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira” (Brasil, 2003, art. 5º, I). As atuais atribuições da Scup estão definidas no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

GRÁFICO 6

Somatório do PPACI de todas as UPs em cada ano (2002-2014)

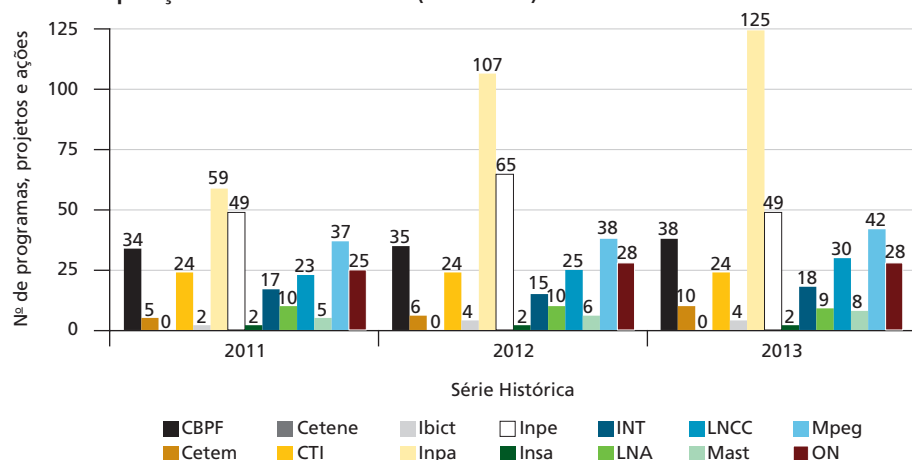


Fonte: MCTI.

Focando apenas os anos cobertos pelo estudo e analisando o registro PPACI de cada UP, destacam-se o ativismo de Inpa, Inpe, Mpeg e CBPF como UPs com maior número de ações registradas entre 2011 e 2013 e o fato de a cooperação internacional ter sido amplamente adotada pelas unidades de pesquisa vinculadas ao MCTI (gráfico 7).

GRÁFICO 7

Comparação do PPACI de cada UP (2011-2013)



Fonte: MCTI.

Se os dados permitem capturar o número de ações internacionais em que se engajaram UPs e OS, pouco dizem sobre a natureza e o conteúdo dessas ações, sendo necessária, pois, uma complementação voltada para um conhecimento mais preciso da contribuição brasileira nesse campo.

Assim, feita essa observação inicial sobre a cooperação internacional das UPs registradas no sistema de indicadores do MCTI, vale retomar a questão de fundo desta seção e apresentar um panorama das práticas brasileiras da cooperação científica e tecnológica, ampliando o escopo da análise com vistas a abordar a evolução da cooperação brasileira em ciência e tecnologia a partir de temas desenvolvidos não apenas pelas unidades de pesquisa do MCTI, mas também por suas organizações sociais e por Embrapa, CNPq e AEB.

Nesse sentido, foram selecionadas três áreas: financiamento de projetos de pesquisa; pesquisa básica em tecnologias agropecuárias; e pesquisa espacial. Ao final do capítulo, apresenta-se uma visão panorâmica de outras áreas da cooperação brasileira em ciência e tecnologia a partir de uma síntese da atuação das UPs e OS vinculadas ao MCTI.

3.2.1 Financiamento de projetos de pesquisa

O financiamento de projetos de pesquisa é atribuição constitutiva do CNPq,¹⁸ agência vinculada ao MCTI cuja missão é “Fomentar a ciência, tecnologia e inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” (CNPq, [s.d.]).

Atuando concomitantemente com a Finep¹⁹ na promoção de pesquisa e inovação, o CNPq assume papel de destaque, viabilizando parcerias internacionais por meio do financiamento de projetos de pesquisa.

Dispondo de uma ampla rede de parcerias internacionais,²⁰ o CNPq seleciona os projetos de pesquisa a serem financiados por meio de chamadas públicas lançadas em conformidade com cronograma acertado previamente com as instituições parceiras.

Entre 2011 e 2013, foram selecionados projetos de 24 parcerias internacionais distintas, de instituições de 21 diferentes países, mais a União Europeia (UE), totalizando 164 contemplados no período (tabela 35).

18. Vale lembrar que o órgão tem, também, papel de destaque na cooperação educacional, concedendo bolsas de estudo a estudantes estrangeiros. Ver, a propósito, o capítulo sobre a cooperação educacional.

19. Empresa pública vinculada ao MCTI, a Finep tem como missão “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas” (Finep, [s.d.]).

20. Para se ter uma ideia, em fevereiro de 2016, o CNPq contava com 46 registros de parcerias internacionais, distribuídas pelas Américas, Europa e Ásia. Disponível em: <<http://goo.gl/4JODml>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

TABELA 35

Número de projetos financiados pelo CNPq por país e chamada (2011-2013)

País – chamada	2011	2012	2013
Alemanha – DFG	-	-	3
Alemanha – DLR	-	-	5
Argentina – CNPq/Conicet	12	-	5
Bélgica – CNPq/FNRS	7	-	5
Bélgica – CNPq/FWO	8	-	-
Canadá (Programa de Cooperação Brasil/Canadá)	-	17	-
Colômbia – Colciencias	-	-	3
Costa Rica – CNPq/Conicet	2	-	-
Cuba – MES	-	-	2
Eslovênia – CNPq/MHEST	7	-	-
Espanha – CNPq/Csic	10	-	-
Finlândia – CNPq/AKA	-	8	-
França – IRD	-	-	8
Holanda – NWO	-	-	6
Índia – CNPq/DBT	-	-	5
Itália – CNPq/CNR	8	-	4
Japão – CNPq/JST	-	-	3
México – Conacyt	-	-	4
Peru – Concytec	-	-	4
Portugal – FCT	-	-	5
Reino Unido – CNPq/BBSRC	-	4	-
Reino Unido – CNPq-GSK (GlaxoSmithKline)	-	8	-
União Europeia – Programa de Cooperação Brasil/União Europeia	-	-	4
Uruguai – CNPq/Dicyt	4	-	3
Total	58	37	69

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Cumprir notar o financiamento de projetos realizados no âmbito de uma parceria do CNPq com um laboratório multinacional, o GlaxoSmithKline, no ano de 2012. As oito pesquisas foram desenvolvidas em instituições brasileiras, federais e estaduais, públicas e privadas,²¹ evidenciando a amplitude e o potencial de articulação da cooperação brasileira no campo da ciência e da tecnologia.

No tocante às grandes áreas de pesquisa financiadas pelo CNPq, observou-se a prevalência dos estudos em ciências biológicas, seguidos por ciências exatas e da terra e ciências agrárias (tabela 36).

21. A saber: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

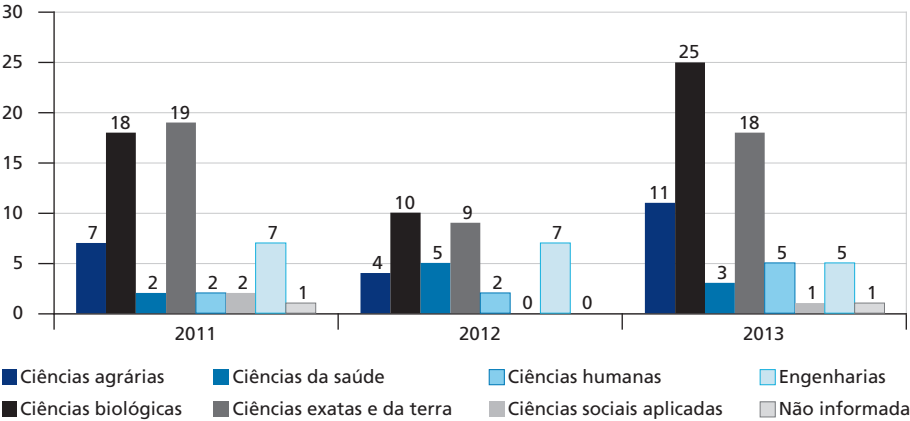
TABELA 36
Número de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq por grande área (2011-2013)

Grande área	2011	2012	2013	Total
Ciências agrárias	7	4	11	22
Ciências biológicas	18	10	25	53
Ciências da saúde	2	5	3	10
Ciências exatas e da terra	19	9	18	46
Ciências humanas	2	2	5	9
Ciências sociais aplicadas	2	0	1	3
Engenharias	7	7	5	19
Não informada	1	0	1	2

Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

Note-se que, apesar da evolução inconstante do número de projetos financiados ao longo do período, as áreas de ciências biológicas e ciências exatas e da terra mantiveram-se na liderança nos três anos cobertos pelo estudo, havendo uma alternância, entre 2012 e 2013, na terceira área com maior número de projetos financiados (gráfico 8).

GRÁFICO 8
CNPq: distribuição das chamadas por grandes áreas ano a ano (2011-2013)



Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.

No que se refere às instituições onde se realizaram as pesquisas, observa-se uma grande dispersão, com 61 diferentes instituições, nacionais e estrangeiras, servindo de local para a execução das 164 pesquisas financiadas ao longo do período coberto pelo estudo (tabela 37).

TABELA 37

Número de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq por instituição ano a ano (2011-2013)

Instituição – estado ou país	2011	2012	2013	Total
Instituto Agrônômico (IAC) – São Paulo	-	-	1	1
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac)	-	-	1	1
Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)	-	-	1	1
Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia (Conacyt) – México	-	-	1	1
Escola de Engenharia de Lorena (EEL/USP) – São Paulo	-	-	1	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	2	1	1	4
Departamento de Física e Ciência Interdisciplinar/Instituto de Física de São Carlos (FCI/IFSC/USP) – São Paulo	1	-	-	1
Universidade Feevale (Feevale) – Rio Grande do Sul	1	-	-	1
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	-	-	2	2
Fiocruz/Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz/IOC) – Rio de Janeiro	-	-	1	1
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP/USP) – São Paulo	-	-	1	1
Faculdade de Medicina da USP (Fmusp) – São Paulo	-	-	1	1
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) – Ceará	-	-	1	1
Universidade Federal do Rio Grande (Furg) – Rio Grande do Sul	1	2	-	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) – Amazonas	-	-	1	1
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa)	1	-	-	1
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) – Rio de Janeiro	-	-	1	1
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) – Amazonas	1	-	1	2
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	1	-	-	1
Instituto de Química de São Carlos (IQSC/USP) – São Paulo	-	-	1	1
Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará (Labomar/UFC) – Ceará	1	-	-	1
Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)	1	-	-	1
Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg) – Pará	1	-	-	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) – Minas Gerais	1	-	-	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – Rio Grande do Sul	1	1	1	3
Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) – Santa Catarina	-	1	-	1
Universidade Católica de Brasília (UCB) – Distrito Federal	-	-	1	1
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) – Santa Catarina	-	1	-	1
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Paraíba	-	-	1	1
Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) – Bahia	1	-	-	1
Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Paulo	-	-	1	1
Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – Amazonas	-	-	1	1
Universidade Federal da Bahia (Ufba) – Bahia	-	-	1	1
Universidade Federal do Ceará (UFC) – Ceará	3	-	2	5
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Paraíba	-	-	1	1
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro	1	-	-	1
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiás	1	-	-	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Minas Gerais	1	6	2	9
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Mato Grosso do Sul	-	1	1	2
Universidade Federal do Pará (Ufpa) – Pará	-	-	1	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Paraíba	1	-	1	2
Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe) – Pernambuco	-	-	4	4
Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – Rio Grande do Sul	1	1	-	2
Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Paraná	1	1	1	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) – Rio Grande do Sul	6	2	4	12
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro	4	2	5	11

(Continua)

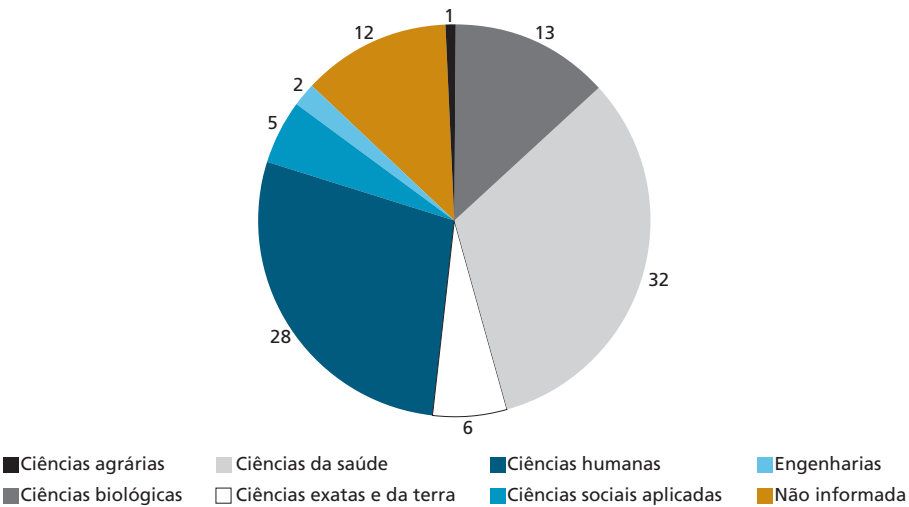
(Continuação)

Instituição – estado ou país	2011	2012	2013	Total
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Rio Grande do Norte	-	1	1	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco	-	-	1	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Santa Catarina	3	2	2	7
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Paulo	2	-	1	3
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Rio Grande do Sul	-	-	1	1
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Minas Gerais	1	-	-	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Minas Gerais	1	1	-	2
Universidade de Brasília (UnB) – Distrito Federal	3	4	4	11
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – São Paulo	2	1	3	6
Unesp/Bauru – São Paulo	-	-	1	1
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – São Paulo	2	3	3	8
Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Minas Gerais	-	1	-	1
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – São Paulo	1	-	1	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – Rio Grande do Sul	-	1	-	1
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo	10	4	7	21
Total	58	37	69	164

Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Observa-se, ademais, que as três grandes áreas de pesquisa com maior número de projetos financiados (ciências biológicas, ciências exatas e da terra e ciências agrárias) concentraram cerca de três quartos dos projetos custeados pelo CNPq (gráfico 9).

GRÁFICO 9
CNPq: distribuição das chamadas por grandes áreas (2011-2013)
(Em %)¹



Fonte: CNPq/MCTI.
Elaboração: Ipea.
Nota: ¹ Relativamente ao total do período.

A propósito, é possível indicar, avançando no sentido de descrever as práticas, as áreas de conhecimento (ou temáticas) dos projetos desenvolvidos com o financiamento do CNPq no período coberto pelo estudo, destacando-se, a título de exemplificação, aquelas pertinentes a cada uma das três grandes áreas com maior número de projetos custeados (quadro 14).

QUADRO 14

Temas de pesquisa financiados pelo CNPq, grandes áreas: ciências biológicas, ciências exatas e da terra e ciências agrárias (2011-2013)

Grande área	Área do conhecimento
Ciências agrárias	Aquicultura; ciência de alimentos; ciência do solo; doenças parasitárias de animais; energia de biomassa florestal; engenharia de alimentos; entomologia agrícola; fisiopatologia da reprodução animal; fitopatologia; fitossanidade; fitotecnica; melhoramento vegetal; piscicultura; produção e beneficiamento de sementes; e química do solo.
Ciências biológicas	Biofísica celular; biofísica de processos e sistemas; biofísica molecular; biologia molecular; ecologia de ecossistemas; ecologia teórica; entomologia e malacologia de parasitos e vetores; farmacologia bioquímica e molecular; farmacologia clínica; farmacologia geral; fisiologia comparada; fisiologia dos grupos recentes; fisiologia vegetal; genética humana e médica; genética molecular e de micro-organismos; genética quantitativa; genética vegetal; imunologia aplicada; imunologia celular; imunquímica; metabolismo e bioenergética; microbiologia aplicada; microbiologia industrial e de fermentação; morfologia; neurofisiologia; proteínas; taxonomia de criptógamos; taxonomia dos grupos recentes; taxonomia vegetal; virologia; e zoologia aplicada.
Ciências exatas e da terra	Arquitetura de sistemas de computação; banco de dados; cinética química e catálise; determinação de estrutura de compostos inorgânicos; equações diferenciais parciais; estruturas eletrônicas e propriedades elétricas de superfícies, e partículas; física da matéria condensada; física matemática; física nuclear; físico-química; físico-química inorgânica; fotoquímica orgânica; geocronologia; geometria e topologia; hidrogeologia; interação entre os organismos marinhos e os parâmetros ambientais; inferência paramétrica; matemática aplicada; materiais dielétricos e propriedades dielétricas; materiais magnéticos e propriedades magnéticas; meteorologia; oceanografia física; oceanografia química; propriedades de transportes de matéria condensada (não eletrônica); química analítica; química do estado condensado; química orgânica; sistemas de computação; sistemas de informação; supercondutividade; teleinformática; e variáveis físicas da água do mar.

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

É possível apontar também a distribuição espacial dos projetos financiados ao longo do período coberto pelo estudo, mantendo-se, nas três áreas que concentraram o maior número de projetos financiados no período, a mesma dispersão constatada na totalidade dos financiamentos (quadro 15).

QUADRO 15

Distribuição de instituições por grandes áreas selecionadas (2011-2013)

Grande área	Ano	Instituições ¹
Ciências agrárias	2011	Embrapa (2); UFPEL (1); UFRGS (2); UnB (1); e USP (1).
	2012	Embrapa (1); UFPEL (1); UnB (1); e USP (1).
	2013	Conacyt (1); Embrapa (1); IAC (1); UFC (1); UFPB (1); UFRGS (1); UFRPE (1); UFSC (1); UnB (1); Unesp (1); e USP (1).
Ciências biológicas	2011	FCI/IFSC/USP (1); Inpa (1); Labomar/UFC (1); Mpeg (1); Uesc (1); UFC (1); UFG (1); UFRGS (1); UFRJ (1); UFV (1); UnB (1); Unesp (1); Unicamp (1); Unifesp (1); e USP (4).
	2012	UFMG (3); UFRP (1); UFRN (1); UFSC (1); Unesp (1); UFV (1); Unicamp (1); e USP (1).
	2013	Ceplac (1); EEL/USP (1); Fiocruz (2); Fiocruz/IOC (1); FMRP (1); Inca (1); Inpa (1); PUC/RS (1); UCB/DF (1); UFMG (2); Ufpa (1); Ufpe (1); UFRP (1); UFRGS (1); UFRJ (4); UFRN (1); UFSM (1); Unesp (2); e USP (1).
Ciências exatas e da terra	2011	FURG (1); Impa (1); Inpe (1); UFC (2); UFF (1); UFMG (1); UFPB (1); UFRP (1); UFRGS (3); UFRJ (2); Ufscar (1); Unicamp (1); e USP (3).
	2012	FURG (2); SATC (1); Udesc (1); UFMG (1); UFRGS (1); UnB (1); Unicamp (1); e USP (1).
	2013	Ifam (1); IQSC/USP (1); UEPB (1); Ufba (1); UFC (1); UFCG (1); Ufpe (3); UFRGS (1); UFRJ (1); Ufscar (1); UnB (1); Unicamp (2); Unifesp (1); e USP (2).

Fonte: CNPq/MCTI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹ Os números entre parênteses indicam o número de projetos de pesquisa financiados naquela instituição no ano indicado.

3.2.2 Pesquisa básica em tecnologias agropecuárias

Importante elemento da cooperação técnica brasileira, a pesquisa agropecuária desdobra-se também na cooperação científica e tecnológica, constituindo elemento essencial da projeção brasileira no campo da cooperação internacional, por meio da pesquisa básica em tecnologias agropecuárias.

A Embrapa, além de sua participação na cooperação técnica, é ator-chave da cooperação científica e tecnológica brasileira, desenvolvendo novos conhecimentos, técnicas e tecnologias no setor agropecuário.

Nesse sentido, atua com vistas a “aumentar continuamente a qualidade de sua pesquisa”, mantendo “intenso programa de cooperação científica com instituições internacionais de reconhecida competência para o intercâmbio contínuo de conhecimentos e tecnologias que promovam o avanço da agricultura brasileira” (Embrapa, [s.d.]).

Entre 2011 e 2013, isso significou engajar-se em três frentes diferentes: no âmbito de uma rede mundial de parceiros em pesquisa agrícola – o sistema Cgiar²² –; em âmbito regional, por meio de dois programas – Procitrópicos e o Procisur –; e por meio do estabelecimento de Labex no exterior.

Sobre a participação brasileira no Cgiar, cabe notar o estabelecimento de parcerias com países, organizações internacionais e regionais e fundações privadas em apoio a centros agrícolas internacionais, no sentido de desenvolver atividades de cooperação científica e tecnológica, trabalhando em conjunto com os sistemas nacionais de pesquisas agrícolas, as organizações da sociedade civil e com o setor privado.

De modo mais pontual, tal participação converteu-se, em 2012/2013, em acordos que possibilitam o intercâmbio de cientistas e o desenvolvimento de projetos de interesse mútuo no âmbito do programa Embrapa-Cgiar Xchange.²³ Já existem, nesse sentido, acordos com o International Center for Tropical Agriculture (Ciat), sediado na Colômbia;²⁴ com o International Rice Research Institute (Irri), sediado nas Filipinas;²⁵ e com o International Food Policy Research Institute (Ifpri), sediado nos Estados Unidos.²⁶

Em âmbito regional, a pesquisa agropecuária brasileira articulou-se, por intermédio da Embrapa, com instituições de pesquisa agropecuária sul-americanas, buscando tanto “promover a interação de competências e esforços que permitam ampliar continuamente a geração, transferência de tecnologias e conhecimento necessário para o desenvolvimento da agricultura e do espaço rural das regiões tropicais” (Procitrópicos, 2009, tradução nossa),²⁷ no caso do Procitrópicos, quanto “contribuir, por meio da cooperação, para a construção de um sistema regional

22. Informações sobre o Cgiar estão disponíveis em: <<http://www.cgiar.org/>>.

23. Disponível em: <<https://goo.gl/G7rY4g>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

24. Informações sobre o Ciat estão disponíveis em: <<https://ciat.cgiar.org/>>.

25. Informações sobre o Irri estão disponíveis em: <<http://irri.org/>>.

26. Informações sobre o IFPRI estão disponíveis em: <<http://www.ifpri.org/>>.

27. No original: “Promover la interacción de competencias y esfuerzos que permitan ampliar continuamente la generación, transferencia de tecnologías y conocimiento necesario para el desarrollo de la agricultura y del espacio rural de la región tropical”.

de inovação, focalizado na geração de inovações tecnológicas, institucionais e conhecimentos para atender as demandas dos países integrantes” (Procisur, [s.d.], tradução nossa),²⁸ no caso do Procisur.

Juntos, os dois programas envolveram instituições de todos os países sul-americanos, exceto Guiana, na rede de cooperação científica e tecnológica articulada, do lado brasileiro, pela Embrapa (quadro 16).

QUADRO 16

Instituições participantes dos programas Procitrópicos e Procisur por país-sede (2011-2013)

Programa	Instituição	País-sede
Procisur	Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (Inta)	Argentina
	Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal (Iniap)	Bolívia
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Brasil
	Instituto de Investigaciones Agropecuarias (Inia)	Chile
	Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria (Ipta)	Paraguai
	Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (Inia)	Uruguai
	Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (Iica)	Costa Rica
Procitrópicos	Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal (Iniap)	Bolívia
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Brasil
	Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (Corpoica)	Colômbia
	Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias (Iniap)	Equador
	Instituto Nacional de Innovación Agraria (Inia)	Peru
	Center for Agricultural Research in Suriname (Celos)	Suriname
	Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas (Inia)	Venezuela
	Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (Iica)	Costa Rica

Fonte: Embrapa.

Elaboração: Ipea.

Finalmente, merece destaque a manutenção dos Labex em seis países de três continentes distintos (China, Coreia, Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha).

Concentrando cerca de 80% dos dispêndios da Embrapa com a cooperação científica e tecnológica no período, os Labex possibilitam a instalação de pesquisadores seniores da empresa em “instituições de pesquisa e universidades de países de reconhecida competência científica, para desenvolver, em parceria, projetos de pesquisa de interesse comum, acompanhar o avanço tecnológico e científico e realizar prospecção em áreas de tecnologia de ponta de interesse da Embrapa” (Embrapa, 2015, p. 3).

De modo sucinto, o Documento Orientador do Programa Embrapa-Labex apresenta, como mecanismo de funcionamento, a noção de que “O estabelecimento de uma iniciativa de integração entre pesquisadores em instituições científicas no exterior é uma decisão estratégica da Embrapa tomada com base no mapeamento

28. No original: “Contribuir, a través de la cooperación, a la construcción de un sistema regional de innovación, focalizado en la generación de innovaciones tecnológicas, institucionales y conocimientos para atender las demandas de los países integrantes”.

permanente para diagnosticar o potencial técnico-científico de grupos de pesquisa, suas instituições de PD&I e países onde estão situados” (Embrapa, 2015, p. 4).

Cabe enfatizar que os temas a serem abordados no âmbito dos Labex são definidos em conformidade com a agenda estratégica da Embrapa, sendo a busca por parcerias orientada pelas áreas temáticas estabelecidas como prioritárias.

Com base nisso, no período coberto pelo estudo, estiveram ativos quatro Labex: Labex China, Labex Coreia, Labex Estados Unidos e Labex Europa, envolvendo ao menos seis instituições de seis diferentes países, que abrigaram variadas pesquisas de interesse da agropecuária brasileira (quadro 17).

QUADRO 17

Labex, instituições parceiras e temas (2011-2013)

Labex	Instituições parceiras	Temas
China	Chinese Academy of Agricultural Sciences (Caas)	Avaliação e caracterização de germoplasma
Coreia	Administração de Desenvolvimento Rural da Coreia (RDA)	Recursos genéticos e melhoramento genético de suínos
Estados Unidos	United States Department of Agriculture/Agricultural Research Service (Usda/ARS)	Biotecnologia, compostos bioativos, <i>citrus huanglongbing</i> , recursos genéticos animais e sanidade animal
Europa	Fundação Agrópolis (Agropolis International, França) Norwich Research Park (Reino Unido) Jülich Institut (Alemanha)	Interação planta-patógeno e gestão de recursos naturais.

Fonte: Embrapa.

Elaboração: Ipea.

3.2.3 Pesquisa espacial

A AEB é o órgão responsável pela coordenação geral do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Sindae). Instituído pelo Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, o Sindae visa “organizar a execução das atividades espaciais” (AEB, [s.d.]) no país, em conformidade com a Política Nacional das Atividades Espaciais (Pndae).²⁹

Em virtude dos altos custos e dos riscos envolvidos no desenvolvimento do setor aeroespacial, o programa espacial brasileiro é implementado por parcerias tanto nacionais – destacando-se o Inpe, do MCTI, e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Comando da Aeronáutica (Comaer), do Ministério da Defesa (MD)³⁰ – quanto internacionais.³¹

29. Instituída pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, a Pndae estabelece objetivos e diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) como seu principal instrumento de planejamento e programação por períodos decenais. A responsabilidade pelas suas atualizações é da AEB (AEB, [s.d.]).

30. Órgãos setoriais que compõem o Sindae.

31. Interessante notar o papel atribuído, pela AEB, à iniciativa privada no desenvolvimento do setor espacial. Segundo a agência, “A possibilidade de contrapartidas contratuais que colaborem para o desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras, incluindo parcerias público-privadas (PPP), deverá ser utilizada na aquisição, por órgãos públicos, de sistemas e serviços de natureza espacial, ainda que para fins estritamente comerciais ou de prestação de serviços” (AEB, [s.d.]).

Nesse particular, importa observar que

A Agência Espacial Brasileira (AEB) dedica especial atenção ao incremento da cooperação internacional e tem procurado promover a capacitação tecnológica do setor espacial brasileiro para atender às necessidades do país. Já foram assinados acordos-quadro de natureza intergovernamental com nove países e uma organização internacional sobre cooperação para os usos pacíficos do espaço exterior. Esses acordos são, em princípio, geradores de novos instrumentos internacionais e de iniciativas que levam ao desenvolvimento bilateral de programas espaciais e, eventualmente, à obtenção de novas tecnologias (AEB, [s.d.]a).

No período coberto pelo estudo, destacaram-se os contatos da agência com instituições de sete países,³² além da participação de representantes da AEB em foros e reuniões de organismos internacionais. De particular relevância, os contatos com Alemanha, Argentina e China constituíram-se em uma constante ao longo dos três anos cobertos pelo estudo.

No caso da Alemanha, merece atenção a discussão sobre a cooperação na área de foguetes de sondagem entre a Agência Espacial Alemã (DLR) e o DCTA, vinculado ao MD, coordenada pela AEB. Com a participação de especialistas do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), a parceria com a Alemanha constitui peça-chave no desenvolvimento do veículo lançador de microssatélite brasileiro (VLM-1), contando também com a participação de empresas.

No caso da cooperação com a Argentina, além da participação em reuniões conjuntas de gestão e coordenação do setor espacial,³³ o destaque ficou por conta do desenvolvimento do satélite argentino-brasileiro de informações ambientais (Sabia-MAR), satélite conjunto de observação costeira e oceânica. Com participação do Inpe e da Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina (Conae), o Projeto Sabia-MAR teve sua fase A concluída em 2013.³⁴

Com relação à China, o desenvolvimento e o lançamento do satélite sino-brasileiro de recursos terrestres CEBERS 3³⁵ e o desenvolvimento do CEBERS 4 foram os destaques de uma intensa agenda bilateral.³⁶

32. Alemanha, Argentina, China, Estados Unidos, França, Itália e Rússia.

33. Em 2011, a AEB se fez representar na Reunião dos Gestores do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil/Argentina (Micba), em Buenos Aires (Argentina). Em 2012, participou da reunião dos subsecretários-gerais da América do Sul para tratar da cooperação espacial. Em 2013, a agenda envolveu participação na II Reunião do Grupo de Trabalho Binacional (Brasil-Argentina) sobre o Projeto Sabia-MAR e na visita do ministro de Estado do MCTI à Argentina.

34. Para mais informações, consultar: <<http://goo.gl/0uMGXV>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

35. Para mais informações, consultar: <<http://goo.gl/r35mV7>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

36. Dentre os vários compromissos bilaterais que envolveram a AEB no período 2011-2013, destacam-se a participação na Comitativa do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em missão à China em 2012, e as participações em diversas reuniões da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

Desenvolvido com participação do Inpe, da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (Cast) e de empresas, o programa CBERS tem origem em acordo de 1988 assinado pelos governos de Brasil e China.³⁷

Marco da participação brasileira no projeto, o Brasil enviou, em 2012, para equipar o CBERS 3 uma câmera imageadora (a MUX) capaz de fazer imagens com 20 m de resolução do solo, a mais de 750 km de altitude. Trata-se de equipamento moderno e complexo, sendo a primeira câmera do gênero inteiramente desenvolvida e produzida no país.³⁸

Ainda na área da pesquisa espacial, algumas ações lideradas pelo Inpe, no Brasil, merecem menção, haja vista sua relevância para a cooperação científica, em particular nas áreas espacial e de ambiente terrestre.³⁹

A hospedagem do Interamerican Institute for Global Change Research (IAI) até 2015, com a participação em vários programas de capacitação com países latino-americanos, particularmente em temas relacionados à modelagem climática; a oferta de cursos a técnicos gaboneses no Centro Regional da Amazônia, sobre sistemas de monitoramento de florestas, no âmbito do memorando de entendimento assinado com França e o Gabão; e a oferta de cursos de capacitação sobre sistemas de monitoramento de floresta no âmbito da cooperação do instituto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) são exemplos da cooperação brasileira em pesquisa espacial e de ambiente terrestre levada a cabo pelo Inpe.

Compondo o quadro mais amplo da cooperação brasileira em pesquisa espacial no período, merecem menção ainda os contatos realizados com a Rússia, incluindo-se a instalação da estação do Sistema de Navegação Global por Satélite (Glonass) na UnB; com os Estados Unidos, para pesquisa em ciência e clima espacial; e com o grupo franco-italiano Thales Alenia, para o desenvolvimento e a capacitação de pessoal relacionado ao satélite geoestacionário de defesa e telecomunicações estratégicas (SGDC).

A participação em eventos, como nos congressos da Federação Internacional de Astronáutica (FIA), e nas atividades do Instituto Internacional de Direito Espacial (Iide) e da AIA; a realização de visitas oficiais, como à Academia de Tecnologia de Voos Espaciais de Xangai (China), em 2013; e a apresentação temática durante eventos, como no seminário “Equidade espacial: o papel das Américas na construção de normas de conduta”, a convite do Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa sobre Desarmamento (Unidir), na Cidade do México (México), em 2013, conformaram parte da atuação brasileira no campo da pesquisa espacial.

37. Para mais informações, ver: <<http://goo.gl/qZDnB6>> e <<http://goo.gl/GhZ1Eo>>.

38. Para mais informações, consultar: <<http://goo.gl/Y5k6q7>>.

39. Vale destacar que a missão do instituto é “Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil” (Inpe, [s.d.]).

3.2.4 Outras áreas

Parte significativa da pesquisa científica financiada pelo governo federal brasileiro está concentrada nas unidades de pesquisa e organizações sociais vinculadas ao MCTI.

Presentes em todas as regiões do país e voltadas ao atendimento de demandas surgidas nos mais variados segmentos e contextos do cenário brasileiro, UPs e OS têm se convertido em importantes atores da cooperação científica e tecnológica brasileira, em temas tão diversos quanto astronomia e astrofísica; energia, materiais e mineralogia; física e matemática; meio ambiente e biotecnologia, entre outros.

De forma sucinta – e não exaustiva –, a contribuição das UPs e OS para a cooperação científica e tecnológica brasileira no período pode ser sintetizada em torno dessas grandes temáticas, evidenciando a diversidade e o alcance da cooperação internacional brasileira na área.

No que se refere à astronomia e à astrofísica, a cooperação brasileira implementada pelo Laboratório Nacional de Astrofísica e pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) oferece uma amostra da diversidade de ações e práticas compartilhadas por pesquisadores e instituições brasileiras para o desenvolvimento da área.

Da publicação de estudos e participação na organização e realização de eventos internacionais à produção de cabos de fibra óptica para telescópio internacional, a cooperação brasileira no setor envolveu ao menos oito instituições estrangeiras de vários países das Américas, da Ásia e da Europa (quadro 18).

QUADRO 18

Áreas selecionadas da cooperação científica e tecnológica brasileira em astronomia e astrofísica (2011-2013)

Instituição	Parcerias internacionais (instituições-países)	Descrição
Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA)	Telescópio CFHT (Canadá, França e Estados Unidos); Observatório Gemini (Estados Unidos e outros); Telescópio Soar (Estados Unidos e Chile); Prime Focus Spectrograph (Japão, Estados Unidos e França).	Acesso da comunidade astronômica brasileira à infraestrutura observacional astronômica moderna, com a publicação de artigos e teses; realização de testes, prototipagens e criação de infraestrutura para polimento de finas curvas e produção das fendas e do primeiro de quatro cabos de fibras ópticas para o telescópio japonês Subaru.
Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast)	Institut de Recherche pour le Développement – IRD (França); Fondazione Scienza e Tecnica – FST (Itália); Museu de Ciência da Universidade de Lisboa – Mcul (Portugal); e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH (Portugal).	Realização do III <i>Workshop</i> Internacional História e Sociologia da Química na América Latina: Autonomia Científica e Saberes Tradicionais na Amazônia, em parceria com o Inpa e com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Recebimento de técnicos estrangeiros para realizar atividades ligadas ao patrimônio museológico do Mast, ao <i>Thesaurus</i> e ao Encontro Internacional de Bibliotecas Científicas; <i>workshop</i> Cultura Material da Ciência e Objetos Científicos; organização do congresso internacional XXXI Scientific Instruments Commission Symposium; e publicação de diversos trabalhos científicos.

Fonte: MCTI.

Elaboração: Ipea.

No campo de energia e materiais, destacam-se o intercâmbio de informações vinculadas ao Projeto Sirius, que envolveu entidades da Alemanha, China e Suíça no período coberto pelo estudo, e as atividades vinculadas à nanotecnologia, com parcerias canadenses e chinesas (quadro 19).

QUADRO 19

Áreas selecionadas da cooperação científica e tecnológica brasileira em energia e materiais (2011-2013)

Instituição	Parcerias internacionais (instituições-países)	Descrição
Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM)	Deutsches Elektronen-Synchrotron – Desy (Alemanha); Waterloo Institute of Technology (Canadá); Shanghai Institute of Applied Physics (Sinap), Chinese Academy of Sciences (China); Institute of High Energy Physics (Ihep) – Chinese Academy of Sciences (China); The National Engineering Research Center for Nanotechnology – NERCN (China); e Paul Scherrer Institut – PSI (Suíça).	Intercâmbio de informações sobre o projeto Sirius de construção do novo acelerador de partículas do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); discussões técnicas sobre energia, nanomateriais sustentáveis, sensores e dispositivos, materiais computacionais de ciência e nanobiomateriais (com o Laboratório Nacional de Nanotecnologia – LNNano); inauguração (2012) do Centro Binacional Brasil-China de Nanotecnologia; e elaboração de projeto conjunto sobre carbonos derivados da biomassa.

Fonte: MCTI.

Elaboração: Ipea.

BOX 6

Projeto Sirius

O desenvolvimento de uma nova fonte de luz síncrotron, por meio do denominado projeto Sirius, dotará o Brasil de uma ferramenta científica de grande porte, usada na análise dos mais diversos materiais, orgânicos e inorgânicos. A nova fonte de luz será composta por um conjunto de aceleradores de elétrons de última geração, por estações experimentais e por um edifício de 68 mil metros quadrados que abrigará todo este complexo. A fonte de luz do Sirius foi projetada para ter o maior brilho dentre todos os equipamentos na sua classe de energia, o que deverá levar o Brasil à liderança mundial de geração de luz síncrotron. Sua infraestrutura será aberta e poderá ser usada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Os equipamentos permitirão a realização de investigação em nível atômico e molecular de materiais orgânicos e inorgânicos e têm aplicação em praticamente todas as áreas científicas e tecnológicas: física, química, biologia, geologia, energia e meio ambiente. Os investimentos no Sirius permitirão ao Brasil manter a sua competitividade nas próximas décadas em áreas estratégicas, como nanociência, biologia molecular estrutural – base para o desenvolvimento de fármacos –, materiais avançados e energias alternativas, dentre várias outras. Pensando nas próximas décadas, o projeto prevê expansões para até quarenta linhas de luz. A construção do prédio, das treze linhas de luz iniciais e de todos os aceleradores está prevista para ser concluída até 2020, a um custo total da ordem de R\$ 1,8 bilhão. O fornecimento de radiação em luz síncrotron já começará em 2018.

Fonte: MCTI.

Na área de matemática, chama atenção a atuação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) na formação de alunos de pós-graduação e de pós-doutorado em linhas de pesquisa de ponta em matemática, além da realização de seminários e minicursos e da publicação de artigos em revistas internacionais.

A atuação internacional do Impa significou cooperar com países, pesquisadores e instituições da América do Norte (Estados Unidos), da América do Sul (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai), da Ásia (China e Japão), da Europa (Espanha, França, Grécia, Inglaterra, Itália, Lituânia, Portugal e Rússia) e da Oceania (Austrália).

Quanto à pesquisa em meio ambiente e biotecnologia, finalmente, observa-se que envolveu contatos com pelo menos seis diferentes países ou instituições estrangeiras e a organização de *workshops*, visitas técnicas e expedição científica (quadro 20).

QUADRO 20

Áreas selecionadas da cooperação científica e tecnológica brasileira em meio ambiente e biotecnologia (2011-2013)

Instituição	Parcerias internacionais (instituições-países)	Descrição
Instituto Nacional do Semiárido (Insa)	Peru	<i>Workshop</i> sobre Tecnologias de Convivência em Regiões Áridas e Semiáridas.
Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg)	Estados Unidos, Austrália, França, Inglaterra; Biodiversity Research Consortium (BRC) (Noruega).	Subsidiar melhores políticas de conservação para as regiões mais impactadas pela ação antrópica na Amazônia; assinatura do Convênio de Cooperação com o BRC (2013); realização de <i>workshop</i> ; e visita às áreas de exploração mineral a serem recuperadas.

Fonte: MCTI.

Elaboração: Ipea.

REFERÊNCIAS

AEB – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Cooperação internacional**. Brasília: AEB, [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/3aQbrr>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Política espacial**. Brasília: AEB, [s.d.]b. Disponível em: <<http://goo.gl/5CsbIp>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Constituinte, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/afvi1B>>.

_____. Decreto nº 4.724, de 9 de junho de 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/rBP8IF>>.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **2.1.2 Brasil**: dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T), em valores correntes, em relação ao total de C&T e ao produto interno bruto (PIB), por setor institucional, 2000-2013. Brasília: MCTI, 18 ago. 2015a. Disponível em: <<http://goo.gl/Hk8STH>>.

_____. **2.1.3 Brasil**: Dispendio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em valores correntes, em relação ao total de P&D e ao produto interno bruto (PIB), por setor institucional, 2000-2013. Brasília: MCTI, 18 ago. 2015b. Disponível em: <<http://goo.gl/tbLV5s>>.

_____. **8.1.1 Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de países selecionados, 2000-2013**. Brasília: MCTI, 18 ago. 2015c. Disponível em: <<http://goo.gl/K89867>>.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. Brasília: CNPq, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/tx8rPx>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Cooperação científica.** Brasília: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/elr1xr>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. **Documento Orientador do Programa Embrapa-Labex.** Brasília: Embrapa, maio 2015, p. 3. Disponível em: <<https://goo.gl/Pf13z7>>.

FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Sobre a Finep.** Brasília: Finep, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/bevjWi>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Missão, visão e valores.** Brasília: Inpe, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/JaOpVP>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

LNA – LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA. **O que é o Telescópio Soar:** (Southern Astrophysical Research Telescope)? Brasília: LNA, [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/UwUsH7>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

PROCISUR – PROGRAMA COOPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROALIMENTAR E AGROINDUSTRIAL DO CONE SUL. **Misión, visión y objetivos.** Procisur, [s.d.].

PROCITRÓPICOS – PROGRAMA COOPERATIVO DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA OS TRÓPICOS SUL-AMERICANOS. **Misión, visión y objetivos.** Procitrópicos, 21 jul. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/5Xb2tX>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

A cooperação humanitária internacional busca proteger, promover e garantir os direitos humanos fundamentais e universais em situações que, em virtude de cenários de desastres, emergências ou fragilidade institucional, os Estados e a sociedade civil veem debilitada sua capacidade de proteger, promover e prover tais direitos,¹ razão pela qual apelam à comunidade internacional.

Para “coordenar os esforços brasileiros de ajuda humanitária internacional” e “formular propostas de projetos de lei que visem autorização *lato sensu* para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil”,² o governo federal instituiu em 2006 o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI).

A decisão presidencial de criar o GTI-AHI considerou a

necessidade de se instituir, na legislação vigente, autorização para que o Poder Executivo possa, de forma permanente, empreender ações humanitárias com a finalidade de proteger, evitar, reduzir ou auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em estado de calamidade pública ou situações de emergência, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à proteção dos direitos humanos ou humanitários de sua população, respeitando a cultura e os costumes locais dos beneficiários.

Nesse cenário, diferentes atores da administração pública federal atuaram na cooperação humanitária internacional entre 2011-2013, tais como o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome); o Ministério da Saúde (MS), por meio da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (Aisa) e da Secretaria de

1. O sistema das Nações Unidas assentou as bases do entendimento comum sobre a cooperação humanitária em cenários de desastres e/ou emergências sob os princípios de humanidade, neutralidade e imparcialidade. Em respeito à soberania, integridade territorial e unidade nacional dos Estados vítimas de desastres naturais ou outras emergências, a cooperação internacional só deverá ser fornecida se tiver o consentimento do país afetado, que lançará um apelo à comunidade internacional (Resoluções da Assembleia Geral nºs 46/182 e 58/114, de 19 de dezembro de 1991 e 17 de dezembro de 2003 respectivamente).

2. Decreto de 21 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/Xpqicl>>. Compõem o GTI-AHI um representante, titular e suplente, da Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério da Defesa (MD); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS); Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Ministério da Educação (MEC); Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Comunicações (MC); e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O MRE é o órgão competente para articular os esforços dos demais órgãos do governo federal e com países e organismos especializados das Nações Unidas para as ações humanitárias brasileiras.

Vigilância em Saúde (SVS) – com destaque para a Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAN) e para o Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis (Devit); a Força Aérea Brasileira (FAB); e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para além dessas atuações articuladas e executadas pelos agentes governamentais, o governo brasileiro também estabeleceu acordos e parcerias com organismos internacionais que tratam dos temas de segurança alimentar e nutricional, gerenciamento de riscos e redução de desastres e apoio a refugiados.

O governo brasileiro comprometeu-se ainda com o estabelecido na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, ambas em 1996, que reafirmam o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome (FAO, 1996).

Em 2004, com a instituição da CGFome, o governo brasileiro estabeleceu as bases de sua atuação, notadamente quanto ao tema da segurança alimentar e nutricional, mediante programas e projetos coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A internacionalização de políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional também foi ratificada por meio da promoção da cooperação do governo brasileiro para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada,³ da defesa desse direito e da soberania alimentar e nutricional em âmbito internacional⁴ e da autorização concedida ao Poder Executivo para doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.⁵

Mediante os esforços da Aisa e da SVS, o MS tem apoiado os esforços de cooperação humanitária ao doar medicamentos e outros insumos em cenários de crises, desastres e emergências, de acordo com o Plano Nacional de Saúde 2012-2015.⁶

Em termos logísticos, a aquisição, o armazenamento e a distribuição de gêneros alimentícios foi realizada pela Conab, fiel depositária desses estoques do governo federal, enquanto o transporte das doações foi realizado pela FAB.

3. Art. 6º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

4. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Ver cap. 2, art. 3º, inciso VII; art. 4º, inciso IV; cap. 9, art. 22, Parágrafo Único, inciso XIII; e Diretriz 7 do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015).

5. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011.

6. As ações relacionadas à promoção internacional do governo brasileiro no campo da saúde e o comprometimento com a cooperação humanitária são listadas na Diretriz 14 do plano.

BOX 7

Papel da Conab na logística da doação

Visando à operacionalização da cooperação humanitária brasileira, a Conab atua diretamente na aquisição dos alimentos e na sua armazenagem, além de também participar da logística de distribuição das doações de gêneros alimentícios. A aquisição dos alimentos pode ocorrer via mercado, por meio de leilões públicos; ou por meio de agricultores familiares, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos. Para agilizar a prestação da cooperação humanitária brasileira, a Conab montou em 2009 o Armazém Humanitário Internacional, na Base Aérea do Galeão (RJ), onde ficam estocadas 14 t de alimentos prontos para consumo humano.

Fonte: Conab. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: maio/2016.

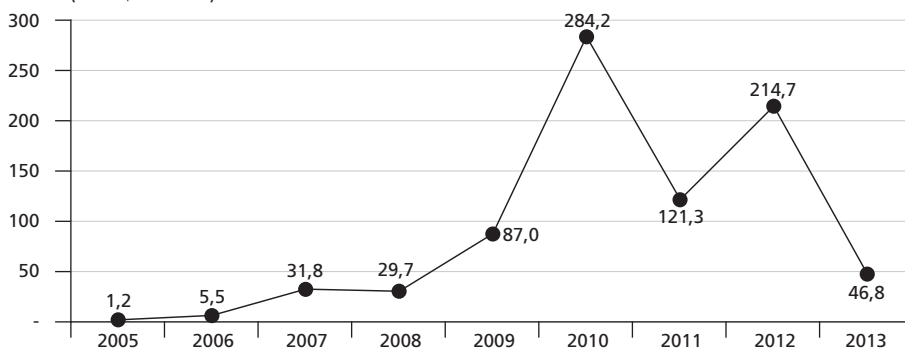
A exemplo das edições anteriores, este relatório do estudo da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) considera somente a cooperação oficial de órgãos da administração pública federal, sem contar eventuais cooperações de estados, municípios, Poder Legislativo, sociedade civil e voluntários brasileiros no exterior.

4.1 Dispendios com a cooperação humanitária

A despeito da variação dos dispendios do governo brasileiro em cooperação humanitária internacional, vale destacar a tendência de crescimento no período 2005-2009 e a excepcionalidade das contribuições para o Haiti em 2010, atingindo cerca de R\$ 284,2 milhões⁷ (gráfico 10).

GRÁFICO 10

Dispendios do governo federal com cooperação humanitária (2005-2013)
(Em R\$ milhões)



Fontes: CGFome/MRE, Aisa, SVS, Ipea (2010; 2013).
Elaboração: Ipea.

Entre 2011 e 2013, nota-se grande variação no volume de recursos destinados à modalidade, destacando-se o ano de 2012, com um montante de R\$ 214,7 milhões.⁸

7. Desses, aproximadamente R\$ 130 milhões de créditos extraordinários foram autorizados via Medidas Provisórias nºs 480 e 486 para custear as ações de recuperação e reconstrução do Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010.

8. Contribuíram para esse valor as doações de alimentos decorrentes de parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Para o período 2011-2013, o governo federal destinou, no total, R\$ 382,8 milhões à cooperação humanitária, em moeda corrente, destacando-se as doações e as contribuições articuladas pela CGFome, que representaram 96,2% no período. As doações de medicamentos, soros e vacinas articuladas pelo MS totalizaram R\$ 14,4 milhões no período, representando 3,8% (tabela 38).

TABELA 38

Dispêndios em cooperação humanitária por órgãos do governo federal (2011-2013)
(Em R\$)

Órgãos do governo federal	2011	2012	2013	Total	Total (%)
CGFome	117.519.113	206.005.193	44.885.870	368.410.177	96,2
MS (Aisa e SVS)	3.752.867	8.709.183	1.927.657	14.389.707	3,8
Total	121.271.980	214.714.376	46.813.527	382.799.884	100,0

Fontes: CGFome/MRE; Aisa e SVS.

Elaboração: Ipea.

Especificamente, a CGFome atuou de duas formas distintas: *i*) contribuições financeiras; e *ii*) doações de itens de primeira necessidade. As contribuições financeiras são objeto de repasse voluntário do governo federal brasileiro para financiar ações e programas das organizações internacionais na cooperação humanitária ou com o apoio das representações diplomáticas brasileiras no exterior (tabela 39).

TABELA 39

Contribuições financeiras do governo federal articuladas pela CGFome (2011-2013)
(Em R\$)

Organismos internacionais ¹	Montante	(%)
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	15.781.754	20,4
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)	15.133.716	19,6
Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (Unrwa)	14.355.658	18,6
Programa Mundial de Alimentos (PMA)	9.881.886	12,8
Centro de Resposta de Emergência das Nações Unidas (Cerf)	4.464.050	5,8
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	2.997.800	3,9
Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)	2.837.535	3,7
Estratégia Internacional das Nações Unidas para Redução de Desastres (UNISDR)	2.753.656	3,6
Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH)	1.674.600	2,2
Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)	935.050	1,2
Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa)	837.300	1,1
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	832.537	1,1
Representações Diplomáticas Brasileiras no Exterior	686.317	0,9
Federação Internacional da Cruz Vermelha (FICV)	379.706	0,5

(Continua)

(Continuação)

Organismos internacionais ¹	Montante	(%)
Programa Global de Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR)	334.920	0,4
Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah)	271.285	0,4
Fundo Fiduciário de Desminagem das Nações Unidas (Unmas)	195.500	0,3
Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)	181.385	0,2
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco)	167.460	0,2
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	117.300	0,2
Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha)	39.100	0,1
Programa de Voluntários da ONU (UNV)	39.100	0,1
Organização Mundial da Saúde (OMS)	19.550	0,0
Outros	2.384.528	3,1
Total	77.301.695	100,0

Fonte: CGFome/MRE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Inclui também as representações diplomáticas brasileiras no exterior.

As doações de itens de primeira necessidade foram direcionadas mediante o recebimento oficial de apelo por um país. Para a doação de gêneros alimentícios, e em conformidade com a Lei nº 12.429/2011,⁹ a União é autorizada a doar, por intermédio do PMA, a maior organização humanitária no âmbito das Nações Unidas.

Com um montante de R\$ 288,1 milhões para o período 2011-2013, a CGFome articulou a doação de arroz, feijão, milho, sementes, *kits* dormitório e medicamentos, totalizando 145 doações (tabela 40).

TABELA 40

Doações do governo federal articuladas pela CGFome (2011-2013)

Produtos doados	Doações	Quantidade (tons)	Montante (R\$)	Participação (%)
Arroz	78	209.460,70	193.096.540	67,0
Feijão	31	39.431,80	60.670.878	21,1
Milho	12	60.419,60	26.823.370	9,3
Medicamentos	22	374,5	4.020.534	1,4
<i>Kits</i> dormitório ¹	1	117,5	3.528.040	1,4
Sementes	1	0,4	-	-
Total	145	309.804,30	288.139.363	100,0

Fonte: CGFome/MRE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Cada *kit* dormitório contém colchões de solteiro, lençóis de solteiro, fronhas, cobertores de solteiro e travesseiros.

9. Art. 1º da Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 519, de 30 de dezembro de 2010.

O MS também articulou o envio de doações, totalizando R\$ 14,2 milhões no período. Foram destinados medicamentos, soros e vacinas para 21 países e à Comunidade do Caribe (Caricom), com destaque para antirretrovirais, que constituíram mais de 90% dos medicamentos doados (tabela 41).

TABELA 41

Doações do governo federal articuladas pelo MS (2011-2013)
(Em R\$)

Países beneficiados	Discriminação	Montante (R\$)	Participação (%)
Benin, Bolívia, Burkina Faso, Cabo Verde, Caricom, Equador, Guiné Bissau, Líbia, Paraguai e São Tomé e Príncipe	Antirretrovirais	12.990.520	90,9
Bolívia, Colômbia, Equador e Haiti	PNI	825.770	5,8
Cuba, Nicarágua, Guiana, Peru, Suriname e Uruguai	Malária	282.200	2,0
Argentina, Costa Rica e São Tomé e Príncipe	Tuberculose	110.727	0,8
Costa do Marfim, República Dominicana e Uruguai	Medicamentos básicos	66.892	0,5
Paraguai	Doença de Chagas	12.300	0,1
Colômbia	Leishmaniose	3.830	0,0
Total	-	14.292.239	100,0

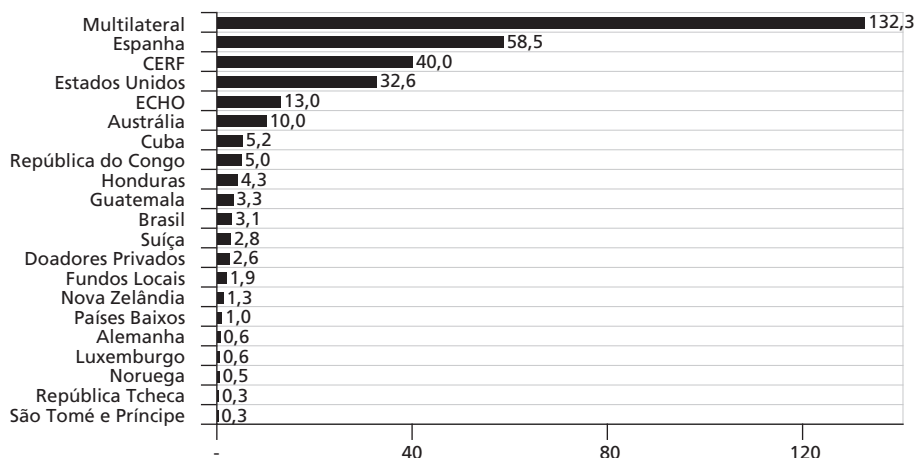
Fontes: Aisa/MS e SVS/MS.

Elaboração: Ipea.

Por último, o governo federal não arcou com todos os dispêndios associados ao transporte e à distribuição das doações, sendo então compartilhados com outros países, agências especializadas das Nações Unidas e doadores privados (gráfico 11).

GRÁFICO 11

Dispêndios relacionados ao frete das doações brasileiras (2011-2013)
(Em R\$ milhões)



Fontes: CGFome/MRE e Aisa/MS.

Elaboração: Ipea.

De um montante de R\$ 319,1 milhões com o frete das doações brasileiras, o país arcou com R\$ 3 milhões, transportando em cargueiros da FAB, representando 1% do montante associado ao frete. Deste total, a CGFome colaborou com R\$ 3 milhões e o MS, com R\$ 97 mil. Entre os principais parceiros responsáveis pelas despesas com o transporte das doações, destacam-se órgãos multilaterais, com um aporte de R\$ 132,3 milhões, o equivalente a 41,5%. Em seguida, a Espanha colaborou com R\$ 58,5 milhões (18,3%); o Centro de Resposta de Emergência das Nações Unidas (Cerf), com R\$ 40 milhões (12,5%); e os Estados Unidos, com R\$ 32,6 milhões (10,2%).

4.2 Algumas práticas da cooperação humanitária

Mediante contribuições financeiras, doações de gêneros alimentícios, medicamentos e demais itens de primeira necessidade, envio de especialistas e por outros meios que possibilitem amenizar as restrições vivenciadas nos países afetados, o governo brasileiro tem se empenhado em atuar no curto, médio e longo prazo, respondendo de forma ágil a apelos internacionais, seja em colaboração com o país afetado, seja com as agências especializadas das Nações Unidas.

Na atuação de curto prazo, o foco repousa nas contribuições que buscam salvar vidas e mitigar o sofrimento humano, decorrentes de catástrofes e situações emergenciais. Portanto, enquadram-se as respostas aos desastres socioambientais, os esforços feitos para enviar cestas básicas e/ou medicamentos e as contribuições financeiras para organizações internacionais atuantes *in loco*.

No médio e longo prazos, a cooperação busca gerar resiliência, aumentando a capacidade de prevenção e de resposta das comunidades aos desastres socioambientais. Nesse sentido, o Brasil tem buscado compartilhar suas melhores práticas em políticas públicas voltadas para garantia dos direitos humanos da população, como o direito humano à alimentação adequada (DHAA), principalmente junto a grupos em situações de vulnerabilidade, como crianças, idosos, adolescentes, mulheres, público LGBTTT, negros, indígenas e portadores de necessidades especiais.

O Programa Purchase from Africans for Africa (PAA Africa), desenvolvido na Etiópia, no Malauí, em Moçambique, no Níger e no Senegal, resulta do compromisso assumido em 2010 durante o Diálogo Brasil-África, é uma parceria entre o governo brasileiro, o Reino Unido, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA com governos africanos. Inspirado no aprendizado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil, o programa implementa pilotos de compras locais de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Por meio da experimentação de modelos de compras institucionais variados e adaptados aos contextos nacionais, que envolvem os governos, a sociedade civil e as agências das Nações Unidas, espera-se que aprendizados e

experiências adquiridas apoiem a construção de políticas nacionais que assegurem o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais. No total dos cinco países parceiros, ao final da fase I do projeto, iniciada em fevereiro de 2012, o balanço foi de 5.187 agricultores participantes, com 434 escolas primárias como entidades receptoras de arroz, milho, feijão e/ou produtos diversos (incluindo perecíveis), e 124.468 estudantes beneficiários do projeto.

Mediante o comprometimento com contribuições financeiras a organismos especializados das Nações Unidas, ora no provimento de ações emergenciais, ora no fortalecimento institucional e na promoção de resiliência, destacam-se a atuação da Unrwa, do Acnur, PMA e FAO, responsáveis por 71,4% das contribuições da CGFome.

As contribuições destinadas à Unrwa pelo governo brasileiro foram fruto do compromisso assumido na Conferência Internacional do Cairo, em apoio à economia da Palestina para a Reconstrução de Gaza e de autorização dada ao Poder Executivo.¹⁰ A parceria contribuiu na reabilitação de escolas, um projeto-piloto para a promoção da capoeira, a construção de centros médicos em Dura e Jericó, entre outros.

Para o Acnur, as contribuições foram remetidas para apoiar as atividades do órgão em países da África (África do Sul, Angola, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Namíbia, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Saara Ocidental, Síria, Somália, Tunísia, Zâmbia e Zimbábue), da região da Eurásia (Armênia, Irã, Paquistão, Jordânia, Líbano, Quirguistão, Turquia e Filipinas), da América Latina e Caribe (Colômbia, Equador e Haiti) e da Oceania (Fiji).

A FAO tem colaborado na disseminação de conhecimentos, na organização de eventos e no fortalecimento da assistência para a agricultura familiar, com o intuito de garantir o direito humano à alimentação adequada (FAO Brasil, [s.d.]). A eleição de um brasileiro, em junho de 2011, para ocupar o cargo de diretor-geral da FAO é, em grande medida, fruto do reconhecimento das políticas públicas nacionais de combate à fome e de seu potencial de disseminação em outros países de menor desenvolvimento relativo, por meio da cooperação brasileira.

As contribuições à FAO destinaram-se a: *i*) implementar o PAA África, na Etiópia, no Malauí, em Moçambique, no Níger e no Senegal; *ii*) recuperar a capacidade produtiva local dos países afetados pela Depressão Tropical XII-E em áreas de El Salvador, da Guatemala e do México; *iii*) apoiar os projetos da

10. A conferência foi realizada no dia 2 de março de 2009. Através da Lei nº 12.292, de 20 de julho de 2010, o Poder Executivo foi autorizado a doar recursos à Autoridade Nacional Palestina, em apoio à economia palestina para a reconstrução de Gaza, no valor de até R\$ 25 milhões, à conta de dotações orçamentárias do MRE.

Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência a Desastres (Cdema); *iv*) dar suporte à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025; *v*) instalar o Instituto Latino-Americano de Agroecologia no Haiti (Iala-Haiti); *vi*) promover a participação da sociedade civil brasileira em ações internacionais que contribuam para segurança alimentar e nutricional; e *vii*) reforçar projetos pontuais.

O PMA é a maior organização humanitária do sistema das Nações Unidas e a primeira agência a estabelecer-se sobre o terreno em caso de desastres socioambientais. O PMA busca, por meio da distribuição de alimentos, assegurar a vida de refugiados e de outros grupos vulneráveis em situações de emergência e promover a independência das pessoas e das comunidades pobres em situações de pós-desastre.

No que se refere à gestão de riscos e desastres, o governo brasileiro tem cooperado, ainda, com o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha), o Cerf e o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

O Cerf¹¹ é um dos fundos mais rápidos e efetivos do sistema das Nações Unidas para fazer chegar a ação humanitária emergencial às pessoas afetadas por desastres socioambientais e conflitos armados. O Cerf recebe contribuições voluntárias para garantir ações humanitárias de resposta rápida em qualquer parte do planeta, disponibilizando recursos em até quarenta e oito horas após a declaração do desastre e o lançamento do apelo internacional.

O UNISDR¹² é o ponto focal da Organização das Nações Unidas (ONU) para a coordenação de atividades e a garantia de sinergias entre as atividades dos seus órgãos, das organizações regionais e das atividades nos campos de prevenção de desastres e geração de resiliência. Em 2012, foi estabelecido o Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastre (Cerrd), no Rio de Janeiro, com foco na construção de comunidades resilientes a desastres por meio da promoção da consciência da importância da redução de desastres como componente integral para o desenvolvimento sustentável. O Cerrd tem por objetivo de reduzir perdas humanas, socioeconômicas e ambientais decorrentes de desastres socioambientais e é fruto da parceria entre o governo brasileiro e o UNISDR. O Ocha busca coordenar ações humanitárias efetivas, coerentes e sustentáveis entre atores nacionais e internacionais para aliviar o sofrimento humano em cenários de desastres e emergências.

Outra prática de suma importância na cooperação humanitária brasileira consiste nas doações, de caráter emergencial, de gêneros alimentícios, medicamentos e *kits* dormitórios.

11. Para mais informações, ver: <<http://goo.gl/8xVBW7>>.

12. Para mais informações, ver: <<http://goo.gl/oK6Dla>>.

Em relação às doações de itens de primeira necessidade ou *in-kind*, o PMA tem sido parceiro determinante para o provimento de assistência alimentar. Para possibilitar a doação de alimentos em prol da cooperação humanitária internacional, foram elaboradas medidas provisórias e leis que tornaram a ação viável.

A Lei nº 11.881/2008 autorizou o Poder Executivo a realizar doações para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, para atender as populações afetadas por eventos meteorológicos adversos.¹³ A Lei nº 12.429/2011 autoriza o Poder Executivo a doar, por intermédio do PMA, estoques públicos de alimentos, dentro dos limites identificados na referida lei, desde que não comprometam o atendimento às populações vitimadas por eventos socioambientais adversos no território nacional.¹⁴

Para esse processo, o MRE e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participam por meio da Conab. As doações são operadas mediante termo firmado pela Conab e são custeadas com dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e do Programa de Aquisição de Alimentos.

Cabe ao Mapa autorizar o beneficiamento dos produtos (arroz) e disponibilizá-los, por intermédio da Conab, livres e desembaraçados, dentro dos navios nos portos do território nacional.

Por fim, coube à CGFome definir os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos, de acordo com as demandas recebidas, em coordenação com o PMA. De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.429/2011, foram beneficiados pelas doações os seguintes países: Bolívia, Cabo Verde, Coreia do Norte, Cuba, El Salvador, Etiópia, Guatemala, Guiné-Bissau, Haiti, Moçambique, Nicarágua, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão, Timor-Leste e Zimbábue.¹⁵

O Poder Executivo foi autorizado a doar até 1 milhão de toneladas de arroz; 100 mil toneladas de feijão; 100 mil toneladas de milho; 10 mil toneladas de leite em pó; e até 1 t de semente de hortaliças.¹⁶ As doações brasileiras fornecidas por meio do PMA beneficiaram 45 países.

Nesse cenário, destacaram-se as 78 doações de arroz, totalizando 209 mil toneladas para 35 países, sendo eles: Argélia, Bangladesh, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Cuba, El Salvador, Equador,

13. Lei nº 11.881, de 23 de dezembro de 2008, fruto da Medida Provisória nº 444, de 29 de outubro 2008.

14. Art. 1º da Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 519, de 30 de dezembro de 2010.

15. Parágrafo Único da mesma lei considera que: "atendida a demanda dos países previstos no art. 1º desta lei, o Ministério das Relações Exteriores poderá destinar os estoques remanescentes a outros países atingidos por eventos socionaturais adversos ou em situação de insegurança alimentar aguda, observados os limites previstos naquele artigo" (Brasil, 2011).

16. Os produtos e as quantidades de insumos a serem doados foram modificados na Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, e incluídos no antigo anexo da Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011.

Etiópia, Gâmbia, Guatemala, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Somália, Sri Lanka, Suazilândia, Timor Leste, Uganda e Zimbábue.

Entre os maiores destinos da assistência alimentar de arroz, destacaram-se Cuba (25 mil toneladas) – especificamente em decorrência da destruição causada pelo Furacão Sandy –, Etiópia (23,1 mil toneladas), Haiti (20,2 mil toneladas), Níger (11,7 mil toneladas), Honduras (10,8 mil toneladas) e Quênia (10,6 mil toneladas).

Em relação à doação de milho, houve nove ações destinadas à Somália, totalizando 43,2 mil toneladas. Duas doações foram realizadas para a Coreia do Norte e uma para Honduras, de 16,5 mil toneladas e 682 t respectivamente.

De um total de 31 doações de feijão, onze foram remetidas para a Somália, totalizando 13 mil toneladas do alimento. Além disso, foram enviadas 9,5 mil toneladas de feijão para o Haiti e 4,6 mil toneladas para a Coreia do Norte. Além destes três países, as doações de feijão também foram direcionadas para El Salvador, Equador, Etiópia, Guatemala, Guiné-Bissau, Madagascar, Moçambique, Nicarágua, República do Congo, Sri Lanka, Sudão e Zimbábue. Sementes de hortaliças foram doadas ao Haiti em 2011.

Kits dormitório foram doados à Argentina, em 2013, para mitigar os efeitos de enchentes que deixaram cerca de sessenta mortos e milhares de desabrigados na região metropolitana de Buenos Aires, na cidade de La Plata e nas zonas limítrofes. A cooperação abarcou a doação de 20 mil colchões de solteiro, lençóis de solteiro, fronha, cobertores e travesseiros.

As doações de medicamentos foram direcionadas principalmente à crise de desabastecimento de medicamentos antirretrovirais (ARVs), ao combate à Úlcera Burili, às ações de combate à malária, à reposição de vacinas antirrábicas, à disponibilização de antibióticos e de uso médico-cirúrgico, à reposição de estoque de soro-aracnídeo, ao fornecimento de soro antibotrópico polivalente, ao combate à tuberculose e ao combate e controle da dengue.

Na África, seis países receberam medicamentos: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. Na América Latina e Caribe, o governo brasileiro doou medicamentos para dez países: Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Peru, Suriname e Uruguai.

Os cinco primeiros países de destino das doações brasileiras, mediante a articulação da CGFome e com o apoio do PMA, foram Somália (17,4%), Haiti (12,6%), Cuba (7,8%), Etiópia (7,5%) e Coreia do Norte (5,3%).

Além das doações articuladas pela CGFome, o MS também atuou na cooperação humanitária, mediante os esforços da Aisa e da SVS, para o provimento de medicamentos, soros e vacinas. Ambas atuaram principalmente na doação de medicamentos para a prevenção e o controle de doenças transmissíveis, como Aids, dengue, malária, hepatites virais, doenças imunopreveníveis, leishmaniose, hanseníase, tuberculose e no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Neste cenário, o MS operou no âmbito emergencial da cooperação humanitária, mediante a doação de medicamentos dentro das áreas relatadas anteriormente, em coordenação com a CGFome.

Na SVS, a CGVAN colaborou com doações de *kits* de medicamentos, enquanto o Devit doou soros e vacinas. Mediante a cooperação humanitária, o governo brasileiro doou mais de 50 mil comprimidos de Benzonidazol ao Paraguai para o combate à doença de chagas. Em relação ao PNI, o MS colaborou com o provimento de vacinas e soros para Bolívia, Colômbia, Equador e Haiti.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Brasília: Congresso Nacional, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ktwCQ1>>.

FAO BRASIL. **Áreas prioritárias 2013-2016**. [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/EOZtz1/>>.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Rome, Italy, November 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/5rjgTu>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005- 2009**. Brasília: Ipea, 2010.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010**. 2. ed. Brasília: Ipea, 2013.

PROTEÇÃO E APOIO A REFUGIADOS

O Brasil instituiu sua Política Nacional de Refúgio¹ mediante a edição da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, alinhada à Convenção de Genebra de 1951;² ao Protocolo Facultativo de 1967;³ e à Declaração de Cartagena de 1984,⁴ observando ainda os termos dos memorandos firmados pelo governo brasileiro com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).⁵

A legislação brasileira de refúgio fundamenta a obrigação pátria de reconhecer a condição de refugiado ao indivíduo que fugiu de seu país, de nacionalidade ou de residência habitual, em razão de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opiniões políticas; ou seja, em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos.

A proteção e o apoio a refugiados constituem-se, assim, em elemento crucial na garantia de direitos humanos básicos, assumindo lugar singular na cooperação para o desenvolvimento internacional, haja vista que boa parte das ações realizadas se dá no país de acolhimento.

Este capítulo do estudo da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) trata dos gastos e práticas realizados de 2011 a 2013 de proteção e apoio às pessoas que vivem no Brasil na condição de refugiados. Trata-se da visualização da ação política do Estado brasileiro a partir do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) em consonância com as diretrizes definidas no âmbito mundial pelo Acnur.

O Conare, órgão de deliberação coletiva instituído no âmbito do Ministério da Justiça⁶ (MJ), executa a política de refugiados no Brasil em conformidade

1. O marco inicial da política migratória brasileira para refugiados situa-se no período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) em face dos grandes fluxos de assírios e judeus ao final da década de 1930, embora existam registros de pequenos grupos de refugiados recebidos em São Paulo nos anos 1920.

2. Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

3. Assinado em 31 de janeiro de 1967 e vigorando a partir de 4 de outubro de 1967.

4. Adotada por ocasião do Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984.

5. Criado na Resolução nº 428 da Assembleia das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950, tem como missão dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo.

6. Art. 11 da Lei nº 9.474/1997.

com os valores consagrados na Constituição Federal⁷ e nos termos da lei brasileira de refúgio.

Em conformidade com o que prescreve a Lei nº 9.474/1997 (art. 14º), o Conare é constituído por representantes de órgãos da administração pública federal,⁸ além de representante da sociedade civil e do Acnur, que participa com direito a voz, mas não a voto.

Entenda-se, portanto, que a perspectiva adotada sobre a proteção e o apoio aos refugiados vai, necessariamente, além da estrutura da administração pública federal por não se constituir na única via institucional para servir a esses migrantes forçados em condições de risco e de vulnerabilidade, tal como caracterizado nos levantamentos anteriores. Com efeito, a estrutura de proteção assume, perante os refugiados, um formato tripartite, no qual, além do governo federal, notadamente na figura do Conare, o Acnur e as organizações da sociedade civil também figuram como atores importantes no processo de acolhida, assistência e integração.

O mapeamento das ações realizadas de 2011 a 2013 ocorreu mediante a participação e o comprometimento dos dirigentes da Secretaria Nacional de Justiça e dos representantes dos órgãos federais integrantes do Conare; além de informações do Acnur; do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp); e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Carj) – organismo internacional e organizações da sociedade civil com protagonismo na proteção e apoio aos refugiados no Brasil.

Esta seção, iniciada com uma apresentação sucinta da Política Nacional de Refúgio, evidencia o alinhamento da lei aos valores estabelecidos no texto constitucional; a observância aos normativos internacionais vigentes; além do mandato e composição do Conare.

Seguem-se a essa abordagem um panorama dos números do refúgio no Brasil, a caracterização dos gastos da União com refugiados e a identificação das práticas de proteção e apoio a refugiados no período de 2011 a 2013.

7. Art. 5º – “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.

8. Representantes do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Departamento de Polícia Federal.

BOX 8

Principais atores não federais engajados na proteção e apoio a refugiados no Brasil*i) Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)*

O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), fundado em 1999, em Brasília (DF), é uma entidade social sem fins lucrativos, filantrópica, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados, atuando na defesa de seus direitos, na assistência social, jurídica e humanitária, e em sua integração social e inclusão em políticas públicas, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade.¹ O IMDH opera em parceria com diversas organizações, especialmente aquelas integrantes da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMir).

Em 2011, o Instituto prestava assistência aos solicitantes de refúgio e refugiados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia, acrescentando-se em 2012 os estados de Roraima e Amapá.

ii) Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp)

A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp) pertence à Rede *Caritas Internationalis*. A Casp atua na defesa e na promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica.² Seus agentes trabalham junto aos excluídos, muitas das vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

Em parceria com o Acnur no Brasil, a Casp implementou o Centro de Acolhida para Refugiados, que tem como objetivo apoiar a integração local e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados em São Paulo, cidade que mais recebe essas pessoas no país.

iii) Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Carj)

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Carj) é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Pioneira em assistência, proteção e promoção social dos direitos fundamentais de refugiados e de solicitantes de refúgio no Brasil, a Carj iniciou sua atuação na década de 1970 em conformidade com os princípios de solidariedade e respeito aos direitos humanos; garantia de vida digna e proteção, sobretudo, aos grupos mais marginalizados da sociedade, e que, por sua natureza, necessitam de maior assistência e cuidado.³

iv) Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMir)

As redes de Proteção Solidária, segundo o entendimento do Acnur, são formadas por pessoas e organizações sensíveis à causa. Constituem pontos de apoio na defesa dos refugiados e atuam no monitoramento de fronteiras; na temática da inclusão social dos refugiados; e na busca de parcerias e alternativas para sua integração local e reassentamento.

Aproximadamente cinquenta dessas instituições atuam em todas as regiões do país, sendo articuladas pelo IMDH com o apoio do Acnur, parceiros e voluntários.⁴

v) Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)

O Acnur deu início à Cátedra Sérgio Vieira de Mello na América Latina em 2003 para promoção da pesquisa interdisciplinar e a produção acadêmica relacionada ao Direito Internacional dos Refugiados da região, em conjunto com governos, universidades e organizações internacionais. A cátedra também promove a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes no tema e estimula que solicitantes de refúgio e refugiados tenham acesso ao sistema público de educação.

Mantém vínculo ativo com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de Vila Velha (UVV); Universidade Católica de Santos (Unisantos); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

(Continua)

(Continuação)

vi) Comitês Estaduais e Municipais

A integração local é uma das soluções duradouras preconizada pela legislação brasileira e pelo Acnur e requer o envolvimento de todos os entes da Federação brasileira.

Considerando-se que a Lei nº 9.474/97 não estabeleceu restrição à participação de estados e municípios em ações de integração e reassentamento de refugiados, constata-se a criação de comitês estaduais e municipais de políticas de atenção que atuam como elos entre os demais órgãos estaduais e municipais.

Esses Comitês orientam agentes públicos sobre os direitos e de deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados, bem assim promovem ações e coordenam iniciativas de atenção e defesa dessas pessoas junto aos demais órgãos do Estado que possam assisti-los mediante políticas públicas.

Nesse sentido, registre-se a criação do Comitê Estadual para Refugiados (CER) de São Paulo em 2007; o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro em 2009; o Núcleo de Atenção ao Imigrante e Refugiado do Comitê Paulista para Migrantes e Refugiados (Prefeitura do município de São Paulo/Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH) em 2011; o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (Cerm) no Estado do Paraná; e o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat) no Rio Grande do Sul, esses dois últimos instituídos em 2012.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Disponível em: <<http://goo.gl/OpJO6S>>.

² Disponível em: <<http://goo.gl/VefGdJ>>.

³ Disponível em: <<https://goo.gl/GzAlhY>>.

⁴ A lista completa com as instituições que integram a RedeMir pode ser acessada em: <<http://goo.gl/gSIXdE>>.

5.1 Os números do refúgio no Brasil

Em conformidade com os dados do Conare, até dezembro de 2013, o Brasil concedeu refúgio a 5.256 solicitantes de 79 nacionalidades,⁹ constatando-se incremento de 779 pessoas nessa condição (tabela 42). Entre os principais países de origem dos refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, prevaleceram Angola, Colômbia, Congo, Libéria, Iraque e Síria, destacando-se o crescimento de refugiados procedentes do último (tabela 42).

TABELA 42

Número total de refugiados no Brasil segundo o país de nacionalidade (2011-2013)

País de nacionalidade	2011		2012		2013	
	Refugiados	(%) do Total	Refugiados	(%) do Total	Refugiados	(%) do Total
Angola	1.686	37,66	1.688	36,00	1.062	20,39
Colômbia	654	14,61	707	15,08	1.154	22,16
República Democrática do Congo	470	10,50	510	10,88	617	11,85
Libéria	258	5,76	258	5,50	258	4,95

(Continua)

9. Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República Dominicana, Haiti, Cuba, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Estados Unidos, Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Mauritânia, Costa do Marfim, Gana, Burkina Faso, Mali, Marrocos, Argélia, Nigéria, Camarões, Líbia, Chade, Gâmbia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Angola, África do Sul, Zimbábue, Moçambique, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda, Sudão, Egito, Eritreia, Etiópia, Somália, Polónia, Eslovênia, Croácia, Bósnia Herzegovina, Hungria, Sérvia e Montenegro, Kosovo, Macedônia, Romênia, Ucrânia, Líbano, Palestina, Jordânia, Síria, Iraque, Kuwait, Geórgia, Armênia, Irã, Afeganistão, Paquistão, Índia, Sri Lanka, Nepal, Butão, Bangladesh, Vietnã e Rússia.

(Continuação)

País de nacionalidade	2011		2012		2013	
	Refugiados	(%) do Total	Refugiados	(%) do Total	Refugiados	(%) do Total
Iraque	207	4,62	214	4,56	217	4,17
Síria	6	0,13	50	1,07	333	6,40
Outras	1.196	27,82	1.261	26,91	3.815	32,08
Total	4.477	100,0	4.689	100,0	5.256	100,0

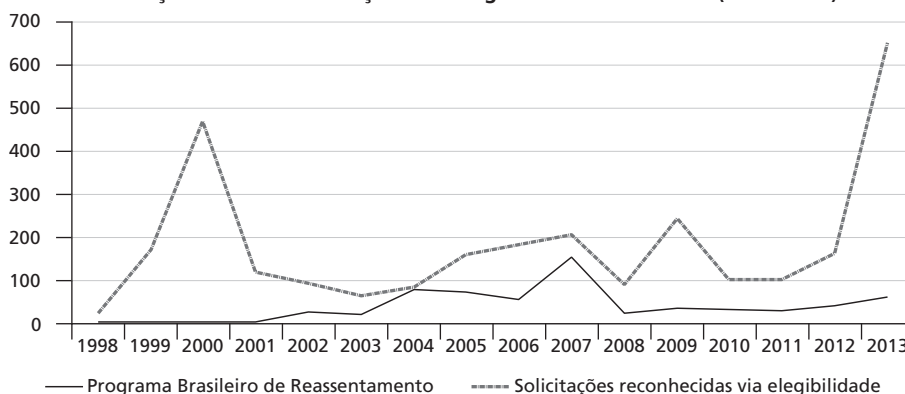
Fontes: Relatório de Atividades 2011, 2012 e 2013 do Conare.

Elaboração: Ipea.

A solicitação de refúgio no Brasil (gráfico 12) pode ser realizada via elegibilidade,¹⁰ via extensão da condição de refugiado a título de reunião familiar¹¹ ou via reassentamento.¹² Entre 2011 e 2013, o número de solicitações de refúgio (tabela 43) aumentou em mais de cinco vezes.

GRÁFICO 12

Distribuição anual de solicitações de refúgio deferidas no Brasil (1998-2013)



Fontes: Relatório de Atividades 2011, 2012 e 2013 do Conare.

Elaboração: Ipea.

10. O estrangeiro, em território nacional, preenche Termo de Solicitação de Refúgio junto a qualquer unidade da Polícia Federal e recebe o Protocolo de Refúgio, que lhe possibilitará cadastrar-se na Receita Federal e obter o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) bem como obter Carteira de Trabalho e Previdência Social. Caberá à Polícia Federal atuar o processo e encaminhar à Coordenação Geral de Assuntos para Refugiados (Cgare) para instrução e posterior exame pelo Conare. Em caso de indeferimento da solicitação, o solicitante poderá recorrer ao Ministro da Justiça no prazo legal. Em caso de decisão positiva, o refugiado será notificado a comparecer a qualquer unidade da Polícia Federal a fim de que assine o Termo de Responsabilidade e seja registrado no Sistema Nacional de Registro de Estrangeiro (RNE), ficando submetido à Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que regula a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

11. Segundo a Resolução Normativa nº 16 do Conare, será estendida a condição de refugiado, a título de reunião familiar, ao grupo familiar do refugiado reconhecido pelo Estado brasileiro nas seguintes linhas de parentesco: cônjuge ou companheiro(a), ascendentes, descendentes e demais integrantes do grupo familiar que dependam economicamente do refugiado.

12. Compete ao Acnur apresentar os casos para a apreciação do Conare, mediante Formulário de Registro para o Reassentamento, preenchido e assinado pelo candidato, juntamente com outros documentos pertinentes. Realizam-se missões aos países de primeiro refúgio, formadas por representantes do Conare, Acnur e representantes da sociedade civil, para entrevistas com os candidatos ao reassentamento e avaliação da factibilidade do acolhimento em território nacional. O reassentamento no Brasil decorrerá da deliberação do Conare.

A taxa de elegibilidade¹³ do Conare no período estudado sinaliza uma tendência de incremento na eficiência do colegiado, embora tenham sido acrescentados 2.120 processos ao estoque de solicitação de refúgio sem apreciação, sendo 673 processos pendentes em 2011; 616 em 2012; e 831 em 2013 (tabela 43).¹⁴

TABELA 43

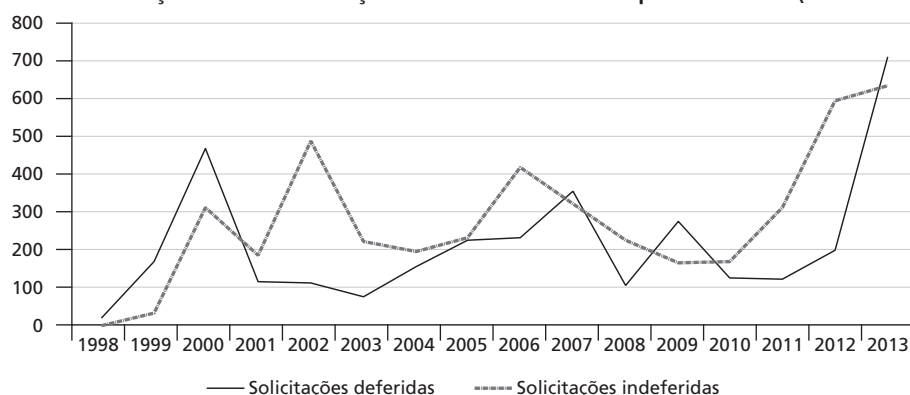
Número de solicitações, processos e taxa de elegibilidade (2011-2013)

	Ano		
	2011	2012	2013
Solicitações de refúgio	1.138	2.008	5.882
Solicitações deferidas	128	260	712
Solicitações indeferidas	337	596	831
Total de processos deferidos	4.477	4.689	5.256
Taxa de elegibilidade do Conare (%)	27,5	30,3	46,1

Fonte: Conare.

A distribuição anual de solicitações deferidas e indeferidas pelo Conare entre 1998 e 2013, desde a ratificação da Lei nº 9.474/1997, permite uma contextualização desses registros (gráfico 13).

GRÁFICO 13

Distribuição anual de solicitações deferidas e indeferidas pelo Conare/MJ (1998-2013)

Fontes: Relatórios de Atividades 2011, 2012 e 2013.

Elaboração: Ipea.

13. A taxa de elegibilidade, segundo o entendimento do Acnur, é calculada mediante o quociente obtido entre o número de casos deferidos e o número de casos analisados.

14. Em 2014, o Conare registrou 9.292 solicitações de refúgio e concedeu 2.320 refúgios – sendo mais da metade (1.212) de sírios –, totalizando até este ano 7.662 refugiados de 79 nacionalidades diferentes.

O aumento simultâneo de solicitações deferidas e indeferidas no período em análise sugere uma procura crescente pelo país entre estrangeiros em situação vulnerável. Tal afirmação confirma-se quando se observam os dados disponibilizados pelas organizações da sociedade civil voltadas ao atendimento de estrangeiros em situação de vulnerabilidade, incluindo-se aí os refugiados.¹⁵ Os números de atendimentos de Casp, Carj e IMDH são significativos nesse sentido.

5.1.1 Números da Casp

Em dezembro de 2011, o Centro de Acolhida de Refugiados da Casp registrou 1.592 refugiados (tabela 44), sendo que a maioria era proveniente da África (59,6%), seguindo-se os nativos de países da América Latina e Caribe (19,7%); Oriente Médio (14,8%); Europa (3,9%); Ásia (1,9%); e duas pessoas apátridas (0,1%).

Constata-se que, em dezembro de 2011, os solicitantes de refúgio totalizavam 661 pessoas, sendo 42,1% provenientes da África; 39,3% da América Latina e Caribe; 9,4% da Ásia; e 8,9% do Oriente Médio (tabela 44).

TABELA 44

Refugiados e solicitantes de refúgio atendidos pelo Centro de Acolhida de Refugiados da Casp segundo a região de origem (2011-2013)

Região	2011		2012 ¹		2013	
	Solicitantes de refúgio	Refugiados	Solicitantes de refúgio	Refugiados	Solicitantes de refúgio	Refugiados
África	278	949	564	960	838	1.088
América Latina e Caribe	260	314	956	322	1.629	355
Europa	1	62	0	62	0	63
Ásia	62	30	124	43	206	65
Oriente Médio	59	235	156	274	226	428
Apátrida	1	2	0	Não informado	0	0
Dados em falta ²	0	0	2	1	0	0
Total	661	1.592	1.802	1.662	2.899	1.999

Fontes: Relatórios de Atividades da Cáritas/SP referentes aos anos 2011, 2012 e 2013.

Notas: ¹ Os dados são referentes aos meses de janeiro a novembro de 2012, visto que até o momento do encerramento do Relatório de Atividades de 2012 (21/01/2013) a Casp ainda não tinha recebido informação das decisões do Conare referente ao mês de dezembro/2012.

² Não pôde ser identificado a partir dos Relatórios de Atividades do Centro de Acolhida para Refugiados da Casp de 2011, 2012 e 2013.

15. Quando se parte para a análise da atuação das organizações da sociedade civil dedicadas à proteção e ao apoio a refugiados no Brasil, a distinção legal que diferencia refugiados e migrantes econômicos, por exemplo, desaparece, dedicando-se essas organizações ao acolhimento indiscriminado de estrangeiros em condição vulnerável.

Ainda com fundamento nos registros referentes ao ano de 2012, o Centro de Acolhida da Casp acolhia 1.662 refugiados registrados, sendo a maioria do continente africano (57,8%) – principalmente de Angola, República Democrática do Congo, Libéria e Serra Leoa; seguidos pelos indivíduos provenientes da América Latina (19,4%), em sua maioria da Colômbia, Cuba e Peru; do Oriente Médio (16,5%), especialmente do Iraque, da Síria, do Irã e do Líbano; da Europa (3,7%), principalmente da Sérvia e Croácia; e da Ásia (2,6%), majoritariamente do Afeganistão e Butão.

De janeiro a dezembro de 2012, a Casp registrou 1.802 novos solicitantes de refúgio, sendo a maioria da América Latina e Caribe (53,1%), principalmente do Haiti, Colômbia e Cuba; seguidos daqueles provenientes do continente africano (31,3%), sobretudo de Senegal, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Nigéria e Somália; entre aqueles provenientes do Oriente Médio (8,7%), prevaleceram os nativos da Síria, Líbano, Paquistão, Palestina e Iraque; e de Bangladesh, Nepal e Butão, oriundos do continente asiático (6,9%).

Em 2013, cumpre ressaltar a existência de 1.999 pessoas cadastradas como refugiadas (tabela 42), em sua maioria procedentes do continente africano (54,4%), sobretudo de Angola, República Democrática do Congo, Libéria e Serra Leoa. Do Oriente Médio (21,4%), prevaleceram iraquianos, sírios, iranianos e libaneses. Entre os refugiados da América Latina e Caribe (17,8%), destacaram-se os colombianos, cubanos e peruanos; e entre os europeus (3,2%), aqueles provenientes da Sérvia e Croácia. O número de refugiados asiáticos totalizou 65 pessoas, o equivalente a 3,3%, sendo os mais representativos do Butão e do Afeganistão.

Quanto aos registros de solicitantes de refúgio no ano de 2013, prevaleceram aqueles de América Latina e Caribe (56,2%), principalmente provenientes do Haiti, Colômbia e Cuba; da África (28,9%), com pessoas nativas do Senegal, Nigéria, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Mali e Guiné; libaneses e sírios prevaleceram entre os oriundos do Oriente Médio (7,8%); e da Ásia (7,7%), pessoas de Bangladesh e Nepal.

Até dezembro de 2013, 3.197 solicitantes de refúgio atendidos pela Casp aguardavam resposta do governo federal, sobretudo 1.640 pessoas do Haiti, 183 de Bangladesh, 159 de Senegal, 138 da Nigéria, 117 da República Democrática do Congo, 110 do Líbano, 98 de Guiné-Bissau e 34 da Síria.

5.1.2 Números da Carj

Em 2011, a Carj atendeu 596 novos solicitantes de refúgio, oriundos de 35 países, sendo a maioria do Haiti (171), República Democrática do Congo (77), Colômbia (158) e Guiné-Bissau (79). Em 2012, houve 360 novos solicitantes de refúgio provenientes de 34 países, principalmente da Colômbia (125), República Democrática

do Congo (72), Guiné-Bissau (51) e Senegal (21). Já em 2013, o número de casos novos ascendeu a 1.097 pessoas de 45 países, sobretudo da Colômbia (85), República Democrática do Congo (89) e Bangladesh (365) (tabela 45).

TABELA 45
Novos solicitantes de refúgio atendidos pela Cáritas/RJ (2011-2013)

País	2011	2012	2013
Afganistão	-	-	2
África do Sul	-	-	1
Angola	24	17	41
Argentina	-	1	-
Bangladesh	8	8	365
Benim	-	-	2
Bolívia	2	1	-
Burkina Fasso	-	-	1
Cabo Verde	3	3	3
Camarões	-	-	1
China	1	-	5
Colômbia	158	125	85
Congo Brazzaville	-	2	-
Costa do Marfim	4	2	2
Cuba	10	8	13
Egito	1	-	2
El Salvador	-	-	1
Equador	7	6	1
Eritreia	-	1	-
Espanha	-	-	1
Estados Unidos	-	2	-
França	2	-	-
Gana	2	-	28
Guiné	-	-	1
Guiné-Bissau	79	51	1
Guiné-Conacri	-	3	-
Guiana	1	-	1
Haiti	171	1	1
Índia	1	-	3
Irã	-	-	8
Iraque	2	-	10

(Continua)

(Continuação)

País	2011	2012	2013
Israel	1	1	-
Itália	1	-	-
Sérvia	-	-	2
Libano	-	-	24
Libéria	1	-	-
Líbia	-	1	-
Mali	-	1	3
Marrocos	-	-	1
Mauritânia	-	-	1
Moçambique	-	1	-
Nigéria	10	3	9
Paquistão	4	3	26
Peru	4	1	2
Polônia	-	1	-
Quênia	-	-	2
República Árabe da Síria	-	-	74
República Democrática do Congo	77	72	89
República Dominicana	1	3	-
Romênia	-	1	1
Rússia	1	1	-
São Tomé e Príncipe	2	-	3
Senegal	4	21	246
Serra Leoa	1	1	9
Sri Lanka	-	10	-
Somália	1	1	15
Sudão	-	2	1
Tanzânia	3	-	-
Togo	-	2	5
Trinidade e Tobago	-	-	1
Tunísia	-	-	1
Turquia	4	-	-
Uganda	1	-	-
Venezuela	3	3	3
Zimbábue	1	-	-
Total	596	360	1.097

Fontes: Relatórios de Atividades da Cáritas/RJ referentes aos anos 2011, 2012 e 2013.
Elaboração: Ipea.

5.1.3 Números do IMDH

Em 2011, foram atendidas 284 pessoas pelo IMDH; em 2012, este número aumentou para 475 pessoas; e em 2013 alcançou 1.145 pessoas, ou seja, entre 2011 e 2013, o número de indivíduos atendidos quadruplicou.

Na atuação do IMDH, os países de origem mais representativos em 2011 foram Haiti (32%), Paquistão (24%), Bangladesh (19%) e Bolívia (7%); em 2012, Bangladesh (18,8%), Paquistão (11,1%), Colômbia (6,8%), Gana (4,9%), Haiti (4,3%) e Bolívia (4%); e em 2013 Bangladesh (56,9%), Somália (8%), Gana (7,2%), Síria (4,1%) e Paquistão (3,9%).

5.2 Dispendios com proteção e apoio a refugiados

Os gastos do governo federal com a implementação das ações de proteção e apoio às pessoas que vivem na condição de refugiados totalizaram, em valores nominais, R\$ 19,9 milhões entre 2011 e 2013, correspondentes a: *i*) transferências de recursos orçamentários do MJ para órgãos da sociedade civil; *ii*) dispendios do MJ com o deslocamento e a atuação de servidores e colaboradores; e *iii*) contribuições do governo brasileiro para as operações conduzidas pelo Acnur no exterior (tabela 46).

TABELA 46

Dispendios da União com proteção e apoio aos refugiados segundo itens de dispendio (2011-2013)

Dispendios	2011	2012	2013	Total (em R\$)
Dispendios com servidores e colaboradores	1.008.000	101.806	921.000	2.030.806
Transferências para órgãos da sociedade civil	600.000	850.000	850.000	2.300.000
Contribuições para o Acnur	6.279.750	7.108.380	2.160.500	15.548.630
Total	7.887.750	8.060.186	3.931.500	19.879.436

Fontes: Acnur e Conare.
Elaboração: Ipea.

A definição dos itens considerados no cálculo do gasto público levou em conta a opção adotada por este estudo, que delimitou a proteção e o apoio aos refugiados mediante a observância da ação política do Estado brasileiro em sua atuação no Conare e das diretrizes internacionais do Acnur. Assim, embora se reconheça a importância da atuação de instituições não vinculadas à administração pública federal na execução das ações e práticas voltadas à proteção e ao apoio de refugiados no país (seção 5.3), no que tange aos gastos, somente foram considerados os dispendios do governo federal com o tema.

Nesse contexto, observa-se que o MJ disponibilizou servidores de seu quadro funcional e colaboradores terceirizados para atuarem no Conare, implicando gastos que estão indicados na tabela 46 e correspondem aos custos com horas técnicas;

passagens e diárias; salários e material de consumo em viagens ao exterior para entrevista de refugiados e no território nacional.

Os dispêndios realizados pelo MJ com organismos da sociedade civil totalizaram R\$ 2,3 milhões no período, mediante transferências para a Casp, a Carj e o IMDH (tabela 47).

TABELA 47

Transferências de recursos financeiros da União para organizações da sociedade civil (2011-2013)

(Em R\$)

Organizações	2011	2012	2013
IMDH	100.000	180.000	150.000
Casp	250.000	335.000	400.000
Carj	250.000	335.000	300.000
Total	600.000	850.000	850.000

Fonte: Conare.
Elaboração: Ipea.

Cumprir notar que o Brasil tem se consolidado como o maior doador do Acnur entre os países emergentes, tendo destinado R\$ 15,5 milhões no período, equivalentes a US\$ 8,3 milhões, para atividades de assentamento de refugiados no exterior e ações humanitárias¹⁶ ao redor do mundo.

Cumprir registrar a dificuldade em mensurar parte do dispêndio da União com as pessoas na condição de refugiados, haja vista tratar-se de montantes vinculados a políticas de atendimento universal, a exemplo da provisão de serviços de saúde; trabalho e emprego; educação; segurança; previdência etc.

5.3 Algumas práticas de proteção e apoio a refugiados

A proteção e o apoio a refugiados no Brasil realizados pelo governo federal são complementados pelo engajamento de diversos atores da sociedade civil, que, financiados parcialmente com recursos da União, materializam o acolhimento e empenham-se na integração local dos refugiados no país.

A partir de sua atuação e dos números oficiais disponíveis, foi possível capturar números do refúgio no Brasil bem como propor uma primeira aproximação das práticas de proteção e apoio realizadas no país. Esta seção do capítulo sobre proteção e apoio a refugiados no Brasil dedica-se, assim, às formas como se deram o acolhimento, a proteção e o apoio aos estrangeiros refugiados em terras brasileiras.

16. Essas ações humanitárias incluem resposta a emergências na Líbia e Somália, operações regulares no Paquistão, Irã e Armênia, repatriamento de refugiados angolanos, entre outros.

O IMDH, a Casp e a Carj são, historicamente, entre as organizações da sociedade civil, aquelas que desenvolveram esforços e realizaram importantes ações de apoio e proteção aos refugiados no Brasil, tendo contribuído para o conhecimento e a sensibilização da sociedade sobre a temática do refúgio, considerando as discriminações e dificuldades relatadas por essas pessoas.

A atuação do IMDH, da Carj e da Casp efetiva-se mediante:¹⁷

- a) procedimentos de proteção referentes à determinação de elegibilidade de novos casos, como entrevistas e elaboração de pareceres, incluindo-se a assistência jurídica na obtenção e na regularização de documentos, procedimentos administrativos, aplicação da Lei nº 9.474/1997, orientação jurídica e condução seletiva de processos judiciais, em especial relativos à guarda de menores e pequenas causas;
- b) assistência aos solicitantes de refúgio e refugiados no atendimento emergencial das necessidades básicas, como saúde, educação, moradia e alimentação; e
- c) contato e conscientização da iniciativa pública e privada, objetivando a integração local, de modo a facilitar a inserção de refugiados na sociedade brasileira, tal como pelo encaminhamento de refugiados ao mercado de trabalho; formação educacional/profissional; e inclusão em programas de microcrédito mantidos pelos governos.

Em suas ações, IMDH, Casp e Carj articulam-se com outras organizações também descritas nesta seção. Para fins de sistematização – e respeitando as singularidades da contribuição realizada por cada uma dessas entidades –, optou-se por apresentar as práticas de proteção e apoio aos refugiados no Brasil a partir da atuação dessas instituições.

Com base nisso e nas informações disponíveis em relatos das referidas, é possível estabelecer uma primeira abordagem das práticas brasileiras de proteção e apoio a refugiados entre 2011-2013, que estão compiladas a seguir em torno das noções de medidas legais; necessidades básicas; e inserção e integração local.

5.3.1 Articulação e medidas legais

As organizações da sociedade civil que tratam da questão dos refugiados no Brasil atuaram em constante articulação com o poder público, de forma a aprimorar as políticas públicas de acolhimento e assistência a refugiados bem como ampliar o debate e difundir o conhecimento sobre o tema no país.

17. Além das ações e práticas descritas a seguir, observou-se a realização e a participação em eventos relativos a migração e refúgio como um aspecto do engajamento dessas organizações no tema. Optou-se, contudo, por sua não inclusão nesse levantamento, haja vista o foco que se pretende dar às práticas de proteção e apoio.

Assim, junto aos poderes federal, estaduais e municipais, agiram no sentido de promoção e aperfeiçoamento das políticas públicas de assistência a refugiados e solicitantes de refúgio bem como para a elaboração e implementação do Plano Nacional para o Refúgio.

Destaque-se, no contato com o poder público, as iniciativas de engajamento mediante a participação nos comitês estaduais e municipais para refugiados, procurando soluções duradouras e a inclusão desta população nas políticas públicas existentes; a participação em diagnósticos participativos¹⁸ realizados anualmente pelo Acnur, em que refugiados e solicitantes de refúgio trocaram experiências e identificaram as necessidades e os desafios para sua proteção, integração e autosuficiência; bem como propuseram soluções e melhorias nas ações de proteção e integração, o registro e a discussão nos comitês estaduais e municipais de refugiados das questões relacionadas às dificuldades na obtenção de vagas em alojamentos e abrigos pelos solicitantes de refúgio e refugiados, procurando lograr soluções ao nível governamental.

Realizaram, ainda, ações para reforçar e expandir a RedeMiR e para ampliar as parcerias com órgãos públicos, fortalecendo, assim, o apoio aos solicitantes de refúgio e refugiados.

Cumprir registrar a participação na Comissão de Refugiados, Exilados e Proteção Internacional da OAB/SP, criada em junho de 2012, para fiscalizar o cumprimento da lei e dos tratados referentes a refugiados e estrangeiros no Brasil bem como pleitear tais direitos em nível institucional quando não respeitados.

No caso do Distrito Federal, ocorreu a implantação do projeto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção às Vítimas, introduzido pelo IMDH em 2013.¹⁹

Em sua articulação com a sociedade civil e buscando difundir o debate sobre questões de refúgio no país, as mencionadas organizações se dedicaram a um variado conjunto de ações, que envolveram: a realização, em 2011, de oficina de trabalho sobre refúgio para agências de intermediação de mão de obra em São Paulo, promovida pela Casp e pelo Grupo de Apoio à Inserção de Solicitantes

18. Com base em uma metodologia fundada nos direitos humanos, o Acnur, em parceria com a rede de proteção, realiza anualmente diagnósticos participativos com refugiados e solicitantes de refúgio no país, procurando mapear os principais desafios que enfrentam no processo de integração local, bem como capacitá-los a buscar soluções por meio do diálogo e a partilha de experiências. Os resultados destas avaliações também auxiliam o Acnur e seus parceiros da sociedade civil a identificar formas de ampliar e melhorar o apoio dado aos seus beneficiários. Os temas abordados nos diagnósticos se dividem nas seguintes áreas: i) habitação; ii) emprego e geração de renda; iii) educação e saúde; iv) participação/integração comunitária; e v) documentação.

19. O projeto visa contribuir com o enfrentamento e a prevenção do tráfico humano e contrabando de migrantes, prestar assistência humanitária às vítimas deste crime, articular-se com órgãos públicos para melhorar as condições de atendimento às vítimas, participar de iniciativas do governo e da sociedade civil e incidir em políticas públicas.

de Refúgio e Refugiados no Mercado de Trabalho (GAR),²⁰ coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo; a assinatura de um convênio entre o IMDH e o Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), em dezembro de 2011, estabelecendo o programa Resgate da Dignidade Humana de Refugiados e Migrantes Estrangeiros no Distrito Federal.

A manutenção de bases de dados, assim como a elaboração e divulgação de artigos, pesquisas, publicações e dados atualizados sobre a realidade dos refugiados no Brasil; a elaboração e distribuição de materiais informativos sobre os direitos e deveres de solicitantes de refúgio e refugiados, além de diversos endereços de serviços para se recorrer em caso de necessidade; a publicação, em 2011, da sexta edição do *Caderno de debates*, assim como *A questão palestina e os refugiados* – este último em parceria com o Núcleo de Apoio aos Refugiados no Espírito Santo (Nuare), a Universidade de Vila Velha (ES), o Acnur e outras entidades –; a participação do IMDH na quarta edição da Coletânea de Legislação: *Lei 9.474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional de Refugiados e Apátridas*, em parceria com o Acnur, e da sétima edição do *Caderno de debates: refúgio, migrações e cidadania*, em 2012; e a edição, em 2013, da oitava edição do *Caderno de debates*, focada no tema de “enfrentamento ao tráfico de pessoas”. Todas estas ações são exemplos de iniciativas de articulação das organizações da sociedade civil engajadas na questão de refúgio no Brasil.

5.3.2 Necessidades básicas

No que se refere ao provimento de necessidades básicas aos refugiados e solicitantes de refúgio no país, observa-se desde a realização de campanhas de arrecadação de roupas, calçados, brinquedos, cobertores, lençóis, alimentação, utensílios domésticos, colchões para atender às necessidades básicas de refugiados e solicitantes de refúgio até o estabelecimento de parcerias com lojas de roupas e calçados, possibilitando descontos nas compras em grande quantidade destinadas a solicitantes de refúgio e refugiados.²¹

Na busca pela garantia do direito à moradia, as organizações atuaram no sentido de disponibilizar vagas em abrigos para os recém-chegados e moradia temporária para solicitantes de refúgio enquanto aguardam a análise dos seus casos pelo Conare, além de buscarem oferecer auxílio-aluguel por tempo determinado para os casos mais vulneráveis.

20. Em 2011, o Centro de Acolhida da Casp participou da I Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com o Acnur, e da qual surgiu o Grupo de Trabalho de Apoio à Inserção de Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Mercado de Trabalho (GAR). A proposta é que o GAR se reúna mensalmente, objetivando encaminhar as propostas levantadas na oficina, sob a coordenação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo (SERT-SP).

21. Entre essas, vale destacar as parcerias da Casp com as Lojas Pernambucanas, Lojas Eskala e Clovis Calçados.

No campo da educação, destacaram-se medidas de acesso ao ensino de língua portuguesa, que envolveram desde a oferta de vagas em cursos de português (diretamente ou em acordo com instituições de ensino) até o apoio financeiro para pagar o transporte para o local onde as aulas são ministradas.

Paralelamente, foram realizadas ações voltadas à efetivação de matrícula de crianças e adolescentes na rede pública de ensino e encaminhamento para os serviços de saúde e vacinação, em conjunto com os Conselhos Tutelares e a Defensoria Pública e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A concessão de apoio financeiro às famílias com dificuldades econômicas para a aquisição de material escolar e uniforme; a orientação sobre o acesso ao ensino superior;²² e o estabelecimento de parcerias com universidades públicas e privadas para que refugiados e solicitantes de refúgio pudessem ser beneficiados com bolsas de estudos integrais ou parciais são outras iniciativas realizadas no sentido de garantir acesso dos refugiados e solicitantes de refúgio à educação no Brasil.

Complementarmente, observou-se diversidade de ações no sentido de assegurar o acesso dessas pessoas ao sistema público de saúde. As iniciativas envolveram tanto orientações sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) – legislação, configuração, organização e formas de acesso – quanto o encaminhamento para tratamento e o auxílio financeiro para cobrir despesas de traslado entre o domicílio e as unidades prestadoras de serviços de saúde bem como despesas com medicamentos, exames e tratamentos específicos quando não há gratuidade.

Ainda na área da saúde, merece menção a articulação das organizações com hospitais e clínicas – além de drogarias e óticas – no sentido de assegurar o direito básico à saúde para a população de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil.

A parceria da Casp com a rede do Serviço Social do Comércio (Sesc), a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), a Universidade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP) para atendimento odontológico de refugiados e solicitantes de refúgio e a parceria da Carj com o Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)²³ e com a Associação Brasileira de Odontologia (ABO) são apenas dois exemplos da rede montada para o atendimento à saúde de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil.

22. Solicitantes de refúgio e refugiados podem ingressar nas universidades federais de Minas Gerais, do Espírito Santo, Roraima, de São Carlos, de Juiz de Fora e a Universidade Católica de Santos, sem necessidade de vestibular, mediante avaliação educacional e documentação expedida pelo Conare.

23. Disponível em: <http://www.hse.rj.saude.gov.br/jornal_ed6.pdf>.

5.3.3 Inserção e integração local

No que se refere à inserção e integração local, a atuação das organizações da sociedade civil dedicadas à questão do refúgio no país mostrou-se particularmente intensa em temas como documentação e acesso a benefícios sociais, acesso ao mercado de trabalho e geração de renda.

No caso da documentação e do acesso aos benefícios sociais, registraram-se ações de encaminhamento e orientação de refugiados e solicitantes de refúgio para pleitearem os benefícios sociais – tais como Bolsa Família, observados os seus requisitos; e de apoio na obtenção e renovação de documentos nacionais, como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE), o Registro Civil de Nascimento e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), entre outros.

Nesse sentido, merecem menção ainda a disponibilização de recursos para cobertura dos custos com a obtenção de documentos (isto é, taxas e fotos) por solicitantes de refúgio e refugiados sem recursos financeiros; a provisão de auxílio-transporte para a obtenção de documentos nos casos de solicitantes de refúgio e refugiados em condições mais vulneráveis; e a tradução de documentos e apoio na obtenção da residência permanente bem como a naturalização.

As iniciativas referentes à inclusão no mercado de trabalho e à garantia de renda envolveram: orientação e apoio na preparação de currículos para postos ou agências de emprego assim como seu encaminhamento via *e-mail* para cadastros de bancos de dados de empresas de recursos humanos; contatos com empresas de recursos humanos (incluindo o Sistema Nacional de Emprego – Sine e a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – Setrab) e empresas em geral, visando à inserção laboral de solicitantes de refúgio e refugiados; disponibilização de auxílio-transporte para a procura de trabalho para aqueles em situação de maior vulnerabilidade; elaboração de materiais informativos para solicitantes de refúgio e refugiados sobre direitos e deveres trabalhistas; e endereços de empresas de recursos humanos para cadastrarem seus currículos e assim participarem das vagas oferecidas; encaminhamento de solicitantes de refúgio e refugiados para capacitação e cursos profissionalizantes, providenciando, em alguns casos, apoio financeiro para o transporte aos locais dos cursos; elaboração de cartas a serem entregues a possíveis empregadores explicando a legalidade do trabalho para refugiados no Brasil; realização de curso anual de artesanato mediante a assinatura de acordo entre a Carj e o Conare para ampliar as possibilidades de geração de renda;²⁴ tradução de diplomas e documentos escolares de solicitantes de refúgio e refugiados que conseguiram trazer sua documentação de seus países de origem;

24. Com esses cursos, os alunos produzem trabalhos artesanais que ganham a marca da grife REFAZER e são comercializados em diferentes feiras da cidade do Rio de Janeiro.

e apoio e assessoramento no encaminhamento de diplomas de cursos de nível médio e superior para revalidação pelos órgãos públicos responsáveis; equivalência de estudos (com documentação) ou teste de suficiência (sem documentação)²⁵ e solicitação de orientação sobre a continuidade dos estudos.

BOX 9

Imigrantes haitianos no Brasil

No final de 2011, o Conare encaminhou 3,5 mil solicitações de refúgio de nacionais do Haiti ao Comitê Nacional de Imigração (CNIg), possibilitando-lhes a permanência no Brasil por motivos humanitários. A maioria dessas pessoas não se enquadrava como refugiado nos termos da Lei nº 9.474/1997.

No período, houve também apoio ao transporte de imigrantes chegados a Tabatinga (AM), localizada na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil, assim como a Brasileia (AC), na fronteira com a Bolívia, cidades de entrada na região Norte e que experimentam aumento significativo no fluxo migratório a partir de 2011, especialmente por nacionais haitianos. Esses solicitantes de refúgio foram encaminhados para Rio Branco (AC) ou Manaus (AM) para receberem assistência, abrigo, comida, além de informação sobre o processo de solicitação de asilo e integração local por parte da Cáritas Arquidiocesana de Manaus (CAM).

Em janeiro de 2012, o CNIg concedeu visto permanente a nacionais do Haiti com fundamento no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Essa concessão limitava o benefício a até 1,2 mil vistos por ano pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, Haiti.

Os haitianos que já se encontravam no Brasil beneficiaram-se desta resolução e, até o final de 2012, o CNIg tinha concedido 5.550 vistos a haitianos no Brasil e 1,2 mil vistos por meio da Embaixada do Brasil no Haiti. Ao longo de 2012, cidadãos haitianos continuaram a chegar ao Brasil de forma irregular através das fronteiras do norte do país e formalizando a solicitação de asilo. Em 2013, o governo brasileiro concedeu residência permanente a 6.738 haitianos, totalizando 13 mil pessoas no período de análise.

Fontes: CNIg Resolução nº 97, de 13/1/2012; Acnur (2013) e Conare/MJ.
Elaboração: Ipea.

25. A Secretaria Estadual de Educação agiliza a avaliação do comprovante de escolaridade e nível educacional de refugiados(as) e solicitantes de refúgio ao verificar o seu grau de conhecimento em relação aos níveis do ensino fundamental e médio do sistema educacional brasileiro para que possam continuar seus estudos, matriculando-se no grau de ensino adequado.

OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

As operações de manutenção da paz são estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) mediante a adoção de resolução por consenso ou voto afirmativo de pelo menos nove Estados-membros com representação nesse colegiado, entre os quais necessariamente seus membros permanentes.¹

A temática da paz e segurança não pode ser considerada de forma isolada por inscrever-se num plano mais abrangente, onde estão presentes as dimensões relativas ao bem-estar dos povos e as considerações de justiça e democracia (Sardenberg, 2015), daí o entendimento de que as operações de paz das Nações Unidas (ONU) fazem parte de um todo maior – a política internacional.

Este capítulo destina-se a caracterizar a atuação do Brasil nas operações das Nações Unidas para manutenção da paz e segurança internacional, mais especificamente nos esforços multilaterais de encaminhamento e solução pacífica de conflitos armados.

Nesse sentido, apresentam-se inicialmente alguns aspectos gerais da natureza da participação brasileira para, em sequência, apresentarem-se os dispêndios do governo federal, e finaliza-se com a descrição das principais políticas brasileiras para a consolidação da paz.

O Brasil tem se caracterizado pela constante participação nas iniciativas de solução de conflitos e nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, no amparo da Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios que regem as relações internacionais, como a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, a igualdade entre os Estados e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A atuação brasileira contribuiu para a projeção do Brasil como ator global responsável bem como concretizou a solidariedade brasileira com os povos dos países em conflito, além de contribuir para o aperfeiçoamento das tropas brasileiras.

A manutenção da paz

trata das atividades levadas a cabo em terreno, com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis, para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças etc.) e

1. Estados Unidos, França, China, Rússia e Reino Unido.

sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. A partir de 1990, essas operações passaram a ser utilizadas, mormente, em disputas de natureza interna, caracterizadas, muitas vezes, por uma proliferação de atores ou pela falta de autoridade no local (Brasil, 2013).

6.1 Dispendios com operações de manutenção da paz

O Brasil participou de dezesseis missões de paz estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo destinado recursos do governo federal no montante de R\$ 130 milhões (tabela 48).

Esses recursos foram alocados ao programa orçamentário identificado como Participação Brasileira em Operações de Paz e realizados pelas Forças Armadas.

Em dezembro de 2013, conforme dados do Ministério da Defesa, o Brasil mantinha 1.729 militares das Forças Armadas em missões de paz das Nações Unidas, constituindo-se o 19º país dentre os 122 países contribuintes com tropas.²

TABELA 48

Gastos anuais com as missões de paz das Nações Unidas (2011-2013)
(Em R\$)

Missões	2011	2012	2013	Total
Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco)	16.169.750	4.101.830	8.676.194	28.947.775
Operação Híbrida União Africana-Nações Unidas em Darfur (Unamid)	18.828.675	2.553.504	-	21.382.179
Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah)	6.399.802	5.289.894	5.888.255	17.577.951
Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)	2.597.524	6.532.793	4.397.266	13.527.582
Operação das Nações na Costa do Marfim (Unoci)	6.618.758	3.217.744	-	9.836.502
Missão das Nações Unidas no Sudão (Unmis)	5.505.514	3.719.079	-	9.224.592
Missão das Nações Unidas na Libéria (Unmil)	3.449.999	3.969.219	1.484.119	8.903.337
Missão da ONU no Sudão do Sul (Unmiss)	-	5.479.935	-	5.479.935
Gabinete de Apoio das Nações Unidas para a Missão da União Africana na Somália (Unsoa)	1.497.757	3.006.653	-	4.504.410
Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (Unmit)	2.261.706	776.583	-	3.038.289
Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (Unisfa)	-	943.479	1.508.662	2.452.141
Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (Minurcat)	2.047.373	-	-	2.047.373
Força de Observação de Retirada das Nações Unidas (Undof)	393.847	302.583	365.354	1.061.784
Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (Minurso)	718.152	239.857	-	958.009

(Continua)

2. Conforme dados da ONU, o Brasil contribuía, à época, com 1.748 militares e policiais desdobrados, de um total de 98,2 mil militares e policiais à disposição das Nações Unidas. Para mais informações, ver: UN Peacekeeping. Troop and police contributors archive (1990-2014). 2013. *Ranking of military and Police contributions*. Disponível em: <<http://goo.gl/wAJ1os>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

(Continuação)

Missões	2011	2012	2013	Total
Missão de Administração Provisória das Nações Unidas em Kosovo (Unmik)	437.627	131.982	-	569.609
Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (Unficyp)	337.491	115.239	-	452.730
Total	67.263.976	40.380.374	22.319.849	129.964.200

Fontes: Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Seain/MP); Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain/MF); e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).
Elaboração: Ipea.

6.2 Práticas brasileiras para a consolidação da paz

O Brasil foi importante ator no processo de elaboração da arquitetura multilateral relativa ao tema, que tem na Comissão de Consolidação da Paz (CCP), criada em 2005, seu elemento central.

O país é membro do Comitê Organizacional da CCP e preside a Configuração Específica para a Guiné-Bissau desde sua criação, em 2007. Na condição de presidente dessa configuração, o Brasil tem sublinhado a necessidade de um enfoque integrado que abranja não apenas componentes políticos e de segurança, mas também econômicos e sociais.

De fato, essas operações são, na atualidade, a principal forma de ação militar legal e legítima das Nações Unidas para garantir a segurança coletiva.

A importância que o instrumento adquiriu, especialmente após o fim da Guerra Fria, ilustra-se em números: o orçamento da ONU para missões de paz passou de US\$ 230 milhões, em 1988, para US\$ 7,8 bilhões, no período 2013-2014. Esse aumento vertiginoso reflete o fato de que as missões de paz passaram a englobar tarefas cada vez mais complexas, como reconciliação política, fortalecimento de instituições estatais, programas de desarmamento, desmobilização e reinserção social de ex-combatentes, proteção de civis, observação eleitoral, aperfeiçoamento da governança democrática e do Estado de direito e coordenação da ajuda humanitária. No passado, em razão do cenário geopolítico mundial, as missões de paz cumpriam funções importantes, mas menos complexas, limitadas à observação de cessar-fogo e à interposição entre forças combatentes.

Contemporaneamente, as operações de manutenção da paz atuam ao lado das agências, fundos e programas das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), que procuram contribuir, cada um com mandato e orçamento próprios, para a estabilização de países em conflito. Trabalham

também com organizações regionais, como a União Africana, bem como operam ao lado de países doadores e organizações não governamentais.

Até o presente, o Brasil participou de mais de quarenta missões de paz da ONU, mediante o envio de tropas, policiais e especialistas militares, com uma contribuição de mais de 33 mil capacetes azuis. A participação brasileira também se dá no exercício do comando militar de missões, como no caso da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) e na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco); e na composição de forças navais, a exemplo da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

O envolvimento de militares brasileiros em missões de paz da ONU pode se dar de duas maneiras distintas: composição de tropa, quando os militares, com autorização do Congresso Nacional, integram um contingente armado, reunido em módulo de emprego operacional; e em missões individuais, como membros de Estados-Maiores, observadores militares e *staff officers*, não vinculados à tropa brasileira e ao pessoal especializado. As missões de tropa são de seis meses e as individuais, de um ano.

Em dezembro de 2013, o Brasil participava de nove missões de paz: Haiti (Minustah); Líbano (Unifil); Sudão do Sul (United Nations Mission in South Sudan – Unmiss); Costa do Marfim (United Nations Operation in Côte d'Ivoire – Unoci); República Democrática do Congo (Monusco); na região de Abyei, no Sudão-Sudão do Sul (United Nations Interim Security Force for Abyei – Unisfa); Libéria (United Nations Mission in Liberia – Unmil); Chipre (United Nations Peacekeeping Force in Cyprus – Unficyp); e na missão para o referendo no Saara Ocidental (United Nations Mission for a Referendum in Western Sahara – Minurso) (tabela 49).

TABELA 49

Participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU (dez./2013)

Missão	Local	Função	Subtotal (número de indivíduos)	Total (número de indivíduos)
Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (Minurso)	Saara Ocidental	Observador militar	10	10
Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah)	Haiti	Policial	10	1.444
		Tropas	1.434	
Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco)	República Democrática do Congo	Tropas	6	6
Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (Unficyp)	Chipre	Tropas	1	1 (Continua)

(Continuação)

Missão	Local	Função	Subtotal (número de indivíduos)	Total (número de indivíduos)
Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)	Líbano	Tropas	258	258
Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (Unisfa)	Sudão e Sudão do Sul	Observador militar	3	4
		Tropas	1	
Missão das Nações Unidas na Libéria (Unmil)	Libéria	Observador militar	2	5
		Tropas	3	
Missão da ONU no Sudão do Sul (Unmiss)	Sudão do Sul	Policial	5	13
		Observador militar	5	
		Tropas	3	
Operação das Nações na Costa do Marfim (Unoci)	Costa do Marfim	Observador militar	4	7
		Tropas	3	

Fonte: ONU.
Elaboração: Dpaz/MRE.

De acordo com a Divisão de Missão de Paz do Ministério das Relações Exteriores (Dpaz/MRE), foram mobilizados 11.110 homens e mulheres em seis diferentes contingentes brasileiros que atuaram nas operações de paz.

O país procura manter um engajamento permanente nos temas de paz e segurança internacional e nos debates sobre operações de manutenção da paz. O Brasil tem participação ativa em grupos de amigos voltados para a discussão de conflitos específicos, como no caso do Haiti, cujos pareceres influenciam as tomadas de decisão do Conselho de Segurança. Cabe ainda mencionar a importante atuação do Brasil no Comitê Especial de Operações de Paz da ONU (C-34), foro em que são negociadas diretrizes operacionais e conceituais referentes às missões de paz.

Da participação brasileira nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, uma em especial merece atenção, pela destacada contribuição do país: a Minustah.

6.2.1 O Brasil e a missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti

O Brasil mantém-se como o maior contribuinte de tropas da Minustah. A missão tem seu comando militar exercido, desde seu princípio (2004), por general brasileiro. Entre as tropas, há engenheiros, médicos e enfermeiros brasileiros que desempenham importantes tarefas, inclusive de cunho social.

No que se refere ao mandato da Minustah, o Brasil tem procurado garantir que sejam incluídos aspectos-chave para a paz no Haiti, tal como o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento do Estado. Nesse sentido, tem contado com o apoio brasileiro na inclusão, no mandato da missão, de programas de rápido im-

pacto na área social, como a construção de escolas e hospitais e projetos na área de redução da violência em comunidades. O orçamento da Minustah reservado para tais atividades passou de US\$ 3 milhões, em 2009-2010, para US\$ 7,5 milhões, em 2010-2011 e 2011-2012.

No âmbito da missão, militares brasileiros promoveram ações socioculturais na reconstrução do país, atingido por terremoto em 2010, destinadas a apoiar as comunidades mais necessitadas, cabendo registrar:

- sessões de cinema ao ar livre para mais de 6 mil haitianos, muitos dos quais pela primeira vez;
- distribuição de mais de 2 milhões de litros de água tratada nas bases; 2 mil *kits* de material escolar, com cadernos, livros, caneta, lápis e borracha; além de mobiliário escolar em 2013; e
- palestras sobre higiene pessoal, prevenção do câncer de mama, doenças sexualmente transmissíveis, aleitamento materno e o papel da mulher na sociedade haitiana, beneficiando cerca de 3 mil pessoas (ONUBR, 2013).

As ações desempenhadas pelos militares brasileiros têm colaborado também para a redução da violência em áreas bastante vulneráveis do Haiti. De acordo com o general brasileiro Edson Leal Pujol, a melhoria na situação de segurança possibilitou que, em 2013, o Brasil retirasse do país um de seus batalhões, mantendo, porém, objetivo de fortalecer a Polícia Nacional do Haiti, aumentando seu efetivo, sua especialização e a melhoria do equipamento.

GASTOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Este capítulo caracteriza os gastos da União com a efetivação do pagamento de compromissos financeiros assumidos pelo governo federal brasileiro junto a organismos, entidades e fundos internacionais nos exercícios fiscais de 2011, 2012 e 2013 no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

Essas transferências totalizaram R\$ 1,6 bilhão no período estudado, sendo equivalentes a US\$ 836 milhões, e correspondem aos dispêndios com contribuições regulares (41,8%), fundos de desenvolvimento (56,7%) e tribunais internacionais (1,5%) (tabela 50).

Parte significativa dessas contribuições destinou-se a cobrir parcela do custeio de organismos internacionais dos quais o país é membro, constituindo-se por essa razão em contribuição regular.

O Brasil transferiu recursos voluntariamente para as Nações Unidas, cujos registros encontram-se nos capítulos deste livro que tratam da cooperação humanitária, proteção e apoio a refugiados e missões de manutenção da paz. Esses dispêndios corresponderam a contribuições efetivadas em observância aos normativos que as regulam e que condicionam o gasto à existência de previsão estatutária específica, bem assim que o estatuto do organismo tenha sido incorporado ao ordenamento jurídico do país.

Esses gastos foram ocasionais, ocorreram de acordo com a vontade de um ou mais entes da administração pública, em vista de seu entendimento com relação à conveniência e oportunidade de efetuar uma contribuição específica a uma organização da qual o Brasil é membro.

Os dados dos gastos com organismos internacionais aqui referidos tiveram como fonte os registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da administração pública direta federal, das autarquias, fundações, empresas públicas federais e sociedades de economia mista que estiverem contempladas no orçamento fiscal, e foram disponibilizados pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seain/MP) e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – Sain/MF (tabela 50).

TABELA 50

Gastos do governo federal com organismos internacionais (2011-2013)
(Em R\$1)

Gastos	2011	2012	2013	Total
Contribuições regulares	207.885.839	209.421.082	248.966.095	666.273.015
Fundos de desenvolvimento	337.280.761	270.081.329	296.772.311	904.089.402
Tribunais internacionais	10.201.604	10.923.748	3.413.128	24.538.680
Total	555.368.404	490.426.159	549.106.534	1.594.901.097

Fontes: Seain/MP e Sain/MF.

Elaboração: Ipea.

Os dispêndios totais anuais do governo federal com organismos internacionais apresentaram uma redução de 1,2% nos valores correspondentes aos anos extremos do período. Constatou-se ainda um decréscimo de 20% dos gastos com fundos de desenvolvimento do primeiro para o segundo ano, justificando a tendência observada (tabela 50).

O governo federal realizou diversas outras contribuições voluntárias que não estão incluídas neste estudo por não integrarem a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, em razão de prevalecer sua aplicação no próprio país.

7.1 Contribuições regulares a organismos internacionais

As contribuições regulares ou obrigatórias são constituídas por colaborações previstas no estatuto, convenção ou tratado constitutivo do organismo, com a finalidade de custear as atividades e as despesas de manutenção dos organismos.

Cumpre registrar que a gestão da relação do Brasil com os organismos internacionais que integra é de responsabilidade dos entes setoriais da administração pública federal, que se constituem em órgãos de enlace do Brasil. A administração dos pagamentos das contribuições é efetuada pela Seain/MP.

Especificamente, a Seain/MP é responsável pela elaboração da programação orçamentária referente às contribuições financeiras a organismos internacionais e por analisar e instruir o processo de pagamento destas, conforme encaminhamento de informações e solicitação de pagamento de contribuição por parte dos entes da administração pública responsáveis pela gestão da relação do Brasil com os organismos.

Além disso, compete-lhe manifestar-se formalmente sobre novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais e aumentos reais nas contribuições existentes em relação ao período precedente, em vista de processo prévio de apreciação orçamentária pelo MP, considerando a realidade orçamentária e financeira do país.

O Brasil destinou R\$ 666 milhões para 181 organismos internacionais nessa modalidade de contribuição durante o período estudado. Em face do elevado número de beneficiários, optou-se por caracterizar dezesseis dessas contribuições, que, juntas, representaram 41,2% do valor total (tabela 51).

TABELA 51

Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições regulares (2011-2013)
(Em R\$ 1,00)

Gastos	2011	2012	2013	Total
Orçamento regular da Organização das Nações Unidas (ONU)	63.362.513	74.428.005	82.251.512	220.042.031
Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)/MS	12.412.463	12.626.366	24.242.901	49.281.730
Organização Mundial de Saúde (OMS)/Ministério da Saúde (MS)	12.529.809	-	31.457.202	43.987.011
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)/Ministério da Relações Exteriores (MRE)	698.074	740.771	39.801.703	41.240.548
Organização dos Estados Americanos (OEA)/MRE	10.653.559	15.583.115	9.757.010	35.993.685
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)/MRE	3.158.374	7.765.637	7.621.025	18.545.037
Capital Master Plan ONU – renovação sede	5.036.626	12.626.366	-	17.662.991
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)/MRE	3.787.548	4.421.747	8.769.124	16.978.419
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Ilica)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	3.693.064	3.796.149	6.323.017	13.812.229
Organização Mundial do Comércio (OMC)/MRE	3.942.241	3.969.088	5.836.360	13.747.689
Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Mapa)	4.243.949	4.383.773	4.893.295	13.521.016
Organização Mundial de Meteorologia (OMM)/Mapa	1.969.701	2.096.521	2.194.169	6.260.391
Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci)/Ministério da Defesa	1.106.581	1.419.189	2.210.976	4.736.746
União Internacional de Telecomunicações (UIT)/Ministério das Comunicações	-	2.062.447	2.053.637	4.116.084
Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)/Ministério da Educação	-	1.955.577	2.082.908	4.038.485
Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol-França)/Ministério da Justiça	-	-	1.651.674	1.651.674
Outras contribuições	81.291.335	61.546.333	248.966.095	391.803.762
Total	207.885.839	209.421.082	248.966.095	666.273.015

Fontes: Seain/MP, Sain/MF e Siafi.

Elaboração: Ipea.

Considerando-se as contribuições feitas à ONU, Opas e OMS no período, estes três organismos internacionais receberam R\$ 331 milhões, cerca de 49,7% do total. Durante o período 2011-2013, o Brasil ficou inadimplente com algumas dessas contribuições regulares, o que fica registrado pela ausência de valores na tabela 51.

7.2 Contribuições a fundos multilaterais de desenvolvimento

Os fundos multilaterais de desenvolvimento recebem contribuições financeiras dos países constituintes a fim de realizar doações e empréstimos (concessionais¹ em sua grande maioria) e prover assistência técnica.

As contribuições do Brasil para fundos multilaterais de desenvolvimento apresentadas neste livro limitam-se àquelas efetuadas para fundos dos quais o país não recebeu recursos no período, seja na forma de doações, seja na de empréstimos. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) constitui a única exceção a esse critério, devido às suas especificidades, conforme explicação adiante (tabela 52).

A Seain/MP e a Sain/MF são responsáveis pela gestão da relação do Brasil com os fundos multilaterais de desenvolvimento dos quais o país participa. Essa responsabilidade inclui a participação na definição da estratégia de atuação dos diversos fundos para potencializar seu impacto na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento global, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo, a definição dos montantes de contribuição do Brasil e a sua efetivação mediante a realização dos aportes correspondentes.

As contribuições realizadas no período 2011-2013 que se enquadraram no escopo deste livro referem-se à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), do Grupo do Banco Mundial, ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul, ambos integrantes do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, ao Fundo de Operações Especiais (FOE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e ao Focem, que integra o Mercosul (tabela 52).

TABELA 52

Contribuições anuais para fundos multilaterais de desenvolvimento (2011-2013)
(Em R\$ 1,00)

Fundos	2011	2012	2013	Total
Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – Grupo Banco Mundial	157.178.100	400.000	136.226.130	293.804.230
Fundo Africano de Desenvolvimento	1.674.600	851.166	12.982.695	15.508.461
Fundo Sul-Sul de Cooperação	1.674.600	5.865.000	4.321.000	11.860.600
Fundo de Operações Especiais (FOE) – Grupo BID	-	11.279.421	24.930.118	36.209.539
Focem obrigatório	117.222.000	107.894.777	31.998.854	257.115.631
Focem voluntário	59.531.461	143.790.966	86.268.514	289.590.941
Total	337.280.761	270.081.329	296.727.311	904.089.402

Fontes: Seain/MP, Sain/MF e Siafi.
Elaboração: Ipea.

1. Empréstimos concessionais têm condições muito mais favoráveis que aquelas dos empréstimos em termos ordinários, que possuem as condições-padrão oferecidas pela instituição. Os empréstimos concessionais usualmente apresentam taxas de juros substancialmente baixas, e, em alguns casos, estão isentos de juros, além de os prazos para amortização serem notadamente longos.

A monta dos recursos providos pelo Brasil à AID se destaca ante aqueles providos a outras instituições e veículos de ajuda e cooperação internacional. Em 2011, as contribuições brasileiras² totalizaram R\$ 157.178.100; em 2012, R\$ 400 mil; e em 2013, R\$ 136.226.130. Com esses recursos, o país segue entre os cinco maiores contribuintes entre os países em desenvolvimento.

A AID é o maior mecanismo multilateral de ajuda a países pobres e principal veículo canalizador de recursos de cooperação e ajuda externa brasileira.

Deve ser destacado o papel da AID para alívio do peso da dívida externa sobre países de menor desenvolvimento relativo, mediante a Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (Heavily Indebted Poor Countries – HIPC) e a Iniciativa Multilateral para Alívio da Dívida (Multilateral Debt Relief Initiative – MDRI).

Os recursos da AID provêm de recomposições periódicas, realizadas pelos países doadores, do pagamento dos empréstimos antigos e da transferência de parte da renda líquida do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e da Corporação Financeira Internacional (CFI), braço do Grupo Banco Mundial para apoio ao setor privado.

Além das contribuições financeiras, o Brasil se destaca pela atuação nos grupos de trabalho estabelecidos com vistas a discutir o futuro da AID. O representante do país assumiu, no período 2011-2013, as atribuições de copresidente do Grupo de Trabalho sobre a Reforma da Governança da AID, ao lado de representantes de Djibuti, França e Holanda.

A atuação do país nesse grupo de trabalho caracterizou-se pelo encaminhamento de propostas de medidas que aumentassem a legitimidade e a eficiência da AID, contribuindo para que as estratégias definidas pela associação fossem crescentemente alinhadas às necessidades dos países receptores.

O FAD é a janela concessional do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, do qual o Brasil é membro. O FAD atende aos quarenta países de menor desenvolvimento relativo da África mediante a concessão de empréstimos concessionais, com condições mais favoráveis que aquelas oferecidas pelo Banco Africano de Desenvolvimento, para o financiamento de projetos e programas, além da concessão de recursos para iniciativas de alívio de dívidas externas e de provisão de assistência técnica para estudos e atividades de desenvolvimento de capacidades relevantes para a redução da pobreza e para o desenvolvimento econômico e social.

Os recursos do fundo provêm da transferência de recursos gerados internamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento e de recomposições periódicas

2. Os compromissos brasileiros junto à AID são assumidos em *reais* (R\$) e sua equivalência com dólares norte-americanos (US\$) deve ser feita de acordo com tabela de conversão fixada a cada exercício de recomposição para os respectivos recursos comprometidos. Sendo assim, eventuais dados em dólares poderão não corresponder à conversão direta do montante em reais para dólares à taxa média anual.

de recursos, geralmente a cada três anos, realizadas pelos países doadores. Além do Brasil, outros 26 países têm contribuído para o FAD. O Brasil contribuiu com R\$ 15,5 milhões no período. Reiterando seu apoio ao FAD, em 2013 o Brasil foi o único país latino-americano a assumir compromisso de contribuição à décima terceira recomposição de recursos do fundo.

O Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul foi criado pelo Brasil junto ao Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento com o intuito de estabelecer uma estrutura para incrementar o compartilhamento de tecnologia, conhecimento e recursos entre os países em desenvolvimento em benefício dos países-membro regionais do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento. Para este fim, o Brasil se dispôs a efetuar uma contribuição total de US\$ 6 milhões entre 2011 e 2013, tendo contribuído efetivamente com R\$ 11,8 milhões ao longo do período. Até o final de 2013, quatorze projetos custeados com recursos doados pelo Fundo Fiduciário haviam sido aprovados nas áreas de agricultura, desenvolvimento do setor privado, energia e meio ambiente, governança, saúde e desenvolvimento social.

O Fundo de Operações Especiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é responsável pela realização de operações especiais, visando cumprir o objetivo do BID de contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo dos países-membros regionais em vias de desenvolvimento.

Nesse sentido, os recursos do FOE são destinados à realização de empréstimos concessionais aos países de menor desenvolvimento relativo da América Latina e do Caribe. Atualmente, os países que têm acesso aos recursos do FOE são Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua, além de Guatemala e Paraguai, que têm acesso aos recursos do fundo e aos recursos do capital ordinário do BID. O Haiti também já recebeu empréstimos concessionais do FOE, mas desde 2007 tem recebido exclusivamente doações do Fundo Não Reembolsável do BID. No período contemplado neste estudo, o Brasil realizou contribuições ao FOE de R\$ 36,2 milhões.

O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul foi criado com o objetivo de custear programas para promover a convergência estrutural entre os países-membros do Mercosul, desenvolver a competitividade, promover a coesão social, especialmente das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do grupo de países, e apoiar o fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração regional.

A Decisão Mercosul/CMC/DEC nº 18/05³ estabeleceu um aporte total anual para os países-membro de US\$ 100 milhões, cabendo ao Brasil aportar 70% deste total, e à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai, 27%, 2% e 1%, respectivamente. Por sua vez, a distribuição dos recursos, em caráter de doação, ficou estabelecida

3. Para mais informações, ver: <<http://goo.gl/VRhWV6>>.

em 48% para o Paraguai, 32% para o Uruguai, 10% para a Argentina e 10% para o Brasil.

Tendo em vista essas disposições, o Brasil tem o compromisso de aportar anualmente US\$ 70 milhões, podendo receber até US\$ 10 milhões, o que constitui um aporte líquido de US\$ 60 milhões. Face a essas características, incluiu-se a contribuição ao Focem no relatório Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi).

No período 2011-2013 foram efetuadas contribuições ao Focem no montante de R\$ 257,1 milhões.

Além disso, o Brasil realizou, no âmbito do Focem e em caráter voluntário, contribuições totalizando R\$ 289,5 milhões entre 2011 e 2013 para o projeto de construção no Paraguai da Linha de Transmissão de 500 kW Itaipu – Vila Hayes, aprovado pela Decisão Mercosul/CMC nº 07/10,⁴ com sua execução a cargo da Itaipu Binacional.

7.3 Gastos com tribunais internacionais

O governo brasileiro destinou, entre 2011 e 2013, R\$ 24,5 milhões para os seguintes tribunais internacionais com os quais mantém relações: International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR); International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (Icty); International Residual Mechanism for Criminal Tribunals (IRMCT); e International Criminal Court – ICC (tabela 53).

TABELA 53
Gastos com tribunais internacionais (2011-2013)
(Em R\$ 1,00)

Tribunais internacionais	2011	2012	2013	Total
ICTR	1.975.012	1.476.469	3.413.128	6.864.608
Icty	2.522.147	2.295.233	-	4.817.379
IRMCT	-	447.152	-	447.152
ICC/Tribunal Penal Internacional (TPI)	5.704.645	6.704.895	-	12.409.541
Total	10.201.804	10.923.748	3.413.128	24.538.680

Fonte: Seain/M, Sain/MF e Siafi.
Elaboração: Ipea.

Os gastos com tribunais internacionais sofreram uma forte redução (da ordem de 74,07%) no período 2011-2013, tendo restado o Tribunal Penal Internacional para Ruanda como o único destinatário durante ano de 2013 (tabela 53).

4. Para mais informações, ver: <<http://goo.gl/rNAnqR>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação do terceiro levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) consolida a metodologia de levantamento e de sistematização dos dados referentes à atuação do Brasil no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

A experiência acumulada com a realização dos estudos da Cobradi durante esses últimos sete anos (2010-2016) evidencia que o governo federal reúne condições técnicas para monitorar e avaliar suas políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento.

A proposta metodológica do estudo orientou-se, inicialmente, para mensurar gastos do governo federal e sua segmentação segundo modalidades internacionais (Ipea, 2010), agregando, posteriormente, a apresentação segundo sua organização por região (Ipea, 2013).

Esta edição com os registros da cooperação realizada no período 2011-2013 explorou o que de fato o Brasil realizou e acrescentou ao método a abordagem inédita das práticas levadas aos países estrangeiros ou realizadas no país, mas amparadas na noção de desenvolvimento internacional – como a proteção aos refugiados e a concessão de bolsas de estudo.

Trata-se de exercício que buscou compreender como se configura a atuação das instituições brasileiras no âmbito da CID, mediante a descrição e explicação das diversas e diferentes formas de intercâmbio, visando identificar padrões, características e elementos para aperfeiçoamento das políticas públicas.

O esforço, ainda incipiente, projeta um caminho a ser explorado no estudo e na análise da Cobradi, em particular quando se busca a compreensão dos processos de transferência e difusão de políticas públicas brasileiras e de práticas bem-sucedidas originadas no Brasil.

Pensar o estudo da Cobradi é tarefa árdua, tendo-se em vista que a cooperação não se faz apenas no marco normativo dos acordos e compromissos assumidos, mas se realiza, também, mediante a mobilização de um alentado número de órgãos públicos e privados, em diferentes instâncias administrativas, configurando um arranjo institucional complexo e quase sempre desarticulado.

Oferecer ao público uma leitura estruturada dessa realidade complexa e fragmentada tem sido tarefa a mobilizar os pesquisadores do Ipea, exigindo empenho e engenho para a formulação de uma síntese minimamente articulada, que permita dar a conhecer a contribuição do país na promoção do desenvolvimento internacional.

Mais do que um exercício de transparência, porém, o levantamento e a sistematização das informações referentes à Cobradi têm instigado uma constante reflexão sobre as práticas brasileiras no campo da CID, o que se reflete tanto na evolução do método quanto nas possibilidades que se apresentam para a continuação dos estudos no futuro.

Conscientes de que não caberia tratar exaustivamente de cada etapa do processo de levantamento e das lições aprendidas ao longo deste, optou-se por focar nessas considerações finais algumas das constatações feitas a partir da experiência acumulada nesses sete anos de levantamento, abordando-se sucintamente as restrições que se mantêm e acrescentando-se recomendações que subsidiem os próximos estudos da Cobradi.

Os estudos realizados até o momento evidenciam que o registro dos gastos realizados não é suficiente para explicitar o que foi feito na Cobradi, tampouco o é a abordagem fragmentada segundo projetos.

Os esforços envidados até o momento indicam a adequação de se explorar mais amplamente, já a partir do Cobradi 2014-2015, tanto o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) quanto o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) como ponto de partida para a captura dos gastos do governo.

Nesse sentido, este levantamento contribuiu para evidenciar a possibilidade do uso de sistemas eletrônicos já existentes na administração pública federal para a captura dos gastos com a cooperação internacional brasileira.

Informações complementares e detalhamento da execução dos gastos realizados pelos órgãos envolvidos com a Cobradi seriam buscados a partir da informação básica já constante desses sistemas, invertendo-se a lógica que orientou a elaboração dos estudos realizados até o momento.

Cumprir observar que todos os registros feitos nesta edição foram originalmente levantados pelos órgãos executores da cooperação, analisados pelo Ipea e referendados pelos seus interlocutores, numa evidente demonstração de abertura e receptividade.

O aprimoramento da coleta dos dados e as dificuldades encontradas ao longo do levantamento, no entanto, deixaram patente a necessidade de formalizar um processo que tem sido conduzido, até o momento, por meio da colaboração voluntária e da mobilização de parceiros nos diversos órgãos do governo federal.

É significativo, nesse sentido, que, apesar do interesse em transformar o relatório Cobradi em publicação anual – manifestado desde a publicação de sua primeira edição, em 2010 –, não tenha sido possível estabelecer uma periodicidade

nas publicações, haja vista a informalidade do processo de consecução dos dados junto aos variados órgãos da administração federal.

A institucionalização do *Relatório Cobradi* como um levantamento anual mandatário aos órgãos do governo federal contribuiria sobremaneira para a superação de muitos dos entraves encontrados até o momento, facilitando, entre outras coisas, o estabelecimento de uma periodicidade para a publicação dos dados sobre a cooperação brasileira, fortalecendo ainda mais o elemento de transparência.

A discussão é particularmente oportuna no momento em que o governo federal, mediante a criação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais, dispõe-se a “realizar o acompanhamento e avaliar o impacto orçamentário e financeiro da participação da República Federativa do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais” (Brasil, 2016, art. 3º, inciso I), contemplando, entre outras atribuições, a proposição de “medidas para a melhoria do desempenho da execução orçamentária e financeira das contribuições a organismos, entidades e fundos internacionais e das integralizações de cotas de organismos” (Brasil, 2016, art. 3º, inciso II).

Nesse sentido, é digno de nota que, desde sua primeira edição, o *Relatório Cobradi* tem se dedicado a apresentar os gastos do governo brasileiro com organismos internacionais, contribuindo para uma reflexão sobre a participação do país nessas organizações.

Ainda sobre os gastos do governo brasileiro com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, é ilustrativo que, quando se abordam, por exemplo, os dispêndios com a proteção e o apoio a refugiados, o estudo se tenha limitado às dotações do Orçamento da União ao Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), que não totalizam os gastos realizados no período.

As políticas governamentais destinadas à execução das ações necessárias à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados e solicitantes de refúgio mobilizam ministérios, entidades da sociedade civil e organismos internacionais, como ficou demonstrado, por exemplo, no capítulo 5 deste estudo.

Constata-se, assim, que a Cobradi não se restringe às práticas executadas pela administração pública federal, cabendo acrescentar práticas realizadas por órgãos estaduais, municipais, organizações da sociedade, organizações religiosas, projetos da iniciativa privada, fundos internacionais etc.

A inclusão no levantamento de dados e informações da Cobradi dos registros referentes a gastos e ações realizadas por outros órgãos governamentais com atendimento a estrangeiros – como o Sistema Único de Saúde (SUS) e as secretarias de educação –, além da incorporação de informações sobre a atuação de organizações

religiosas, organizações não governamentais (ONGs), órgãos municipais e estaduais, associações, fundações e empresas privadas – com participação crescente no tratamento do tema –, teve seu alcance limitado no caso da proteção e apoio aos refugiados, por exemplo, pelo viés adotado, com foco no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e nos gastos do governo federal.

Situação semelhante pode ser encontrada em outras modalidades – como na cooperação educacional, por exemplo, que conta com ampla participação de instituições de ensino públicas e privadas, federais, estaduais e municipais para sua execução; na cooperação científica e tecnológica, que se realiza com a participação de instituições de pesquisa, da academia e de empresas privadas; nas operações de manutenção da paz, com a presença de ONGs brasileiras em paralelo à atuação das tropas do país –, o que confirma a limitação de se buscar a compreensão da Cobradi exclusivamente pelo viés do gasto e da atuação dos órgãos do governo federal.

Nesse contexto, se o mandato do Ipea restringe a captura dos gastos àqueles realizados pela União, no que se refere às práticas, abordar a ampla rede que se estabelece a partir da atuação do governo federal é empreitada promissora que muito contribuiria para a compreensão da Cobradi.

Como ponto de partida, vislumbra-se a possibilidade de, junto aos órgãos envolvidos na implementação direta da cooperação brasileira, buscar informações atinentes às práticas da Cobradi, concentrando esforços na descrição do *modus operandi* e dos conteúdos, conhecimentos e técnicas compartilhados internacionalmente pelo Brasil com vistas à promoção do desenvolvimento.

Abrir-se-ia a partir daí um vasto leque de oportunidades para explorar analiticamente a atuação dos mais variados entes, públicos e privados, nacionais, estaduais ou municipais, na materialização da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional, sob a ótica da cooperação.

Este terceiro *Relatório Cobradi* buscou apresentar, nesse sentido, uma leitura da cooperação brasileira que considerasse as práticas dos mais diversos órgãos da administração pública federal, partindo, sempre que possível, das políticas públicas que fundamentam a atuação brasileira no campo da CID, servindo como ponto de partida e unidade de análise da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional.

Os levantamentos realizados até o momento consolidaram, a propósito, a percepção de inadequação da adoção das modalidades tradicionais para o estabelecimento de uma imagem precisa da cooperação internacional promovida pelo Brasil.

Se, por um lado, a manutenção dos rótulos tradicionais possibilita certo grau de comparabilidade com outras iniciativas internacionais no campo da cooperação para o desenvolvimento, por outro lado, ela limita a compreensão daquilo que de

fato é feito pelo país, não dando margem a nuances e à transversalidade inerente às várias práticas difundidas pela Cobradi.

Sugerindo que se parta de uma lógica de compartilhamento de experiências bem-sucedidas originadas no Brasil, este levantamento aponta para a adoção de um viés centrado em conhecimentos e práticas capaz de capturar a força e a singularidade da contribuição brasileira, sem prejuízo de uma leitura que se possa fazer por meio de modalidades tradicionais.

Tome-se, por exemplo, o tema da pesquisa agropecuária. Realizada majoritariamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional decorrente dos avanços nacionais na área foi enquadrada na cooperação técnica, quando implementada em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); e na cooperação científica e tecnológica, quando envolveu o desenvolvimento de novos produtos e patentes; e teve impacto, pode-se argumentar, na cooperação educacional, quando implicou a busca de formação na área em instituições brasileiras.

O pagamento de bolsas a estrangeiros também é evidência da transversalidade comum a várias práticas da Cobradi. Enquadrada na cooperação educacional, quando de estudo, e na cooperação científica e tecnológica ou na cooperação técnica, quando de pesquisa, a concessão de bolsas é uma prática brasileira que pode contribuir para o desenvolvimento internacional, embora seu enquadramento nas modalidades internacionais não seja simples nem linear.

Esses são apenas alguns exemplos que corroboram a percepção da adequação de uma leitura centrada em práticas e desvinculada da necessária adoção das modalidades tradicionais.

O uso de instituições públicas (ou mesmo privadas) de ensino para a execução das bolsas (sem falar na própria oferta de vagas) e o caráter individual dos beneficiários suscitam, ademais, dúvidas sobre a adequação de categorias tradicionais, como cooperação bilateral ou multilateral, haja vista o envolvimento de atores subnacionais (como as universidades), o engajamento individual dos contemplados e a enorme dispersão verificada tanto na concessão quanto na execução das bolsas.

Exemplos de descompasso entre tais modalidades e as práticas brasileiras estão presentes nos mais variados capítulos do atual estudo, suscitando questões que deverão ser abordadas nas próximas publicações.

Na abordagem da cooperação humanitária, por exemplo, a maioria dos dispêndios do governo brasileiro se direciona para organizações internacionais, permitindo uma leitura da modalidade a partir do fortalecimento do sistema multilateral humanitário. Apesar da grande participação multilateral, parte destes gastos é voluntário, permitindo a identificação do destino, das parcerias dos

interesses da política externa brasileira. Assim, observa-se que o governo cooperou, em perspectiva humanitária, nas questões relacionadas à Palestina – contribuições financeiras para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (Unrwa); nas políticas de segurança alimentar e nutricional – da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); na ideia de cooperação humanitária estruturante – projeto Purchase from Africans for Africa (PAA Africa); e na doação de alimentos para fins emergenciais – via Programa Mundial de Alimentos (PMA); denotando certo grau de seletividade em sua opção pelo multilateralismo – e impondo uma reflexão sobre a própria natureza deste.

Outro exemplo desse descompasso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atua na cooperação internacional, mas não participa do desenho da modalidade humanitária, apesar de ser um dos principais atores brasileiros no campo da segurança alimentar e nutricional (SAN). Participa, contudo, da cooperação técnica, compartilhando práticas que objetivam a criação de resiliência nas comunidades e a quebra do círculo de crises alimentares.

As dificuldades de compilação e tratamento dos dados referentes à Cobradi podem ser exemplificadas, também, pela composição da modalidade cooperação técnica. Carregando um dos desenhos mais complexos do ponto de vista organizacional e orçamentário, a cooperação técnica padece da falta de uma política pública para a cooperação internacional brasileira, o que se traduz na multiplicidade de atores envolvidos e nos desafios ligados à coordenação de todo este aparato pela ABC. Vale lembrar que alguns atores executam a cooperação técnica para além dos recursos técnicos e gerenciais da ABC, alcançando quase a metade dos gastos da modalidade.

Assim, consolida-se a convicção de que um retrato mais preciso da Cobradi somente será possível a partir da formulação de categorias próprias, que, derivadas da prática brasileira, possibilitem acessar conteúdos, conhecimentos e técnicas compartilhados pelo Brasil com vistas à promoção do desenvolvimento internacional.

Interessante notar, também, que a experiência brasileira retratada em modalidades como cooperação científica e tecnológica (capítulo 3) impõe refletir sobre o discurso predominante, que tende a limitar a cooperação brasileira a uma leitura política, associando-a à Cooperação Sul-Sul (CSS). Não se trata aqui de desconstruir um tal discurso, mas apenas de reconhecer que, por sua diversidade, seu alcance e sua complexidade, a Cobradi extrapola os limites tradicionalmente impostos pelo discurso político – que tende a resumi-la à CSS.

Nesse particular, a compilação e sistematização de dados sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional realizada pelo Ipea – e que tem fundamentado os estudos Cobradi – poderia se constituir em subsídio para a

formação e disponibilização de um banco de dados sobre o tema, facilitando seu acesso pelos mais variados setores do governo, da academia e da sociedade civil.

A criação de um banco de dados da Cobradi teria, assim, a vantagem de possibilitar a pesquisadores, acadêmicos e servidores públicos a elaboração de leituras próprias da cooperação realizada pelo Brasil, ampliando o debate público sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016. Cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/m2oRYd>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2005- 2009. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/yNNCgL>>.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**: 2010. 2. ed. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/6uatMe>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estado Maior Conjunto das Forças Armadas**. Manual de operações de paz. 3. ed. Brasília: 2013, p. 14-15.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Missão de paz da ONU no Haiti tem ‘tonalidade diferente’, avalia general brasileiro. **ONUBR**, 29 maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ZHqKu1>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

SARDENBERG, R. Prefácio à segunda edição. In: UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. 2. ed. Brasília: Funag, 2015.

APÊNDICE

LISTA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

1. Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
2. Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
3. Agência Espacial Brasileira (AEB)
4. Agência Nacional de Águas (ANA)
5. Agência Nacional de Aviação (Anac)
6. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
7. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
8. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
9. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)
10. Assessoria de Assuntos Internacionais (Aisa/MS)
11. Banco Central do Brasil (BCB)
12. Caixa Econômica Federal (CAIXA)
13. Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (Casp)
14. Cáritas Arquidiocesana do Rio Janeiro (Carj)
15. Casa Civil
16. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)
17. Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac)
18. Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)
19. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)
20. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
21. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
22. Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome)
23. Departamento de Polícia Federal (DPF)
24. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/MJ)

25. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
26. Divisão de Paz e Segurança Internacional (DPAZ)
27. Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE)
28. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)
29. Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)
30. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
31. Escola de Administração Fazendária (Esaf)
32. Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
33. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
34. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
35. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
36. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
37. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)
38. Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)
39. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
40. Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
41. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
42. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
43. Instituto Nacional de Câncer (Inca)
44. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
45. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (Inep)
46. Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)
47. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)
48. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)
49. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)
50. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)
51. Instituto Rio Branco (IRBr)
52. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

53. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
54. Ministério da Cultura (MinC)
55. Ministério da Defesa (MD)
56. Ministério da Educação (MEC)
57. Ministério da Fazenda (MF)
58. Ministério da Justiça e Cidadania (MJ)
59. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
60. Ministério da Previdência Social (MPS)
61. Ministério da Saúde (MS)
62. Ministério das Cidades (MCidades)
63. Ministério das Comunicações (MC)
64. Ministério das Relações Exteriores (MRE)
65. Ministério de Minas e Energia (MME)
66. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)
67. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
68. Ministério do Esporte (ME)
69. Ministério do Meio Ambiente (MMA)
70. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
71. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
72. Ministério do Turismo (MTur)
73. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MT)
74. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (Setec)
75. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)
76. Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
77. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)
78. Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Seed)
79. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB)
80. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)
81. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)

82. Secretaria de Segurança Presidencial (SSP)
83. Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS)
84. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap)
85. Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir)
86. Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)
87. Secretaria de Governo (SG)
88. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)
89. Secretaria Nacional de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS)
90. Secretaria Nacional de Recursos Hídricos (SRH)
91. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp)
92. Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
93. Universidade de São Paulo (USP)

LISTA DE PAÍSES

Observação: Ao longo do texto, optou-se por privilegiar o registro original das fontes. Daí que, na indicação local (país, continente ou região), haja registro tanto de países (lista a seguir) quanto de grupamentos de países (como Caricom ou Cotton-4) e regiões (como América do Sul). Observe-se, ainda, que os registros de Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido foram mantidos, também em conformidade com as fontes, e que o México foi registrado como país da América Latina nos quadros e tabelas, embora se encontre, geograficamente, na América do Norte. Note-se, finalmente, a existência do registro França (Guiana Francesa) ao longo do texto.

ÁFRICA

1. África do Sul
2. Angola
3. Argélia
4. Benim
5. Botswana
6. Burkina Faso
7. Burundi
8. Cabo Verde

9. Camarões
10. Chade
11. Costa do Marfim
12. Egito
13. Eritreia
14. Etiópia
15. Gabão
16. Gâmbia
17. Gana
18. Guiné
19. Guiné-Bissau
20. Guiné Equatorial
21. Ilhas Maurício
22. Lesoto
23. Libéria
24. Líbia
25. Madagascar
26. Malauí
27. Mali
28. Marrocos
29. Mauritânia
30. Moçambique
31. Namíbia
32. Níger
33. Nigéria
34. Quênia
35. República Centro-Africana
36. República do Congo

- 37. República Democrática do Congo
- 38. Ruanda
- 39. Saara Ocidental
- 40. São Tomé e Príncipe
- 41. Senegal
- 42. Serra Leoa
- 43. Somália
- 44. Suazilândia
- 45. Sudão
- 46. Sudão do Sul
- 47. Tanzânia
- 48. Togo
- 49. Tunísia
- 50. Uganda
- 51. Zâmbia
- 52. Zimbábue

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

- 53. Antígua e Barbuda
- 54. Bahamas
- 55. Barbados
- 56. Belize
- 57. Costa Rica
- 58. Cuba
- 59. Dominica
- 60. El Salvador
- 61. Granada
- 62. Guatemala
- 63. Haiti

- 64. Honduras
- 65. Jamaica
- 66. Nicarágua
- 67. Panamá
- 68. Porto Rico
- 69. República Dominicana
- 70. Santa Lúcia
- 71. São Cristóvão e Neves
- 72. São Vicente e Granadinas
- 73. Trinidad e Tobago

AMÉRICA DO NORTE

- 74. Canadá
- 75. Estados Unidos
- 76. México

AMÉRICA DO SUL

- 77. Argentina
- 78. Bolívia
- 79. Chile
- 80. Colômbia
- 81. Equador
- 82. Guiana
- 83. Guiana Francesa
- 84. Paraguai
- 85. Peru
- 86. Suriname
- 87. Uruguai
- 88. Venezuela

ÁSIA

89. Afeganistão
90. Arábia Saudita
91. Armênia
92. Bangladesh
93. Brunei
94. Butão
95. Camboja
96. Catar
97. China
98. Coreia do Norte
99. Coreia do Sul
100. Emirados Árabes Unidos
101. Filipinas
102. Iêmen
103. Índia
104. Indonésia
105. Irã
106. Iraque
107. Israel
108. Japão
109. Jordânia
110. Kuwait
111. Líbano
112. Malásia
113. Nepal
114. Omã
115. Palestina
116. Paquistão
117. Quirguistão

- 118. Síria
- 119. Sri Lanka
- 120. Tailândia
- 121. Taiwan
- 122. Timor-Leste
- 123. Turcomenistão
- 124. Vietnã

EUROPA

- 125. Alemanha
- 126. Andorra
- 127. Áustria
- 128. Bélgica
- 129. Bósnia-Herzegovina
- 130. Bulgária
- 131. República Tcheca
- 132. Chipre
- 133. Croácia
- 134. Dinamarca
- 135. Escócia
- 136. Eslováquia
- 137. Eslovênia
- 138. Espanha
- 139. Estônia
- 140. Finlândia
- 141. França
- 142. Grã-Bretanha
- 143. Grécia
- 144. Geórgia
- 145. Holanda

- 146. Hungria
- 147. Inglaterra
- 148. Irlanda
- 149. Islândia
- 150. Itália
- 151. Kosovo
- 152. Liechtenstein
- 153. Lituânia
- 154. Luxemburgo
- 155. Reino Unido
- 156. República da Macedônia
- 157. Montenegro
- 158. Noruega
- 159. Polônia
- 160. Portugal
- 161. Romênia
- 162. Rússia
- 163. Turquia
- 164. San Marino
- 165. Sérvia
- 166. Suécia
- 167. Suíça
- 168. Ucrânia

OCEANIA

- 169. Austrália
- 170. Fiji
- 171. Nova Zelândia
- 172. Vanuatu

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Leonardo Moreira Vallejo

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Alessandra Farias da Silva (estagiária)

Paulo Ubiratan Araujo Sobrinho (estagiário)

Pedro Henrique Ximendes Aragão (estagiário)

Thayles Moura dos Santos (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**